

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LINGUAGENS E CULTURA  
LINHA DE PESQUISA DISCURSO E CULTURA**

**CRISTIANO CEZAR GOMES DA SILVA**

**ESPELHOS DA HISTÓRIA NA ESCRITURA DE GRACILIANO  
RAMOS: OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DO DISCURSO  
NA CENA POLÍTICO-LITERÁRIA**

**JOÃO PESSOA**

**2011**

**CRISTIANO CEZAR GOMES DA SILVA**

**ESPELHOS DA HISTÓRIA NA ESCRITURA DE GRACILIANO  
RAMOS: OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DO DISCURSO  
NA CENA POLÍTICO-LITERÁRIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração Linguagens e Cultura.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivone Tavares de Lucena**

**JOÃO PESSOA**

**2011**

CRISTIANO CEZAR GOMES DA SILVA  
**ESPELHOS DA HISTÓRIA NA ESCRITURA DE GRACILIANO RAMOS: OS  
MÚLTIPLOS SENTIDOS DO DISCURSO  
NA CENA POLÍTICO-LITERÁRIA**

Tese aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivone Tavares de Lucena – UFPB  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Freda Indursky – UFRGS  
(Examinadora)

---

Prof. Dr. Lourival Holanda – UFPE  
(Examinador)

---

Prof. Dr. Marco Antônio Margarido Costa – UFCG  
(Examinador)

---

Prof. Dr. Neroaldo Pontes de Azevedo – UFPB  
(Examinador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marli Morais de Lima – UFPB  
(Suplente)

---

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa - UFCG  
(Suplente)

À minha mãe Maria da Conceição Gomes da Silva (*in memoriam*),  
por ter regado e cultivado, com todo o seu amor, uma semente que Deus lhe deu.

À minha esposa Luciana e aos meus filhos Vinícius e Davi,  
pela cumplicidade, o incentivo e o apoio incansável nessa caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, muitas recordações voltam à minha mente. O sentimento é de gratidão a muitas pessoas e instituições que possibilitaram a sua realização.

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde e pela possibilidade de concluir este trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivone Tavares de Lucena, pela confiança depositada na proposta inicial desta pesquisa, pela orientação firme e segura que permitiu amenizar as minhas incertezas e as dúvidas ao longo da investigação. Desde já, isento-a das incongruências que venham a ser encontradas nas páginas que se seguem.

À Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL e à Autarquia Educacional de Belo Jardim – AEB, pelo afastamento concedido durante o ano de 2007 para a realização de “sanduíche” na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e, no segundo semestre de 2008, para a estada como Pesquisador Visitante na *The Ohio State University - OSU*, nos Estados Unidos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa, Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, pela concessão de uma bolsa de estudo.

Ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD, da CAPES, pela ajuda de custo e passagens aéreas quando da ida à UFRGS.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, em especial ao secretário José Canísio Scher, e à coordenadora, em 2007, Profa. Dra. Lúcia Sá Rebello, pelo apoio durante a estada naquela universidade.

Ao *Department of Spanish and Portuguese*, da *The Ohio State University*, pela receptividade durante a permanência naquela instituição, em especial, à secretária Sra. Judy Manley e ao coordenador Prof. Ph. D. Fernando Unzueta.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, pelo apoio recebido durante a realização da pesquisa, em especial, à secretária Rosilene Marafon e às coordenadoras Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisalva Madruga, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liane Schneider e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Marinho.

Ao Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo – USP, pela disponibilização do acervo do arquivo Graciliano Ramos, em especial à Prof<sup>a</sup>. Maria Itália.

Ao Prof. Dr. Lourival Holanda, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, pelo diálogo, pelas suas brilhantes aulas, pelas palavras de apoio e pelo seu incansável incentivo quando este trabalho não passava de esparsas ideias.

Ao Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro e ao Prof. Dr. Antonio Paulo Rezende, do Programa de Pós-Graduação em História, da UFPE, pelos diálogos e incentivos iniciais nesta pesquisa.

Ao Prof. Ph. D. Richard Gordon, da *The Ohio State University* – OSU, pelo convite, receptividade, pela inestimável colaboração, cooperação acadêmica e esforços para viabilizar a minha ida e permanência naquela universidade.

À Prof<sup>a</sup>. Ph. D. Lucia Costigan e ao Prof. Ph. D. Ignacio Corona, ambos da OSU, pelo aprendizado e oportunidades proporcionadas durante as suas aulas, pela cooperação, diálogos e acolhimento naquela universidade.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Freda Indursky e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Leandro Ferreira, ambas da UFRGS, pela inestimável acolhida e receptividade naquela universidade, pelos preciosos ensinamentos em suas aulas e, acima de tudo, pela solidariedade, pelo calor humano e pelas palavras e ombro amigo nos momentos mais difíceis de minha vida.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Zilberman, da UFRGS, pela receptividade, pelos breves, porém, marcantes momentos de valioso aprendizado durante a minha permanência naquela instituição.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Jatahy Pesavento (in memoriam), da UFRGS, pelo incentivo e apoio à pesquisa, pelas suas concorridas aulas e imensurável colaboração para a realização deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, da UFPB, em especial à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Angélica de Oliveira, ao Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liane Schneider, pelos diálogos e possibilidade de crescimento acadêmico durante as suas aulas.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Freda Indursky e ao Prof. Dr. Marco Antonio Margarido Costa pelas relevantes contribuições e significativas sugestões realizadas durante o exame de qualificação que possibilitaram diminuir as inconsistências que o trabalho inicial apresentava, bem como permitiram o aprofundamento das análises propostas. Agradeço pela acuidade da leitura realizada.

Aos amigos James Ashford e Paulo Gotardo, pela estada em sua residência, em Columbus, Ohio, quando da ida à *OSU*, mas, principalmente, pelo convívio e amizade sincera. À amiga Pilar Chamorro pela receptividade e pelos momentos de convivência em Columbus, Ohio.

Aos alunos e colegas professores, companheiros de jornada no Departamento de História da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, em especial, ao Prof. Ms. José Adelson Lopes Peixoto, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jeannie de Menezes e ao Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard, hoje, na Universidade Federal de Sergipe – UFS, pela amizade, pela compreensão nos momentos de minha ausência e pelos diálogos estabelecidos.

Aos alunos e colegas professores do Departamento de História, da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim – FABEJA, em especial à Prof<sup>a</sup>. Esp. Ana Marluce Rodrigues, à Prof<sup>a</sup>. Esp. Maria das Mercês Costa, à Prof<sup>a</sup>. Ms. Adalva Marangon, ao Prof. Ms. Mario Marangon, ao Prof. Ms. José Adilson Filho, ao Prof. Esp. João Estevão da Silva, ao Prof. Esp. Irineu Menezes e à Prof<sup>a</sup>. Ms. Bernardina Araújo, por compreenderem as ausências, pelos diálogos e pelo incentivo. A José Nogueira, pela disponibilidade em realizar a revisão final do texto.

Aos colegas doutorandos e mestrados dos PPGL, da UFPB, em especial à Edjane Gomes de Assis pelos diálogos e colaborações, e aos colegas doutorandos e mestrados do PPGL, da UFRGS, em especial à Liane Asmar, Adriana De La Vielle, Gláucia Henge, Luciene Jung e Rosângela Leffa, pelo convívio, troca de experiências e valiosas contribuições ao trabalho.

Aos meus filhos, Vinícius e Davi, razão maior de tamanha correria, muito obrigado pelas suas existências em minha vida, pelas singelas palavras de preocupação e carinho, que foram o grande incentivo para eu não esmorecer nas adversidades. Vocês sempre estarão em meu coração com desmedido amor.

À minha esposa Luciana, pelo companheirismo, cumplicidade, amor, dedicação e imensurável participação, em especial, nos momentos mais difíceis dessa caminhada acadêmica e pessoal. Obrigado por compreender a minha presença-ausência e estar ao meu lado, incondicionalmente, em todas as circunstâncias.

À minha mãe, Maria da Conceição Gomes da Silva (*in memoriam*), o meu muito obrigado por ter me acolhido em minha extrema fragilidade e ter regado uma pequena semente que ora frutifica. Agradeço a quem, imersa nas adversidades e percalços da vida, sozinha, conduziu-me com coragem e amor sem igual, não permitindo que me abalasse com as dificuldades da vida. Muito obrigado pelo carinho e eterno amor de mãe. Saudades.

Por último, se há algum mérito neste trabalho, é porque, nele, há contribuições diversas de todos que aqui citei, pois, sozinho nada poderia fazer.

*Não digam, pois, em seu coração: “A minha capacidade e a força das minhas mãos ajuntaram para mim toda essa riqueza”. Mas, lembrem-se do Senhor, o seu Deus, pois é ele que lhes dá capacidade de produzir riqueza, confirmando a aliança que jurou aos seus antepassados, como hoje se vê.*

*Deuteronômio, 8:17-18*

## RESUMO

Investigar o discurso contido na narrativa de *Vidas Secas* e alguns escritos não-ficcionais de Graciliano Ramos, sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa, é o principal objetivo deste trabalho. Nesse sentido, a pesquisa trilha, metodologicamente, a partir de uma (re)leitura da obra, a realização de um gesto de interpretação no qual procura observar a discursividade que emerge da materialidade textual. Assim, o *corpus* de análise se reveste de significados e sentidos que deslizam e são afetados pelas condições de produção – o governo Vargas. A análise interpretativa do *corpus* permitiu estudar a obra *Vidas Secas* como um grande arquivo que contém efeitos de sentido, quer seja construindo-os, instituindo-os quer seja buscando-os em lugares outros. O estudo é realizado através de dois conceitos teóricos bem delimitados. O primeiro, as condições de produção, ou seja, as condições de exterioridade, o contexto social e histórico em que *Vidas Secas* é escrito. O segundo, a ideologia que interpela o indivíduo Graciliano Ramos em sujeito, produzindo efeitos de sentido em seu discurso. A partir desse enfoque teórico e metodológico, foi possível enxergar marcas das condições de produção da escritura, bem como, da ideologia presentes nos escritos estudados. Nesses escritos, ainda foram observadas marcas da violência, do silenciamento, das desigualdades sociais, da marginalização, do analfabetismo, da exploração que circundavam a sociedade brasileira da época. A obra estudada apresenta um espelho das mazelas sociais presentes na sociedade do período e que afligiam os mais desfavorecidos. Desse modo, a análise dos escritos de Graciliano Ramos permite compreender um importante momento vivido na História do Brasil mediante as marcas da exterioridade que atravessam a sua escritura.

Palavras-chave: Discurso, história, ideologia, condições de produção, Graciliano Ramos.

## ABSTRACT

The main goal of this work is to investigate the discourse in the narrative of *Vidas Secas* and other non-fictional writings of Graciliano Ramos under the point of view of Discourse Analysis with a French orientation. To this end, and based on a review of Ramos's work, my research methodologically trails an interpretation which focus on the discursiveness that emerges from the textual materiality. In this way, the analytical *corpus* is permeated with significance and meanings that slide and are affected by the conditions of production – the Vargas government. The interpretative analysis of this *corpus* allowed for the study of *Vidas Secas* as a as large archive containing the effects of meaning, by either constructing them, declaring them, or by searching for them elsewhere. The study is performed by the means of two well-delimited, theoretical concepts. The first one corresponds to the conditions of production – that is, the external conditions, the historical and social context in which *Vidas Secas* was written. The second concept corresponds to the ideology that interpellates Graciliano Ramos as an individual, creating effects of meaning in his discourse. With this theoretical and methodological focus, it was possible to detect markers of the conditions of production, as well as of the ideology, present in Ramos's writings. Also observed were markers of the violence, the silencing, the social inequality, the marginalization, the illiteracy, and the exploitation that surrounded the Brazilian society in that period of time. The studied literary work presents a mirror of the social illness that afflicted the less favored individuals. Therefore, this analysis of Graciliano Ramos's writings allows us to understand an important period in Brazil's history through the markers of external factors that permeate his work.

Keywords: Graciliano Ramos, discourse, history, ideology, conditions of production.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: QUADRO <i>LAS MENINAS</i> , VELÁZQUEZ.....	198
ILUSTRAÇÃO 2: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , NO BRASIL, 2005, EDITORA RECORD.....	199
ILUSTRAÇÃO 3: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> NO BRASIL, 2000, EDITORA RECORD.....	199
ILUSTRAÇÃO 4: CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO BRASILEIRA DE <i>VIDAS SECAS</i> , 1938, JOSÉ OLYMPIO EDITORA.....	200
ILUSTRAÇÃO 5: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , PUBLICADA NA ESPANHA, EM 1974, ESPAZA-CALPI S.A.....	200
ILUSTRAÇÃO 6: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , PUBLICADA NA TURQUIA, EM 1985, CAN YAYINLARI.....	201
ILUSTRAÇÃO 7: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , PUBLICADA NA ITÁLIA, EM 1961, NUOVA ACCADEMIA EDITRICE.....	201
ILUSTRAÇÃO 8: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , PUBLICADA NA HUNGRIA, EM 1967, EURÓPA KONYUKIADÓ.....	202
ILUSTRAÇÃO 9: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , PUBLICADA NOS ESTADOS UNIDOS, EM 1965, UNIVERSITY OF TEXAS PRESS.....	202
ILUSTRAÇÃO 10: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , PUBLICADA NA HOLANDA, EM 1998, COPPENS & FRENKS.....	203
ILUSTRAÇÃO 11: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , PUBLICADA NA ALEMANHA, EM 1966, HORTS ERDMANN VERLOG.....	203
ILUSTRAÇÃO 12: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , PUBLICADA EM PORTUGAL, EM 1965, PORTUGÁLIA EDITORIA.....	204
ILUSTRAÇÃO 13: CAPA DA EDIÇÃO DE <i>VIDAS SECAS</i> , PUBLICADA NA REPÚBLICA TCHECA, 1959, KRÁSNÉ LITERATURY.....	204

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A AD, A HISTÓRIA E A LITERATURA: ENTRECRUZAMENTOS ATRAVÉS DOS ESCRITOS GRACILIANISTAS.....	20
1.1. Pressupostos teóricos entre a história e literatura.....	22
1.2. Diálogos entre a história e a literatura.....	27
1.3. Os múltiplos olhares sobre Graciliano Ramos.....	33
1.4. Graciliano Ramos e a história.....	38
2. ENTRE SENTIDOS, ESQUECIMENTOS, SUJEITO E IDEOLOGIA: ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRIOS DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	49
2.1. A contribuição da Análise do Discurso na busca dos sentidos.....	51
2.2. Ideologia, sujeito e esquecimento.....	54
2.3. Condições de produção, história e sentido: a exterioridade constituindo os sentidos do discurso.....	67
2.4. Memória, interdiscurso e a formação dos objetos.....	75
3. NA EMERGÊNCIA DA DISCURSIVIDADE: OS EFEITOS DE SENTIDO NA ESCRITURA DE GRACILIANO RAMOS.....	87
3.1. Silêncio, silenciamento: uma conjuntura política de interdição e opressão na escrita de Graciliano Ramos.....	90
3.2. “Diálogos” entre a história e a literatura: marcas da violência na discursividade gracilianista.....	102
3.3. Na discursividade de Graciliano Ramos: as máscaras sociais pela posição do sujeito- militante.....	131
3.4. A narrativa ficcional de <i>Vidas Secas</i> como espaço discursivo para os sentidos de resignação, opressão e obediência.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165

REFERÊNCIAS .....	172
ANEXOS.....	180

# **INTRODUÇÃO**

## INTRODUÇÃO

*Na verdade, mesmo o silêncio pode ser considerado um discurso, enquanto refutação ao uso que os outros fazem da palavra; mas o sentido desse silêncio-discursivo está nas suas interrupções, ou seja, naquilo que de tanto em tanto se diz e que dá um sentido àquilo que se cala.*

**Italo Calvino, Palomar.**

Os sentidos do dizer e os seus deslizamentos há muito se tornaram uma preocupação por parte dos estudiosos da linguagem. A partir da década de 1960, pensadores como Michel Pêcheux e Michel Foucault trouxeram novas contribuições ao debate acadêmico. As fronteiras desestabilizaram-se, expandiram-se e novos objetos e horizontes epistemológicos descortinaram-se. Nessa direção, a Análise do Discurso (AD) abriu novas veredas, trilhou por novos caminhos, propôs reflexões até então inéditas. O sujeito não é mais tido como autônomo da maneira como antes se propunha. A exterioridade da língua o atravessa, o constitui e os seus dizeres, assim, são afetados.

Atualmente, no Brasil, a AD tem sido marcada por uma pluralidade de temas e enfoques, sendo balizada por uma consistente abordagem teórica e metodológica acerca dos seus objetos, constituindo um mosaico de olhares multifacetados. Na perspectiva do estreitamento das fronteiras entre os diversos saberes na contemporaneidade, este trabalho busca, através do suporte teórico da AD, investigar um momento importante da História do Brasil, elegendo como objeto de análise uma obra literária. A AD possibilita a compreensão de como as condições de produção se descortinam e deixam as suas marcas na materialidade textual da literatura, constituindo sentidos. A partir do estudo da obra *Vidas Secas*, publicada originalmente em 1938, e de alguns fragmentos não-ficcionais, de Graciliano Ramos, escritos na década seguinte, revisitamos a conjuntura social e política brasileira das décadas de 1930 e 1940.

Dentre os vários livros escritos por Graciliano Ramos, a obra *Vidas Secas* foi escolhida como objeto de nosso estudo por três aspectos principais. O primeiro deles, por essa obra retratar, com grande verossimilhança, a realidade vivida no interior do Nordeste durante a década de 1930, evidenciando as agruras e as dificuldades de sobrevivência. No entanto,

sem concessões ao pitoresco, preservando, ao mesmo tempo, um rigor de escritura reconhecido por diversos críticos literários, como, por exemplo, Álvaro Lins, Antonio Candido e Alfredo Bosi. O segundo aspecto, pelo reconhecimento, segundo Candido (2003, p. 204), de ser “um dos poucos ficcionistas realmente grandes da nossa literatura”, e por último, por ser essa obra considerada a mais importante, de um dos maiores literatos brasileiros, pois, “em nenhum outro dos seus livros encontramos tamanha beleza e tanta harmonia na construção verbal”, como aponta Lins (2000, p. 153) acerca da obra de Graciliano Ramos. A relevância dessa obra fica ainda evidenciada pelo grande número de traduções realizadas – catorze idiomas, dentre os quais, polonês, tcheco, turco, búlgaro, sueco e alemão (RAMOS, 2005a, p. 249-251).

Ao realizarmos uma (re)leitura de *Vidas Secas*, e, em seguida, a análise de trechos retirados de sua escritura mediante um gesto de interpretação, procuramos observar a discursividade que emerge da materialidade textual. Gostaríamos de salientar que a escolha dos trechos de seus escritos não se deu a priori, mas foi motivada pela regularidade com que alguns efeitos de sentido aparecem ao longo da obra, como veremos no terceiro capítulo. Assim, o *corpus* da nossa análise está presente em vários fragmentos de sua escritura. Essa escritura sendo vista como uma rede de formulações da memória discursiva em que se inscrevem e, por vezes se repetiam, enunciados que eram ressignificados ao longo da narrativa literária.

Esse tratamento interpretativo do *corpus* nos permitiu analisar a obra *Vidas Secas* como uma materialidade que produz sentidos, quer seja constituindo-os quer seja buscando-os em lugares outros. Todavia, sempre afetados por duas instâncias teóricas bem delimitadas. A primeira, as condições de sua produção, ou seja, a exterioridade vivida durante o governo Vargas que, a partir do gesto de análise, eram percebidas em seu discurso. A segunda, a ideologia que interpela o indivíduo Graciliano Ramos, fazendo-o sujeito em seu próprio discurso, assujeitando-o, apagando as suas marcas através dos esquecimentos, apontados por Michel Pêcheux, que abordaremos na seção 2.2, intitulada *ideologia, sujeito e esquecimento*. Essa ideologia interpela-o em sujeito e permite a sua inserção em uma formação discursiva (FD) de esquerda que o antecedia e era pré-existente.

Os recortes analisados e agrupados em torno dos efeitos de sentido, que abordaremos no terceiro capítulo, tiveram como objetivo mostrar a intrínseca relação que possuem com a exterioridade da escritura de Graciliano. Procuramos evidenciar a relação com o momento

vivido na época da escritura e da publicação de *Vidas Secas*, isto é, o governo Getúlio Vargas, em particular, o Estado-Novo. Buscamos, também, analisar como a identificação do sujeito-autor com a formação discursiva de esquerda afeta e constitui o discurso materializado em sua obra. Sob esse prisma, realizamos o desenvolvimento das análises em busca dessas respostas, apresentando os fragmentos selecionados mediante o gesto de interpretação. Para o encaminhamento da pesquisa, chamamos esses fragmentos textuais literários de sequências discursivas, enumerando-as em ordem crescente à medida que passamos a analisá-las. Neste trabalho, veremos a abordagem metodológica mais detalhadamente no início do terceiro capítulo, antecedendo as análises, na qual realizamos os recortes dos trechos da obra *Vidas Secas*.

Durante a investigação, procuramos confirmar as três hipóteses iniciais que motivaram o desenvolvimento deste trabalho. A primeira: a discursividade presente na obra *Vidas Secas*, inserida em uma formação discursiva de esquerda, é afetada pelas condições de produção da sua escritura e desvela, assim, a exterioridade marcada pela violência, miséria, silenciamento e desigualdades sociais. A segunda, o sujeito-autor<sup>1</sup> Graciliano Ramos é identificado com a formação discursiva de esquerda, que é desvelada ao longo de sua narrativa e em seus escritos não-ficcionais, como cartas e fragmentos, caracterizando um sujeito-militante que institui significados mediante o engajamento político e a militância. E, por fim, a hipótese de que as sequências discursivas recortadas, constituem os seus sentidos através de uma rede de memória discursiva, atravessadas pela formulação do que está sendo dito na sua atualidade, construindo sentidos a partir desse jogo de memória entre o “já dito” e o “que é dito” no intradiscorso.

Para fim de apresentação, o trabalho está disposto em três capítulos. No primeiro, intitulado *A AD, a história e a literatura: entrecruzamentos através dos escritos de Graciliano Ramos*, procuramos mostrar alguns diálogos teóricos possíveis entre a história e a literatura, bem como a visão que estudiosos têm acerca da obra de Graciliano Ramos. No segundo capítulo, chamado *Entre sentidos, esquecimentos, sujeitos e ideologia: alguns pressupostos teóricos da Análise do Discurso*, buscamos apresentar conceitos da AD que foram mobilizados ao longo das análises dos escritos de Graciliano Ramos, autores como:

---

<sup>1</sup> Tomaremos como sujeito-autor, a forma-sujeito, isto é, a forma imaginária em que todo indivíduo humano, social, portanto, pode ser agente de uma prática social; é a existência histórica do indivíduo, como aponta Pêcheux (1988, p. 183). Neste trabalho, ao designarmos sujeito-autor, pensamos nessa forma imaginária em que o indivíduo se torna sujeito e enuncia, tomando posição no interior de uma dada formação discursiva.

Michel Pêcheux, Michel Foucault, Paul Henry, Eni Orlandi, Jean-Jacques Courtine, são trazidos à baila em nossa discussão. No terceiro e último capítulo, intitulado *Na construção da discursividade: os recortes na escritura de Graciliano Ramos*, selecionamos e analisamos as sequências discursivas recortadas dos escritos de Graciliano. Enfatizamos os efeitos de sentido da violência, da pobreza, da miséria, do silêncio, da obediência e da resignação cujas marcas encontram-se nos enunciados presentes nas sequências discursivas. Dessa maneira, intencionamos, também, compreender a relação da exterioridade nesses enunciados.

Procuramos, assim, trazer à tona, através dos escritos gracilianista, as marcas dos efeitos de sentido e dos embates ideológicos que aconteciam durante os anos de 1930 e 1940, percebendo alguns conflitos e ambiguidades da sociedade daquele período. Ao analisarmos o objeto de nossa pesquisa, procuramos uma reflexão, discussão, correlação com as teorias, com outras análises realizadas sobre o autor, com o momento histórico e a sociedade circundante do período. Seguimos na direção da análise, a partir da historicidade dos escritos de Graciliano Ramos, interagindo com outros saberes. Portanto, são essas contradições, engajamentos, tensões, denúncias e indícios sobre as décadas de 1930 e 1940 que nos impulsionaram a enveredar nessa investigação sobre os espelhos da história na escritura de Graciliano Ramos em seus múltiplos sentidos na cena político-literária.

Nessa perspectiva, vemos a relevância da pesquisa decorrer da possibilidade de investigar os escritos do sujeito Graciliano Ramos sob o olhar da AD, dialogando com a história e a literatura. Inserimos esta investigação nesse mosaico de novos olhares lançados sobre os objetos, nesse diálogo entre conhecimentos diversos e novas abordagens que privilegiam o contato entre saberes. Nas palavras do antropólogo Clifford Geertz, “Precisamos é de modos de pensar que sejam receptivos às particularidades, às individualidades, às estranhezas, descontinuidades, contrastes e singularidades” (GEERTZ, 2001, p. 194). Do mesmo modo, acreditamos que esta pesquisa tem sua relevância, ao propor esse olhar da AD sobre a discursividade contida na literatura de Graciliano, mobilizando conceitos como, por exemplo, história, memória, sentido, sujeito, condições de produção, memória discursiva e ideologia.

Desse modo, o nosso trabalho contribui para a reflexão acerca dos escritos de Graciliano Ramos, em especial *Vidas Secas* e vários manuscritos não-ficcionais, a partir do aporte teórico da Análise do Discurso. Buscamos analisar como esses escritos foram afetados pela exterioridade no momento de sua produção, bem como foi influenciada pela identificação

do sujeito com a formação discursiva de esquerda e perceber como os sentidos foram produzidos nessa relação. Assim, pudemos trazer à tona parte do momento histórico vivido durante as décadas de 1930 e 1940, no Brasil, período de várias tensões e transformações em que perdurou o regime autoritário instituído por Getúlio Vargas.

## **CAPÍTULO I**

### **A ANÁLISE DO DISCURSO, A HISTÓRIA E A LITERATURA: ENTRECRUZAMENTOS ATRAVÉS DOS ESCRITOS GRACILIANISTAS**

# 1 A ANÁLISE DO DISCURSO, A HISTÓRIA E A LITERATURA: ENTRECRUZAMENTOS ATRAVÉS DOS ESCRITOS GRACILIANISTAS

*Se a sociedade vê, e sobretudo, se ela se vê vista, ocorre, por esse fato mesmo, a contestação dos valores estabelecidos e do regime: o escritor lhe apresenta a sua imagem e a intima a assumi-la, ou então a transformar-se. O escritor dá á sociedade uma consciência infeliz, e por isso se coloca em perpétuo antagonismo com as forças conservadoras mantenedoras do equilíbrio que ele tende a romper.*

*Jean-Paul Sarte, Que é a literatura?*

**A** fim de balizarmos a discussão sobre a escritura gracilianista, a partir da Análise do Discurso, e objetivando uma aproximação com nossa proposta, neste primeiro capítulo, procuramos fazer referências sobre os estudos da escritura de Graciliano Ramos. Aqui nos interessa observar como vários estudiosos compreenderam a obra desse escritor. Propomos, assim, abrir um parêntese de interdisciplinaridade em nosso trabalho e visitarmos áreas vizinhas que fazem fronteiras com a Análise do Discurso.

Nessa direção, abordaremos alguns diálogos possíveis entre a história e a literatura que vimos desenvolvendo ao longo de nossa pesquisa. Compreendemos que tal abordagem se faz importante pela natureza dos escritos que selecionamos para análise, ou seja, escritos de natureza literária. Dessa forma, acreditamos que essa materialidade possui especificidades que a distinguem de outras, o que implicaria, a nosso ver, na necessidade de tecermos alguns comentários a respeito da temática e da sua relação com a história.

Assim, enfatizamos, a partir da mobilização dos conceitos e questões pertinentes à AD, a discussão e as possibilidades de análise e a aproximação entre a literatura e a história, como discursividades sobre um período da História do Brasil. Discutimos alguns diálogos possíveis entre a AD, a história e a literatura. Buscamos, inicialmente, abordar a proximidade entre esses dois últimos campos do saber citados. Vejamos o item seguinte.

## 1.1 Pressupostos teóricos entre a história e a literatura

Ao discutirmos os diálogos possíveis entre a história e a literatura, enfatizamos a proximidade entre esses dois campos do saber. No entanto, não negamos a existência de questões nas quais se afastam, em que diferem, questões metodológicas e teóricas que delimitam as especificidades de suas áreas.

A partir das leituras de autores que dialogam com esses campos do conhecimento, trazemos à baila uma reflexão interdisciplinar que privilegia os saberes. Nessa direção, percebemos que, embora existam peculiaridades que os singularizam, que os delimitem e os definam como saberes distintos, aqui nos interessa uma reflexão sobre a questão que provavelmente mais os aproximam – as narrativas. Narrativas essas, conforme aponta a historiadora Pesavento (2007, p. 37), “que se colocam no lugar da coisa acontecida, é presentificação de uma ausência, uma representação”.

Nessa direção, Ricoeur (1997) aponta que podemos dizer que a história é quase fictícia no sentido da quase-presença dos acontecimentos colocados diante dos olhos do leitor por uma narrativa, enquanto que a narrativa de ficção é quase histórica, na medida que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor. Diríamos, pois, que a história e a literatura são formas de dizer acerca da realidade, tentativas de apreensão, compreensão e atribuição de sentidos às experiências do vivido, possibilitando deslizamentos e incompletude em suas escrituras.

Tanto a história quanto a literatura tem como objeto final, como seu “produto” final uma narrativa. As duas (re)contam, narram. Falam sobre fatos, acontecimentos, sobre a realidade. Ambas têm personagens, tramas e enredo na urdidura de sua construção. A tessitura literária e a tessitura histórica muitas vezes se misturam, confundem-se, têm suas fronteiras muito próximas, de difícil delimitação e demarcação. Suas identidades permanecem em um “entrelugar”, tomando um conceito formulado por Bhabha (1998, p. 57), cujas linhas de separação são bastante tênues. Narrativas que são perpassadas ideologicamente mediante a identificação dos sujeitos que as escrevem.

Para condução de nossa análise, buscamos uma relação entre os “discursos” da literatura e os da história. Discutimos a aproximação e o distanciamento entre os escritos definidos como “históricos” e os de outras narrativas ficcionais com as quais dialogam sobre

os mesmos momentos históricos. Assim, tomamos alguns escritos de Graciliano Ramos, que nos remetem a essa relação entre o ficcional literário e a história oficial concernente a uma mesma época, buscando a emergência da sua discursividade.

Os saberes da história e da literatura se misturam no fazer e no refazer da narrativa. O discurso da história é afetado pela exterioridade das condições de sua produção, como aponta De Certeau (2006, p. 51). Do mesmo modo, o discurso literário também é afetado pelas condições de produção dos enunciados. Dessa maneira, é nessa direção que delimitamos a nossa análise. Procuramos enfatizar a multiplicidade do autor através dos seus diversos escritos. Durante a empreitada, lançamos o nosso olhar para questões que permeiam a memória, a história, a linguagem e as suas significações, a denúncia social, as experiências vividas. Enfim, buscamos ressaltar algumas possibilidades de diálogos entre a história e literatura.

Na atualidade, o conceito de história vem passando por grandes transformações, o que nos impele a realizar algumas breves considerações sobre o assunto. Em uma perspectiva historiográfica, os acontecimentos são chamados de eventos ou fatos. Ao analisar o texto do historiador francês Le Goff (1990), é essa abordagem que o autor estabelece. A ciência histórica, datada inicialmente no século V a. C. por Heródoto na Grécia Antiga, começou como um relato, a narração daquele que pode dizer: “eu vi, senti”.

A história tem, naquele momento, o aspecto de história-relato, história-testemunho de acontecimentos, eventos, fatos. Essa característica jamais deixou de estar presente na história. A palavra “história” em todas as línguas românicas e em inglês, segundo Le Goff (1990, p. 9), deriva do grego *histor*, significa testemunha, no sentido de aquele que vê. *Historien* em grego antigo é “procurar saber”. *Historie*, pois, significa procurar saber, investigar. Nas línguas românicas, história significa três coisas: 1 – procura por ações realizadas pelos homens; 2 – o objeto de procura é o que os homens realizaram – acontecimentos, feitos, séries de acontecimentos; 3 – narração: a história é uma narração. No idioma inglês há uma distinção entre History e Story que, respectivamente, significam História e Conto.

Porém, desde a Antiguidade, a ciência histórica reúne documentos escritos e faz deles testemunhos. Ao longo do tempo, foram elaborados métodos de crítica científica, conferindo à história aspectos de ciência no seu sentido metodológico. No século XX, porém, surge a crítica à noção de fato histórico, pois não é um objeto dado e acabado, mas resultado da construção do historiador. Essa crítica se estende à noção de documento. A tomada de

consciência da construção do fato histórico e da não-inocência do documento lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação em todos os níveis da constituição do saber histórico.

Para Le Goff (1990), a contradição mais flagrante da história é sem dúvida o fato do seu objeto ser singular – um acontecimento, uma série de acontecimentos, de personagens que só existem uma vez, enquanto o seu objetivo, como o de todas as ciências, é atingir o universal, o geral, o regular. Dessa forma, o historiador francês desvela que a singularidade é a principal característica do fato e, assim, permite-nos uma analogia ao conceito de acontecimento discursivo para a AD, que seria também marcado pela singularidade e pela emergência, passível de análise e delimitação a partir do momento de sua ocorrência.

Procuramos, dessa forma, similitudes entre a História e a AD. Observamos que o acontecimento está relacionado, em ambas, à singularidade e à irreversibilidade de sua ocorrência. No entanto, as interpretações e os sentidos, que delas decorrem, são da ordem da pluralidade, da multiplicidade, da diversidade em que o olhar do historiador e o gesto de interpretação do analista do discurso fazem emergir os sentidos possíveis ao acontecimento. Nessa direção, podemos atribuir semelhanças metodológicas entre a elaboração da série de documentos, formada pelo historiador em seu ofício, e a rede de formulações da memória discursiva, evocada pelo analista do discurso. Ambos, historiador e analista do discurso, buscam constituir o *corpus* de suas pesquisas.

Essa singularidade do acontecimento histórico, que abordamos acima, segundo Le Goff (1990), possibilitou a Aristóteles ter afastado a história do mundo das ciências, precisamente, porque ela se ocupa do *particular* que não é objeto da ciência, pois cada fato histórico só aconteceu e só acontecerá uma vez. Esta particularidade constitui, para muitos, a sua principal atração: “amar o que nunca se verá duas vezes”. Nesse sentido, a singularidade do acontecimento histórico assemelha-o à do acontecimento discursivo.

Já para outro historiador francês, Paul Veyne (1998), há uma diferença entre acontecimento natural e acontecimento humano: a erupção de vulcões, a atração do ferro pelo ímã, por exemplo, são acontecimentos da natureza, ou seja, desde que não interfira no devir do homem em sociedade – são fenômenos da natureza. No entanto, a erupção do Vesúvio em 1979, argumenta aquele historiador, é tomada como um evento humano, embora seja um fato físico, pois decorre e interfere no devir do homem em sociedade.

Para o autor,

a história é uma narrativa de eventos [...]; o vivido, tal como ressaí das mãos dos historiadores, não é o dos atores; é uma narração [...]. Como um romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba em uma página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. (VEYNE, 1998, p. 18).

Assim, percebemos, a partir do pensamento de Veyne, que a história não se faz por antecipação, pelo contrário, é materializada a partir de um processo de (re)construção do passado por parte do historiador. Portanto, perpassada ideologicamente pelo sujeito que a escreve. Nela não há um sentido único, absoluto. Há deslizamentos de sentido, gestos de interpretação.

Um evento, ou podemos ler *acontecimento*, destaca-se sobre um fundo de uniformidade, é uma diferença, algo que não poderíamos conhecer a priori, mas algo que podemos lembrar, pois a história é filha da memória. Assim, como para a AD não podemos pensar em discurso sem evocarmos o já dito, o memorialmente estabelecido por dizeres anteriores, na história, a memória é uma espécie de “matéria-prima” com a qual o historiador narra o acontecido.

Nessa direção, Veyne afirma que

o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos, de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa. Os historiadores narram tramas, que são tantas quantas forem os itinerários traçados livremente por eles, através do campo factual bem objetivo. Nenhum historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte; nenhum desses caminhos é o verdadeiro ou é a História. Enfim, o campo factual não compreenderia os lugares que se iria visitar e que se chamariam acontecimentos: um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis. (VEYNE, 1998, p. 42; 45)

Percebemos, então, que o acontecimento histórico e o discursivo são da ordem da possibilidade, da singularidade do dizer, com seus deslizamentos de sentido, opacidade e furos. O historiador percorre caminhos e itinerários possíveis ao elaborar a sua narrativa. A história, pois, não é conhecida a priori, ela é construída pelo gesto de interpretação de quem a escreve. Não há uma totalidade a ser atingida, não há um sentido a ser alcançado, mas lacunas a serem preenchidas, possibilidades do dizer.

## 1.2 Diálogos entre a história e a literatura

Na relação entre história e literatura, os escritos de Graciliano Ramos, ao rememorem e registrarem as reminiscências de um tempo histórico em sua obra, e ao mesmo tempo (re)significarem um passado, constituem sentidos diversos mediante uma rede de formulações discursivas, de enunciados presentes em sua escritura. Esses escritos possibilitam, assim, a busca pelos sentidos que lhe constituem e lhe atravessam, permitindo a visualização de um contraponto, uma ruptura com a continuidade e o instituído naquele momento.

Nesse sentido, podemos ver parte da obra de Graciliano Ramos como uma escrita de si, uma escrita da história, partindo da sua memória. Esse “si” que pode se deslocar para um outro, mas para um outro bastante próximo e que perpassa o cotidiano do sujeito narrador/autor. Um outro criado ou representado através da personagem. Em *São Bernardo*, por exemplo, Graciliano afirma ter sido a personagem Paulo Honório inspirada em seu próprio pai, irmãos e cunhados:

Paulo Honório, concebido em 1924, nasceu em 1932. Narro essa longa gestação por exigência de João Condé [...] O jeito que tenho é convencer-me, decidir contar a origem de Paulo Honório, alagoano, viçosense [...] Às vezes meu pai me visitava, carrancudo, largava uns monossílabos. A carranca e fragmentos de velhas narrações dele combinaram-se na edificação de Paulo Honório. Infelizmente esse colaborador morreu em 1934 e não chegou a ler o romance. A língua, as imagens rurais, apanhei-as em consultas pacientes a meus irmãos e cunhados, gente matuta. [...] (RAMOS, 194-a).

Vemos que as personagens narradas falam a partir de um lugar social, expressam-se através de uma linguagem peculiar, cujos significados e sentidos só são possíveis ao contextualizarmos as condições de sua produção. Formam um caleidoscópio que remetem ao próprio sujeito-autor e às suas experiências vividas, através de sua narrativa e de suas personagens. Contudo, por vermos a linguagem tratar-se da ordem do simbólico, contendo significado, não negamos haver uma distância entre o escrito e o seu sentido. Essa lacuna, esse furo, essa incompletude, essa vagueza, para utilizarmos uma expressão, tão cara a Pêcheux (1988, p. 251), tomada a A. Schaff, ao se referir a “uma propriedade de praticamente todas as palavras”, é preenchida pela linguagem e pela sua exterioridade. Segundo Paz (2003), a linguagem é utilizada por um autor como instrumento de nomeação do mundo que ele observa, como ferramenta que possibilita tomar consciência do mundo que o cerca. Tornando-se, assim, um elo que dá sentido e significação à realidade, em um criar e recriar cujo incessante movimento de nomeação e produção de sentidos representa a condição humana que o liberta da natureza, o diferencia e o caracteriza como homem. “Por la palabra, el hombre es una metáfora de si mismo” (PAZ, 2003, p. 34).

Nas linhas que se seguem, abordaremos alguns pontos a respeito da história. A historiografia contemporânea tem sofrido grandes transformações acerca da sua metodologia e lançado novos olhares sobre os objetos de análise. A contemporaneidade traz grandes desafios não só aos historiadores, aos linguistas, aos analistas do discurso, mas também aos estudiosos das demais áreas do conhecimento. A história se volta para uma multiplicidade de novas questões e utiliza outras lentes sobre questões já estudadas. “Semelhantemente a um caleidoscópio, vemos uma história plural, múltipla, multifacetada, pois não conseguimos defini-la, apreendê-la, torná-la estática para a dissecarmos” (SILVA, 2004, p. 23). Há um incessante revisitar e reescrever no fazer historiográfico.

Esse repensar, na historiografia, teve seu marco teórico principal na Escola dos Annales. O movimento intelectual, ocorrido na França a partir de 1929, que teve seu início a partir da publicação da Revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Com forte influência interdisciplinar, saberes como a sociologia, a psicologia social e a antropologia, inicialmente, estabeleceram um fértil diálogo com a história e, dessa forma, novas abordagens foram possibilitadas. O historiador inglês Peter Burke (1997, p. 17) define o movimento dos Annales como a “Revolução Francesa da Historiografia”, apontando para a importância e a amplitude do movimento intelectual francês do início do século passado.

Mas é a partir da década de 1960, na chamada terceira geração da Escola dos Annales, que a história mais se aproxima da antropologia, do cotidiano, da cultura. Essa mudança de paradigma traz ressonâncias até os dias atuais. A história cultural, que alguns também nomeiam de história social da cultura, é tributária aos paradigmas iniciados pelos primeiros Annales. Os horizontes epistemológicos da história são ampliados, assim como os diálogos com outros saberes e outras áreas do conhecimento, e mais fortemente com a literatura. Muitos trabalhos e pesquisas são realizados e publicados dentro dessa perspectiva epistemológica.

Interessante pensarmos que essa aproximação da história com a literatura não ocorre em um sentido único. É uma via de mão dupla. Os estudos literários contemporâneos também reveem seus paradigmas e há uma busca por esse diálogo epistemológico com a história. Há um retorno à narrativa pelos historiadores e um retorno à historicidade por parte dos estudiosos da literatura. Um “casamento” que havia se rompido, mas que parece retornar com maior força e maior profundidade na atualidade.

A aproximação entre esses dois saberes, e aqui não temos a preocupação de afirmar nenhuma das áreas como ciência, no sentido clássico de sua objetividade e explicativo da realidade através de causas, efeitos, leis e teorias, pode ser discutida a partir da relação entre a história e a ficção. Para Bella Jozef:

História e ficção partem de um mesmo tronco, são ramos da mesma árvore [...] Ambas são formas de linguagem. Os fatos, na verdade, não falam por si. Só adquirem significado depois de selecionados e interpretados, provocando uma desfamiliarização do cotidiano. (JOZEF, 2005, p. 35).

O discurso histórico e o discurso ficcional são próximos, dialogam entre si, possuem familiaridade. Ambos são linguagem, e como tal, tentam representar o mundo em sua volta, interpretá-lo, compreendê-lo, significá-lo. Assim, constroem sentidos para a realidade, para as experiências com o vivido, a partir da linguagem. Para o literato mexicano Octavio Paz, a linguagem tem uma essência simbólica, pois representa um elemento da realidade por outro, assim como nas metáforas. Se, como o próprio autor afirma, “pela palavra o homem é uma metáfora de si mesmo” (PAZ, 2003, p. 34), podemos, então, pensar que o discurso literário e

o discurso histórico são metáforas da realidade que o homem busca apreender através da linguagem.

Na perspectiva de que a história e a literatura são construções de sentido acerca da realidade, e por isso estão próximas, vemos a noção de narrativa e de trama. A literatura e a história, por caminhos e propostas metodológicas diferentes, produzem suas narrativas, constroem seus enredos e tornam inteligíveis suas percepções de mundo. Nessa direção, a trama perpassa as duas formas de representação da realidade. O conjunto de artifícios da linguagem, codificados pela escrita, busca uma relação com o exterior que sua interioridade textual pretende abarcar e cristalizar na narrativa.

Para Veyne (1998), a noção de trama se constitui a partir do pressuposto de que os fatos não existem isoladamente. Ao historiador, em seu ofício, cabe fazer relações, seleções, montar as séries dos documentos, a partir da subjetividade. A trama é o tecido que constitui a forma da narrativa histórica. Assim, o historiador, em sua subjetividade, realiza os cortes, os encaixes e costura a sua trama. Veyne (1998, p. 42) vê a história como “uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’”, em que o historiador a constrói com sua subjetividade.

Embora Veyne afirme a noção de construção da história, de que ela é um discurso, uma representação, não a separa de sua relação com a realidade a partir do princípio da verossimilhança. Aponta que a história é um “romance verdadeiro”, desvelando, assim, sua relação intrínseca com o acontecido, e isso a distinguiria da narrativa literária. A história tem, para o autor, um compromisso com o acontecido, com o vivido, mesmo que ele já não possa ser apreendido, não possa mais ser revivido, apenas lembrado e recontado, quantas vezes e de quantas formas os historiadores o puderem (re)construir.

Na mesma perspectiva de perceber a história como uma construção relativa ao acontecimento, White (2001) retira do historiador o “fardo” da história. O crítico literário estadunidense faz uma disjunção entre a história e a verdade. Aponta que por muito tempo o historiador carregou sobre si o peso e a responsabilidade de contar o realmente acontecido. Dessa forma, sugere que há de se repensar a relação do historiador com o passado. Para White (2001, p. 53), o “historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo”.

Por outro lado, se a história tem o papel de (re)contar e narrar, qual seria o papel da literatura? Para quem se escreve? Para nos ajudar na resposta a essa indagação, Sartre (2004, p. 65) nos aponta algumas direções: “o escritor dá à sociedade uma ‘consciência infeliz’, e por isso se coloca em perpétuo antagonismo com as forças conservadoras, mantenedoras do equilíbrio que ele tende a romper”. Sartre afirma que, na literatura, a sociedade tem a possibilidade de se ver e ser vista, tendo o escritor o papel de apresentar a sua imagem. A partir daí, a sociedade teria duas escolhas: a de assumir a sua imagem ou de transformá-la. O literato seria, então, o sujeito que desvela, desnuda a sociedade em sua intimidade através dos seus escritos. O sujeito que traz à tona as contradições, as ambiguidades das sociedades. E nesse sentido, analisamos o sujeito visto a partir dos pressupostos da AD: interpelado ideologicamente, que não é dono de si mesmo, o sujeito da falha, do furo, o sujeito da incompletude.

Encontramos a interpelação ideológica do sujeito historiador mostrada com outra roupagem teórica pelo filósofo inglês Russell, em sua obra *Retratos de Memória e outros ensaios*. Para esse pensador, é imperativo que o historiador não distorça os fatos, no entanto, o historiador corre o risco de se tornar um escritor monótono ao procurar a imparcialidade. Segundo Russell (1958, p. 178), “para que o leitor se interesse pela narrativa, deve-se permitir que tome partido do drama”. Relativo à imparcialidade, poderíamos acrescentar que a sua própria busca, contraditoriamente, já é uma parcialidade por parte do sujeito, pois, previamente, houve uma escolha, um posicionamento a priori em sua escolha pela imparcialidade.

Ainda inserido no pensamento de Russell, vemos que a história de pessoas comuns deve ser privilegiada em detrimento dos episódios brilhantes em grande escala. O sujeito ao ser interpelado pela ideologia, deve ser estudado em suas particularidades e não apenas incluídos em fenômenos de massa. Dessa forma, estudar e analisar os escritos de Graciliano Ramos coaduna-se a essa perspectiva teórica e alinha-se ao projeto da nova história ao romper com a “história tradicional [que] oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos” (BURKE, 1992, p.12). Os historiadores dos *Annales* preocuparam-se em escrever a “história vista de baixo”, ao enfatizarem, as pessoas comuns e não apenas os grandes acontecimentos.

Percebemos que a relação entre o historiador, o literato e o passado, para esses vários pensadores, permite-nos enxergar a afinidade da história com a literatura, à medida que constroem suas narrativas de maneira dissociada de uma *mimesis*. A literatura e a história constituem-se como formas de ver o mundo, gestos de leitura, gestos de interpretação e, por fim, gestos de escritura das significações e sentidos que damos ao mundo em nossa volta.

### 1.3. Os múltiplos olhares sobre Graciliano Ramos

Se para White (2001), as narrativas históricas “são ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2001, p. 98, grifo do autor), isso nos faz pensar sobre o que esse estudioso entende por ficção. A carga pejorativa que muitas vezes é atribuída ao termo não é aqui colocada. A ficção, por esse ângulo, é pensada no sentido de uma invenção, de uma criação. Um sentido de construção de algo pelo homem e não com a ideia de falsidade ou de mentira.

Mas como falarmos do sujeito-autor Graciliano Ramos sem conhecermos um pouco do que já foi dito sobre ele? Como o escritor foi analisado por outros estudiosos? Qual a visão desses estudiosos sobre a sua obra? Tentaremos responder a essas indagações.

Sobre Graciliano Ramos, encontramos um significativo número de trabalhos publicados. Todavia, a análise de *Vidas Secas*, a partir da abordagem da AD, parece-nos inédito. Neste breve texto, seria pretensão nossa dar conta da totalidade das publicações a respeito de sua obra, mas enfocaremos algumas dessas produções. Nesse sentido, faremos breves comentários acerca de alguns trabalhos que tem o literato como objeto de pesquisa. Interessa-nos aqui o olhar de como esses estudiosos perceberam a obra do literato brasileiro, a fim de construirmos a nossa teia para compreensão do lugar social do qual falava Graciliano Ramos em sua forma-sujeito escritor. Então, vejamos.

Holanda (1992), comparando *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e *O Estrangeiro*, de Albert Camus, considera que o literato brasileiro denuncia um sistema social de extrema desigualdade, uma dicotomia entre o mundo dos letrados e o mundo dos iletrados que estão à mercê daqueles que dominam a escrita. A personagem Fabiano é o retrato dessa desigualdade, da revolta e da consciência de si – aquele que não domina o signo da linguagem e vive sob o

signo do silêncio, aquele que é silenciado em um sistema social perverso, sistema que precisa ser apontado e denunciado.

Ao analisar essas duas grandes obras da literatura, Holanda (1992, p. 30) traz uma relevante contribuição para o entendimento da obra gracilianista. O autor observa: “o que Graciliano aqui acusa é o sistema social que embaça o espelho, impedindo, assim, ao indivíduo, a visão de si, reflexiva”. Podemos, assim, dizer que Graciliano acusava a ideologia do governo Vargas que dominava e embaçava esse espelho da realidade de dominação. Em *Vidas Secas*,

a despossessão de Fabiano é a mais completa: além da despossessão que a reificação reitera (é um “cabra”, um “bicho”), e da despossessão da palavra, há mais: o desejo mesmo de Fabiano é um desejo “alheio” porque *mediado* pela figura de Seu Tomás. Não é genuíno, não tem origem nele, mas é feito por “procuração”. [...] Fabiano empresta um rosto anônimo à máscara social. (HOLANDA, 1992, p. 30).

Essa máscara social, observada por Holanda, pode ser analisada, na perspectiva de Pêcheux (1988), como produzida pela ideologia que fornece as evidências e disfarça o caráter material do sentido. O sentido assim é atravessado pela ideologia que se manifesta na escritura do sujeito-autor, pois, também, é por ela afetado.

Outro estudioso acerca de Graciliano Ramos, Miranda (2004), aponta que o literato constrói uma memória que se contrapõe à memória oficial, retrata circunstâncias até então pouco conhecidas. Parte de suas experiências para a denúncia em sua literatura. Não procura reificar essa conjuntura, mas se contrapor com o que lhe é possível – as palavras – dentro de uma relação de poder<sup>2</sup>. Se, para Fabiano, as palavras lhe dariam status e poder, na escritura de Graciliano constituem o sentido de resistir, pois “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 1988, p. 304). A ousadia de Graciliano se materializa em seus escritos. Dessa forma, para Miranda,

---

<sup>2</sup> Sobre as relações de poder, Michel Foucault aponta que “o poder é coextensivo ao corpo, não há entre as malhas de sua rede, praias de liberdades elementares; [...] que elas não obedecem à forma única de interdição e do castigo, mas que são formas múltiplas; [...] que não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; [...]”. (FOUCAULT, 2003, p. 248-249.)

Narrar é agir. O significado do vivido toma forma de ações e através das ações compartilhadas, que se tornam o meio essencial para lançar os fundamentos de uma atuação autêntica que o futuro arrancado ao passado, na narrativa, deixa entrever. Trata-se de encontrar uma memória distinta da oficial, de opor a “tradição” sufocada à “história” triunfante e consolidada dos adversários que não cessam de vencer (MIRANDA, 2004, p. 64).

Desse modo, o estudioso vê em Graciliano Ramos, um contraponto à construção histórica pretendida pela memória oficial – a memória do governo Getúlio Vargas. A memória do período, registrada na obra gracilianista, especialmente em *Vidas Secas*, desvela uma sociedade com grandes contrastes e desigualdades sociais. Essa obra, então, encampa uma denúncia e uma acusação a esses desequilíbrios na sociedade das décadas de 1930 e 1940. Nessa direção, vemos que Graciliano se inscreve em uma formação discursiva de esquerda que é antagônica à formação discursiva na qual se inscreve o governo Vargas. Estão, assim, a nosso ver, delimitadas as condições de produção dos enunciados gracilianistas – inseridas no embate entre duas FDs antagônicas que lutam pelo espaço do poder e do dizer.

Para Dória (1993), Graciliano Ramos deve ser visto como um universalista, não como um regionalista, embora esteja colocado por muitos entre os escritores da década de 1930, do chamado regionalismo problemático. Dória afirma que este regionalismo problemático “consiste no tratamento da diversidade como elemento enriquecedor da percepção do todo, produzindo patamares superiores de identificação enquanto povo e nação” (DÓRIA, 1993, p. 30). A construção do local apenas se dá ao se particularizar o que é universal. Procura-se perceber a sociedade em seus aspectos gerais, a partir do aspecto particular.

Podemos enfatizar o olhar apontado por Dória pelas palavras do próprio Graciliano, ao se referir à cidade em que foi prefeito:

Palmeira é uma cidade essencialmente brasileira. Grande parte dos defeitos e das virtudes que no brasileiro se encontram, em geral, o palmeirense possui, em particular. Reproduz-se, entre nós, em ponto pequeno, o que o país em ponto grande produz [...] o que o Rio de Janeiro imita em grosso nós imitamos a retalho. Usamos fraque por cima da tanga, alpercatas e meias” (RAMOS, 2005b, p. 83-84).

Graciliano Ramos significa textualmente não haver a distinção entre a problemática regional e a nacional, exceto pela sua amplitude e especificidade, evidenciando o

universalismo dos seus escritos. Nessa direção, os sentidos que este enunciado carrega devem ser percebidos em um contexto nacional.

Na perspectiva de um autor memorialista e autobiográfico, Bulhões (1999) analisa Ramos (1993), tendo como ponto de partida a obra *Infância* (1945), em que retoma as lembranças de sua meninice em Alagoas, reelaborando e rememorando acontecimentos. A análise que Bulhões realiza sobre essa obra, coloca-a como um retrato de uma época, de sua aprendizagem e o seu contato com o mundo letrado, as suas angústias com o modelo que reprime e exclui os que não compreendem “esse mundo”.

Em outra análise, Coutinho (2001) menciona que Graciliano Ramos constrói uma obra literária em que se interagem o ficcional e o autobiográfico que gradativamente vai ganhando espaço em sua escrita. A obra gracilianista é “inquietante e de inquietação, denunciadora e angustiada”, nela, o local e as experiências vividas, são revisitadas em seus escritos, não apenas como forma de recordações e lembranças, mas como espaço de denúncia e inquietação acerca das relações estabelecidas e arraigadas em um espaço social de extrema desigualdade.

Já na leitura de Souza (2001), Graciliano Ramos desvela-se ao escrever suas reminiscências, visto que nelas os fatos não obedecem a limites e com a proximidade da velhice são recordadas, resumindo o passado e transmitindo experiências mediante a sua escritura. O seu “caráter ficcional grave não induz a questões metafísicas, mas, daquilo que absorveu com as experiências, seleciona sempre acontecimentos com os quais não está ligado pela cumplicidade” (SOUZA, 2001, p. 40). Dessa maneira, a autora sugere um Graciliano Ramos (re)inventor do passado, pois as suas lembranças registradas em algumas de suas obras remontam a um passado recriado pelas percepções e experiências do presente vivido.

A memória como um fenômeno social em Graciliano Ramos é a abordagem proposta por Lemos (2002). A autora analisa a obra gracilianista a partir do aporte teórico de Halbwachs (2006) sobre a memória coletiva. Estando, dessa forma, o ato de rememorar intrínseco e enraizado às experiências individuais inseridas no corpo social, “como membro de um grupo social e a partir dos lugares que ocupamos e deixamos de ocupar”.

Já Candido (2003), assegura que Graciliano Ramos se insere no movimento de ampliação da literatura brasileira após a Revolução de 1930. Naquele momento, segundo Candido (2003, p. 199-215), “houve uma ampliação e consolidação do romance [e a] radicalização posterior à Revolução daquele ano favoreceu a divulgação das conquistas da

vanguarda artística e literária dos anos 20”. Para o autor, ocorreu uma transformação do regionalismo, a partir do “romance do Nordeste”, ao extirpar o olhar paternalista, exótico e pitoresco que perpassava até então aqueles romances, substituindo esse paradigma por uma posição mais crítica e agressiva de acentuado realismo. Candido (2003) destaca Graciliano entre os grandes escritores da literatura brasileira.

#### **1.4 Graciliano Ramos e a história**

Sabemos que a história, como conhecimento instituído, percorre uma longa trajetória. Desde Heródoto, quando tinha uma função de testemunho e registro dos acontecimentos, em que a “história começou como um relato, a narração daquele que podia dizer ‘eu vi, senti’ [até os dias atuais] este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica” (LE GOFF, 1990, p. 9). Todavia, em nossa contemporaneidade, a história assume o papel de problematizar o presente a partir da análise do pretérito, buscando novas materialidades documentais, dialogando mais fecundamente com outros saberes, passando a ser chamada de Nova História. Para Le Goff (1998, p. 28-29),

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma série baseada em uma multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem.

Nessa ótica, podemos estabelecer uma relação entre Graciliano Ramos e a história. Primeiramente, por essa relação se dar na perspectiva da Nova História ao dialogar com a ampliação do campo do documento histórico, no caso, a literatura. Em um segundo ponto, por compreendermos que os escritos de Graciliano trazem “a crítica histórica do narrador [e] o olhar crítico, asceticamente despregado da sua matéria-prima, não favorece nem a linguagem do dominado [...] nem a linguagem dos dominantes, que denuncia.” (BOSI, 2003, p. 25). Vemos, nesse sentido, um Graciliano na forma-sujeito “historiador”, ao considerarmos que “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da

*forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.” (ALTHUSSER, 1973, p. 67 apud PÊCHEUX, 1988, p. 183, grifo do autor). As indagações e questionamentos do escritor são frutos da inquietação com a realidade social do período vivido, retratam, testemunham e registram uma época dada dentro da linha do tempo cronológico.

Os dizeres de Graciliano Ramos trazem questões sociais e políticas, ao mesmo tempo em que são testemunhos das décadas de 1930 e 1940 no Brasil. O sujeito-autor, tomado neste trabalho pela definição de forma-sujeito vista no parágrafo anterior, no propósito de escapar da terna apreciação do passado, utiliza-se das suas lembranças, da sua memória individual, definida como “um ponto de vista sobre a memória coletiva, em que muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69), para compreender e problematizar o quadro político e social em que viveu.

Vemos o papel da memória nos seus escritos como formulações do interdiscurso, de uma memória do já-dito quanto, por exemplo, às relações políticas do interior do Nordeste: “os maiorais do município, governo e oposição, vinham de um grupo de famílias mais ou menos entrelaçadas poderosas no Nordeste: Cavalcantis, Albuquerque, Siqueiras, Tenórios, Aquinos.” (RAMOS, 1993, p 46). Desse modo, ao rememorar a cidade de Buíque, no sertão de Pernambuco, o sujeito-autor traz à tona uma sociedade cujo status social se delimitava pelo sobrenome das famílias tradicionais, uma sociedade que discursivamente se inscrevia na rede de formulações do que era possível dizer naquele momento acerca do Nordeste. A memória do literato é perpassada pelo momento histórico vivido.

Também nos interessa o labirinto da construção de sua escrita e de evocação da sua memória. Ao analisar a escrita memorialística de Gilberto Freyre, Pesavento (2006, p. 161) aponta que:

no processo de feitura da memória, importa mais a intriga da composição do que o próprio ato acontecido. [...] estamos diante de uma verdadeira construção do fato, na medida em que, aquele que lembra tem a liberdade poética, inconsciente ou não, de selecionar o que lembrar e o que esquecer. Nesse sentido há uma potencialização do caráter ficcional da narrativa memorialística, que a aproxima da clássica definição de poesia: a memória é sempre algo que poderia ter acontecido.

Podemos observar uma diferenciação entre a memória evocada pela historiadora, alicerçada na “liberdade poética de selecionar o que lembrar e o que esquecer”, e a memória mobilizada na Análise do Discurso por Pêcheux. Tal memória vista pelo prisma da determinação ideológica que institui e desliza sentidos ao que deve ser lembrado. Não permanecendo, assim, no campo da “liberdade” que aparentemente o indivíduo possui.

Os itinerários traçados e os labirintos percorridos pelo sujeito-autor Graciliano Ramos, ao evocar uma memória de um tempo irreversível, já transcorrido, podem nos fornecer vestígios da sensibilidade e da conjuntura social e política de sua época, podem trazer à tona sinais de um passado que não pode mais ser revivido, entretanto, pode ser reinterpretado, reelaborado. É essa relação entre a história e a literatura, como formas de dizer, formas de esquecer e de lembrar, formas de discurso, que objetivamos aqui investigar através do escopo teórico da AD. Por que “esquecemos” isso? Por que “lembramos” daquilo? Ou ainda, como “lembramos” ou como “esquecemos” em tal enunciado? Essas são indagações cujas respostas são obtidas a partir dos esquecimentos, apontados por Pêcheux, que retomaremos na segunda parte do segundo capítulo.

Ao abordar Graciliano Ramos como um memorialista, Bosi (2002) examina-o mediante os laços que o prendem ao depoimento da conjuntura política e social do Brasil nos anos de 1930. Ele propõe que a obra gracilianista seja analisada como um testemunho daquele período. “Nem pura ficção, nem pura historiografia; testemunho” (BOSI, 2002, p. 21). Assim, a escritura de Graciliano se reveste de um testemunho de fatos que aconteciam naquele período, algo que precisava ser dito, testemunhado, nomeado e urgia pela atribuição de sentidos, de significações que transcenderiam as palavras em um momento de mudanças.

A nomeação em momentos de grandes transformações e mudanças cada vez mais velozes amplia a importância da linguagem na fixação e deslizamentos de sentidos e significações. Como narra Gabriel García Márquez (1998, p. 7), sobre as novidades em sua “Macondo”: “o mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisa apontar com o dedo”. O literato, então, redefine e representa as suas lembranças, as suas memórias, não como imagens congeladas de um passado que parece intacto e distante, mas um pretérito que é ressignificado pelo presente, um passado que se altera e se reconstrói a partir da experiência do vivido, da sua linguagem e das suas novas enunciações – constituindo-se “acontecimentos discursivos” pela singularidade e pela

ruptura. Nos dizeres do próprio Graciliano “fatos antigos se renovavam, confundiam-se com outros recentes, e as notícias dos jornais determinavam perturbações nos espíritos” (RAMOS, 1993, p. 47).

Desse modo, o testemunho, as imagens na lembrança, reconstruídas, ressignificadas no instante da narrativa literária, tomam novos contornos, novos traços, novas cores, marcas de um período de silenciamento, de violência, de repressão, de não poder falar, não poder discordar, “são as ruas antigas com outra gente, hoje as mesmas ruas diversas; são as pessoas mortas que me estão falando, através da transparência da falta delas hoje; são remorsos do que fiz ou não fiz, sons de regatos na noite, ruídos lá em baixo na casa queda” (PESSOA, 2006, p.162). A partir dessa relação ambígua da ausência-presença, da ausência de liberdade, da presença da prisão, da censura, da pobreza, o autor relaciona às experiências vividas no presente e no passado durante a infância em Alagoas, ao publicar *Vidas Secas* em 1938, logo após sair da cadeia no ano anterior.

O silenciamento está presente tanto na prisão de *Fabiano* no capítulo “Cadeia” como no capítulo “O menino mais velho” que “tinha um vocabulário quase tão minguado como o do papagaio que morrera no tempo da seca” (RAMOS, 2000, p. 55). A censura estava institucionalizada durante o governo Vargas que silenciava e proibia alguns discursos de circularem. Havia o controle do que poderia ser dito e do que deveria ser silenciado. Esse silenciamento perpassa e constitui a escritura gracilianista, como veremos mais detalhadamente durante as análises no terceiro capítulo.

A aparente contradição entre o tempo da memória e o tempo do presente cujas marcas se mostram na ressignificação do passado, essa relação do já-dito e do já-vivido com a sua atualização, possibilita deslocamentos e novas significações de um passado sob o signo das lembranças.

Para Bosi (2003, p. 55),

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância,

porque nós não somos os mesmos de então e porque a nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor.

Assim, a memória significa novamente ao criar novas formulações, suas atualizações inscrevem-se como novos acontecimentos discursivos na rede de formulações já existente. Essa relação entre a memória e o já-dito, Courtine (1999) vai chamar interdiscurso – voltaremos a esse ponto no segundo capítulo. Nessa concepção, convergimos para a análise da visão que Graciliano Ramos tem a respeito do que é dito. Faz dos escritos da literatura um espaço de denúncia, de crítica social e política – uma característica da FD de Esquerda na qual está inscrito. Critica os literatos que fogem dessas características de denúncia, que vivem “alheios”, que não se inscrevem nessa FD de Esquerda e cujas personagens não representam um contexto verossímil. Refere-se, por exemplo, a Amando Fontes, literato sergipano, que ao escrever *Rua do Siriri*,

Trabalhou muito, novela certinha [...] conveniente. O meio é um bairro de prostitutas [...] As meretrizes não brigam, não jogam, não bebem, nunca se dedicam à profissão, falam como senhoras e tôdas iguais, possuem sentimentos nobres. Referem-se à desgraça em que vivem, mas com injustiça. Se fôssem aquilo, venceriam, em austeridade, em recato, os mais inflexíveis estabelecimentos da educação feminina. Essas mulheres de Amando Fontes representam bem os nossos romances actuais, direitos, comedidos, inofensivos. Desapareceram os mocambos, as cadeias sujas, as bagaceiras e os canaviais, as fábricas, os saveiros, a escola da vila. E a nossa literatura começou a comportar-se, na moral e na sintaxe, como as mulheres da Rua do Siriri. Baniu-se o palavirão, verdadeiro e bíblico. Afastou-se o negro. As personagens branquearam. [...]

É importante ressaltarmos as condições de produção em que o trecho acima é produzido. O ano é 1941, o Brasil vive um momento de exceção democrática, historiograficamente, conhecido por Estado Novo, que duraria de 1937 a 1945. Getúlio Vargas aparelha o Estado brasileiro com instituições de repressão e de silenciamento através da censura instituída pelo DIP – Diretoria de Imprensa e Propaganda, dentre outras instituições e instrumentos autoritários.

Naquele momento, Graciliano era considerado um dos maiores literatos brasileiros. No olhar de Sodré (1999, p. 80), Graciliano Ramos é “um escritor, um mestre do ofício” que

não se insere apenas no rol do regionalismo, a sua obra não se refere somente ao particular, pois “seus romances são reconstituições literárias da paisagem nordestina, mas com um conteúdo universal [...] a força está no tema e, sobretudo na maneira de tratá-lo, na fidelidade ao real, sem perda no nível literário, da qualidade artística” (SODRÉ, 1999, p. 80). A sua escrita trata de questões universais da condição humana.

Desse modo, corroboramos a percepção de um literato universalista que produz seus questionamentos a partir das problemáticas aparentemente regionais. Graciliano Ramos também critica romancistas como Jorge Amado, Rachel de Queirós e José Lins do Rêgo. Para aquele escritor, eles já não possuem a ousadia dos seus primeiros escritos, com os quais se projetaram na literatura através das suas obras. “[...] Estão longe delas, constrangidos, limitados por numerosas conveniências. Para bem dizer, estão amarrados”. (RAMOS, 1941, p. 4). Graciliano continua cobrando o engajamento e coragem do início da carreira literária dos seus contemporâneos.

Nessa conjuntura política, vemos o sujeito-autor Graciliano Ramos com perfil engajado na estrutura social que precisa denunciar e é contrário à postura dos literatos contemporâneos seus que não teriam a ousadia de outrora em seus escritos. A falta de verossimilhança e realismo nas obras da literatura brasileira de sua época é denunciada, trazem inquietação. As meretrizes, personagens da *Rua do Siriri*, são recatadas, o sujeito-autor Graciliano aponta que “essas mulheres de Amando Fontes representam bem os nossos romances atuais, direitos, comedidos, inofensivos”.

Vemos um Graciliano que retrata com realismo as dificuldades do interior do Nordeste, mas não as constrói, não as inventa. Deslocaremos, pois, neste trabalho, a nossa análise em relação ao enfoque trazido por Albuquerque Jr. (1999, p. 241-242) sobre a obra de Graciliano:

Graciliano constrói um Nordeste de vidas infelizes, parcas, trapos de pessoas que rolam cheios de pus pelos munturos. Pessoas tão diferentes daquelas do litoral que, ao chegarem àquela área, não reconheciam hábitos, objetos e palavras. Nordeste das cidades sonolentas, onde os homens nasciam oportunamente, casavam oportunamente e morriam oportunamente. [...] Nordeste onde o eleitor cambembe votava para receber um par de chinelos, um chapéu e um jantar que o chefe político oferecia, e onde todos queriam a vida fácil do serviço público.[...] Um Nordeste onde as ações se definem pela imitação, pelos gestos copiados dos mais velhos. Nordeste de pessoas

que executam ações sem saberem as forças reais que as determinam, presas a quase rituais. [...] Eram camponeses ridículos, andando banzeiros como urubus, de pés espalhados como de papagaios, nos quais não entrava nem sapato [...].

Segundo Albuquerque Jr. (1999, p. 241, grifo nosso), “[Graciliano] busca encontrar na *linguagem livre de qualquer ideologia, aquela linguagem capaz de expressar a verdade* deste Nordeste do seco, do brutal, do indelicado, dos lugares sombrios, odiosos e tristes”. Assim, atribui a Graciliano a construção de um Nordeste de miséria, de “vidas infelizes”, “de camponeses ridículos” em que o tempo parece resistir a passar.

Contudo, compreendemos que Graciliano Ramos não trata de um mesmo Nordeste, não busca uma homogeneidade de um objeto que cria e inventa, mas ao (re)escrever, (re)inventar a sua literatura, partindo de sua memória e da experiência do vivido, o literato não forma um conjunto de enunciados que se referem a um único e mesmo objeto. Como assevera Foucault, “esse conjunto de enunciados está longe de se relacionar com um único objeto, formado de maneira definitiva, e de conservá-lo indefinidamente como seu horizonte de idealidade inesgotável” (2002, p. 36). Esse “Nordeste” de Graciliano é apenas uma de suas faces, face essa vivida e experimentada pelo autor que, em sua inquietude, a denuncia, mas, definitivamente não o constrói, aponta.

Afirmar que Graciliano buscava “uma linguagem livre de qualquer ideologia”, seria descuidarmos a própria natureza da linguagem, que não se dá na ordem de uma liberdade idealizada, pois está afetada por interesses, lugares de fala, pontos de vista, papéis sociais, formas de ver e pensar o mundo, de refletir sobre a realidade. “Na verdade, somos falados ou falamos por nós, nos discursos ideológicos que nos aguardam desde o nosso nascimento, dentro dos quais nascemos e encontramos nosso lugar” (HALL, 2003, p. 189). Assegurar que Graciliano busca “aquela linguagem capaz de expressar a verdade deste Nordeste do seco, do brutal, do indelicado, dos lugares sombrios, odiosos e tristes”, e buscar a construção de um nordeste pobre e miserável, seria olvidar a multiplicidade e diversidade do Nordeste e cair na própria armadilha de que o Nordeste é uma construção discursiva apenas. Ele também o é, mas não apenas. Seria não ponderar a impossibilidade da linguagem, como tal, de encerrar a verdade em si mesma, apreendê-la e expressá-la. Seria, por fim, não considerarmos os efeitos de sentidos de militância, de crítica, de denúncia e de contraponto à ordem instituída por parte

do sujeito-autor Graciliano, amplamente reconhecida e publicada pelos críticos literários e, estudiosos de sua obra.

Não vemos, portanto, neste trabalho, a obra gracilianista como um enunciado único que se mantém continuamente ao longo de sua escrita, contudo constituída por uma heterogeneidade estruturada que resulta do trabalho discursivo do sujeito-autor, a partir de sua tomada de posição do sujeito, entendida, como o funcionamento do sujeito no qual “‘em total consciência e em total liberdade’, tome iniciativas pelas quais se torna ‘responsável’ como autor de seus atos etc, [...] enquanto sujeito-falante” (PÊCHEUX; FUCHS, 1988, p. 171). Assim, como sabemos, um texto é produzido por vários recortes vindos de lugares outros e mantém uma aparente unidade de sentido, “o sujeito-autor mobiliza vários e diversificados recortes textuais relacionados a redes discursivas e diferentes subjetividades. Esse fazer o conduz a estabelecer uma trama entre diferentes recortes discursivos” (INDURSKY, 2001, p. 30-31). Longe de manter uma unidade, os textos de Graciliano são formados por rupturas, descontinuidades que não abordam especificamente o Nordeste, o lugar, conferindo-lhe uma essência. Insere-se em uma estratégia que busca uma ruptura, uma desnaturalização do estabilizado, uma evidenciação dos valores dominantes inseridos em condições de produção dadas – o período Vargas.

Enfim, uma denúncia, um contraponto a uma lógica de poder que se institui e tem continuidade a partir das suas relações e de seus discursos, que se escondem, disfarçam-se e mascaram-se através de uma vontade de verdade que, para Foucault, “se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la” (2005, p. 20), que não ocorrem apenas nas cidades do interior do Nordeste, tomadas como palco, como pano de fundo na obra literária, vista como enunciados produzidos pelo sujeito-autor Graciliano Ramos e que estão em toda parte. A verdade aqui se estabelece, não mais na sua oposição entre verdadeiro ou falso, mas como efeitos de verdade, isto é, “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros” (FOUCAULT, 2003, p. 232-233).

Graciliano Ramos reveste-se da forma-sujeito militante a partir da literatura, inscrita em uma FD de esquerda, que se contrapõe à FD dominante de direita do governo Getúlio Vargas. O trecho da carta, a seguir, escrita após o fim do Estado Novo, em que responde a um convite para se lançar candidato nas eleições de 1946, pelo Estado de Alagoas, traz marcas de sua desambição política e reafirma a convicção do lugar de sujeito que ocupou:

Nestes últimos dez anos o mundo tem dado tantas voltas que estive a pique de fazer uma viagem a Alagoas, só desistindo da idéia porque, tendo aqui chegado em porão de navio muito vagabundo, não achei conveniente regressar num aeroplano [...] Não é que lembraram de fazer de mim candidato a deputado? Vejam só. Pois nesse carácter dirijo-me ao público de que disponho na Terra dos marechais e dos generais – duas dúzias de pessoas, se tanto. [...] Entre ser literato medíocre ou ser deputado insignificante, prefiro continuar na literatura e na mediocridade. E digo isto sem falsa modéstia. Reparem na significação exacta das palavras. Não considero a minha literatura insignificante: ela é apenas medíocre, e, por conseguinte, mais ou menos aceitável. **Acho-me perfeitamente à vontade na livraria. Mas na Câmara é certo que faria uma figura bem chinfrim.** Nenhuma conveniência em mudar de ofício neste fim de vida. Está explicada, suponho, esta desambição aparente. (RAMOS, 1945?, f. 1-2)

Desse modo, vemos Graciliano evidenciar a sua visão a respeito do que é ser literato e do que é estar inscrito em uma FD de Esquerda, de ser militante e que sua militância não ambicionava cargos políticos. Ao se achar “perfeitamente à vontade na livraria [e afirmar que] na Câmara é certo que faria uma figura bem chinfrim”, mostrava a sua convicção de que a própria literatura poderia ser esse espaço discursivo de denúncia, militância e reivindicação por transformações sociais e políticas.

A literatura de Graciliano Ramos e os fragmentos dos seus escritos não-ficcionais, que foram analisados ao longo dessa pesquisa, revelam o seu envolvimento com as questões sociais, políticas e culturais de seu tempo. Denotam, na multiplicidade de suas personagens, experiências de sua própria vida, mostrando uma característica presente em seu discurso – a modéstia ou uma modéstia dissimulada, pois a essa altura já era um literato consagrado. Portanto, são esses engajamentos, tensões, denúncias e indícios sobre as décadas de 1930 e 1940 que nos impulsionam a enveredar nessa investigação sobre a multiplicidade de um autor.

## **CAPÍTULO II**

### **ENTRE SENTIDOS, ESQUECIMENTOS, SUJEITO E IDEOLOGIA: ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO**

## 2. ENTRE SENTIDOS, ESQUECIMENTOS, SUJEITO E IDEOLOGIA: ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

*O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc; não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).*

**Michel Pêcheux, Semântica e Discurso.**

**R**evisitar alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa é o que pretendemos neste segundo capítulo. Nesse sentido, abordaremos brevemente o contexto do seu surgimento na França na década de 1960, onde as transformações sociais e políticas se refletiam nas novas formulações de pensamentos que efervesciam na Europa.

Enfatizamos a Análise do Discurso (AD) como uma teoria no entremeio, “uma articulação teórica de três regiões do conhecimento: o marxismo, uma teoria freud-lacanianiana do sujeito e a linguística” (COURTINE, 1982, p. 242). Ressaltaremos o olhar de filósofos como Karl Marx e Louis Althusser que Michel Pêcheux retoma como ponto de partida para formular o alicerce teórico da AD, bem como de colaboradores, a exemplo de Jean-Jacques Courtine e Paul Henry, dentre outros. Nessa direção, percorremos, em nossa trajetória epistemológica, conceitos como, sujeito, história, memória, esquecimento, interdiscurso, intradiscurso, formação dos objetos, ideologia, condições de produção, sentido, discurso transversal e pré-construído que formaram um amálgama para melhor compreendermos a obra gracilianista em sua formação discursiva, observando a memória discursiva no interdiscurso e sua atualização no intradiscurso.

Buscamos, pois, ocupar o lugar do analista do discurso, um lugar de procura pelos sentidos, “mostrar de que forma o texto é opaco, porque opaco e equivocado e o que provoca isso” (FURLANETTO, 2006, p. 4). Neste capítulo, tratamos, metodologicamente, de apresentar as bases teóricas que utilizamos em nossas análises na presente pesquisa. Os conceitos, aqui apresentados, permitiram esclarecer um pouco mais os caminhos que

trilhamos, também afetados pela ideologia, nas análises das sequências discursivas recortadas da escritura gracilianista entre as décadas de 1930 e 1940, no Brasil.

## **2.1 – A contribuição da Análise do Discurso na busca dos sentidos**

O contexto de surgimento da Análise do Discurso é emblemático. No fim da década de 1960, a França vivia uma efervescência política e social que se imbricava com uma revolução epistemológica dos saberes. Vários pensadores e intelectuais franceses daquele período, pertencentes a diferentes gerações, marcavam o cenário das ciências sociais e vários campos do saber reviam e ressignificavam os seus pressupostos. Nesse contexto de transformações, Michel Pêcheux, filósofo e linguista francês, aparecia em cena, bem como, o filósofo e historiador Michel Foucault.

Naquele cenário, a AD surge do ponto de vista político na perspectiva de uma intervenção, de transformação, visando combater o formalismo linguístico então vigente, visto como uma nova facção do tipo burguês. Simultaneamente, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, surgindo, daí, a sua relação crítica com a linguística. Abre, então, “um campo de questões no interior da própria linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época” (FERREIRA, 2005, p. 2).

A partir de diálogos e embates com pensadores como Michel Foucault, de quem parte do conceito de formações discursivas, que veremos mais adiante, dando-lhe um novo significado, Pêcheux afirmava inaugurar uma forma de reflexão, não uma nova teoria, pois, asseverava não ter a pretensão de configurar a AD epistemologicamente como tal. Partindo de uma releitura de Saussure, conforme aponta Courtine (1999, p. 7-8), Pêcheux via na AD um projeto pensado para uma negação e uma superação do gesto separador entre língua e fala de Saussure. Teve, assim, o primeiro objetivo de rearticular aquilo que o corte saussuriano havia separado, fazer ressurgir o que a instituição de uma linguística formal havia removido do campo da ciência da linguagem: as condições de emprego da língua.

Dessa forma, a Análise do Discurso surge na forma de um dispositivo que busca articular a linguística e a sociedade, especificamente as relações externas à língua e o seu

emprego, que remetem à ideologia e à constituição do sujeito como um lugar de inscrição ideológico, um lugar de fala, não mais um sujeito empírico que enuncia livremente através de sua autonomia e pelo seu pensar.

Desvela, assim, que o sujeito não é o dono do seu próprio dizer, que essa autonomia enunciadora é ilusória. Ilusão essa causada pelos esquecimentos formulados mais tarde por Pêcheux, que veremos adiante neste capítulo, que têm como consequência a ideia de um sujeito como causa de si, autônomo, pleno. Todavia, Pêcheux desconstrói o esquecimento, evidenciando o processo pelo qual operam os sentidos, a memória, nesse complexo emaranhado em que o sujeito se esquece dessa exterioridade que dá origem ao seu dizer.

No artigo intitulado “A Análise do Discurso: três épocas”, publicado originalmente em 1983, Pêcheux distingue três fases diversas na trajetória epistemológica da AD. A “primeira época da análise de discurso: AD-1 como exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural” (PÊCHEUX, 1990, p. 311). Nessa primeira fase, a AD aparece como uma maquinaria da análise cuja estrutura buscava desvelar como o processo de produção discursiva determina o sujeito e o seu dizer.

Partindo de um ponto em que a AD se constitui em “um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas [...] num espaço discursivo supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas (1990, p. 312, grifo do autor), A AD-1, como essa fase é denominada por Pêcheux, não permite a compreensão da heterogeneidade. Nessa fase, busca-se localizar repetições semânticas e parafrásticas, a partir das quais se construiria uma “álgebra discursiva” que deveria ser interpretada pelo analista.

A segunda fase da AD é chamada, por Pêcheux, de “AD-2: da justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual” (1990, p. 313). Nela, a noção de máquina estrutural fechada trazida pela AD-1 começa a ser reconfigurada. A noção de formação discursiva (FD), ressignificada a partir de Michel Foucault, modifica substancialmente a perspectiva de análise. Pêcheux aponta que a “FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadido por elementos que vêm de outro lugar’” (1990, p. 314). Esses elementos vindos de outras FD denotam a sua heterogeneidade que é marcada pela introdução de dizeres outros. A noção de interdiscurso, a ser retomada, aparece nesse instante e sua evidenciação se dá mediante a forma de pré-construídos e discursos transversos que abordaremos neste capítulo.

Já na terceira fase da Análise do Discurso, a qual Pêcheux denomina de “a emergência de novos procedimentos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas: AD-3” (1990, p. 315), o procedimento de análises por etapas, com ordem fixa, explode definitivamente. Como aponta Pêcheux, essa explosão se dá através da desestabilização das garantias sócio-históricas e da reconfiguração do campo discursivo analisado que passa a operar na interação de “encadeamentos intradiscursivos – ‘interfrásticos’ – que permite à AD-3 abordar o estudo da *construção* dos objetos discursivos e dos acontecimentos” (1990, p. 316, grifo do autor). A heterogeneidade enunciativa permite nessa fase da AD a percepção do discurso-outro. No entanto, Pêcheux afirma que esta terceira fase traz, sobretudo, muitos pontos de interrogação e caminhos a serem percorridos pela AD.

## 2.2 – Ideologia, sujeito e esquecimento

A discussão concernente ao conceito de ideologia se mostra bastante complexa na atualidade. Apresenta uma longa trajetória no campo das ciências humanas, desde que o termo foi “literalmente inventado por um filósofo francês pouco conhecido, Destutt de Tracy, que publicou, em 1801, um livro chamado *Elements d’Idéologie*” (LOWY, 2002, p. 11). Tema central de algumas correntes de pensamento, o conceito de ideologia apresenta uma polêmica ressignificação na contemporaneidade, ao ponto de ser negado e não aceito por vários pensadores. Longe de pretender realizar um tratado sobre este conceito, aqui nos interessa buscar compreendê-lo como ponto central do referencial teórico desenvolvido por Michel Pêcheux que alicerça a Análise do Discurso. Assim, ressaltaremos a importância do aparecimento deste conceito, ao longo das análises sobre a escritura do sujeito-autor Graciliano Ramos, no presente trabalho.

Marx e Engels (2007, p. 3), em *A ideologia alemã*, já no prefácio da obra, enfatizam as suas propostas filosóficas e o que pensam sobre a ideologia:

Até agora, os homens sempre tiveram idéias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser [...] Esses produtos de seu cérebro cresceram a ponto de dominá-los completamente. Criadores, inclinaram-se diante de suas próprias criações. Livremo-los, pois, das quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais eles se estiolam.

Revoltemo-nos contra o domínio dessas ideias. Ensinem os homens a trocar essas ilusões por pensamentos correspondentes à essência do homem, diz alguém; a ter para com elas uma atitude crítica, diz outro; a tirá-las da cabeça, diz o terceiro e – a realidade atual desmoronará.

Dessa maneira, os filósofos introduzem, no início da sua obra, um convite para uma ruptura ao domínio vigente das ideias, que será caracterizado, conforme esses filósofos, como representações da burguesia alemã, repetidas e construídas “pelos modernos filósofos revolucionários alemães” (MARX e ENGELS, 2007, p. 4). Historicamente, a divisão do trabalho só se efetiva, a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Para esses filósofos, a partir do instante em que o trabalho começa a ser dividido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta, e da qual ela não pode fugir; ele é caçador, pescador, pastor ou crítico, institui-se, pois, nessa corrente de pensamento, a desigualdade entre os homens.

Assim, a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo, leva esse último a tornar-se independente sob a forma de Estado. É através do Estado, que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época.

Já Althusser (1985), afirma que os Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE – funcionam através da ideologia. O filósofo divide a ideologia em: Ideologia geral e ideologias particulares – que expressam sempre, qualquer que seja sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe. Partindo da afirmação de Marx que “a ideologia não tem história”, Althusser (1985, p. 84) elabora o pensamento de que as ideologias particulares têm história, enquanto a ideologia em geral não a tem:

Porque, por um lado, acredito poder sustentar que as ideologias têm uma história sua (embora seja ela, em última instância determinada pela luta de classes); e por outro lado, acredito poder sustentar ao mesmo tempo que a ideologia em geral não tem história, não em um sentido negativo (o de que sua história está fora dela), mas num sentido totalmente positivo.

Nessa direção, Althusser formula uma proposição freudiana para sua concepção de ideologia: “a ideologia não tem história pode e deve ser diretamente relacionada à proposição

de Freud de que o *inconsciente é eterno*, isto é, não tem história” (1985, p. 84, grifo do autor). A influência de Freud sobre o pensamento althusseriano, podemos observar no trecho abaixo:

A ideologia é eterna como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral. **Eis que porque me considero autorizado, ao menos presuntivamente, a propor uma teoria da ideologia em geral, no mesmo sentido em que Freud apresentou uma teoria do inconsciente em geral** (ALTHUSSER, 1985, p. 85, grifo nosso).

Dessa forma, vemos Althusser formular as teses centrais sobre a ideologia: 1 – A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; 2 – A ideologia tem uma existência material. Na primeira tese, o autor observa que ao menos que se viva em uma ideologia particular (religiosa, moral, jurídica, política etc.), a “visão de mundo” por ela produzida não corresponderá à realidade, mas a uma relação imaginária com suas condições reais de existência.

Na segunda tese, afirma que

as ‘idéias’ ou ‘representações’ etc, que em conjunto compõem a ideologia, não tinham uma existência ideal, espiritual, mas material. Chegamos mesmo a sugerir que a existência imaginária, ideal, espiritual das ‘idéias’ provinha exclusivamente de uma ideologia da ‘idéia’, da ideologia [...] (ALTHUSSER, 1985, p. 88).

Uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material, todavia alicerçada em uma relação imaginária com suas condições de existência. Vemos então que a ideologia é uma

representação do mundo determinada (religiosa, moral, etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais) (ALTHUSSER, 1985, p. 89).

Para Althusser (1985), a ideologia, como tese central de sua teoria, interpela os indivíduos enquanto sujeitos. Ele aponta que só há prática através de e sob uma ideologia, e essa só existe pelo sujeito e para o sujeito, tornando o sujeito “evidente”, “transparente”, pois, a evidência de que somos sujeitos é um efeito ideológico elementar. Para Althusser, a ideologia funciona, age recrutando sujeitos dentre os indivíduos, transforma os indivíduos em sujeito através da interpelação, “que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: ‘ei, você aí!’” (p. 96). Para o filósofo,

[...] a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos. Sendo a ideologia eterna, devemos agora suprimir a temporalidade em que apresentamos o funcionamento da ideologia e dizer: a ideologia sempre/já interpelou indivíduos como sujeitos, o que quer dizer que os indivíduos foram sempre/já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que necessariamente nos leva a uma última formulação: os indivíduos são sempre/já sujeitos. Os indivíduos são portanto ‘abstratos’ em relação aos sujeitos que existem desde sempre. Esta formulação pode parecer um paradoxo. (ALTHUSSER, 1985, p. 98).

Retomando os escritos de Marx e Engels, para Althusser, a produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. A moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia, visto que são os homens que, desenvolvendo suas produções materiais, transformam seu pensamento e também os produtos do seu pensamento.

Por outro lado, em relação à Análise do Discurso, vemos Pêcheux buscar uma articulação entre ideologia e inconsciente na constituição do sujeito, em uma tentativa de aplicar aos estudos da linguagem a noção de sujeito da ideologia. Pêcheux nega a concepção idealista de sujeito e propõe uma teoria não-subjetiva da sua constituição. Nela, o sujeito se constitui mediante interpelação do indivíduo pela ideologia, proporcionando-lhe uma identificação com determinadas FD e os sentidos nelas contidos, causando-lhe uma ilusão de estar na fonte do sentido, fonte do seu dizer. Isso se dá mediante um processo de assujeitamento (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 170-171).

Pêcheux retoma o conceito de ideologia, distinguindo dois tipos, conforme Althusser: a ideologia geral, que é eterna, assim como o inconsciente é para Freud, não tem história, é imutável; a ideologia particular, que tem sua história própria, é determinada pela luta de classes. Dessa maneira, a relação entre ideologia e inconsciente começa a ser esclarecida para Pêcheux, a partir da tese fundamental de Althusser de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos e a ressignifica. Nesse sentido,

A tese principal é a de que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é “produzido como causa de si” (PÊCHEUX, 1988, p. 261).

Para Pêcheux, a ideologia fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem e que mascaram o caráter material do sentido, pois, o enunciado

é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 2006, p. 53).

O sentido não existe em si mesmo, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo, pode variar de um enunciado para outro, entre diferentes formações discursivas e momentos de enunciação, observada aqui

como a relação sempre necessariamente presente do sujeito enunciator com o seu enunciado, no próprio nível da língua [... pois] o discurso do sujeito se organiza por referência (direta, divergente), ou ausência de referência, à situação de enunciação (o ‘eu-aqui-agora’ do locutor) que ele experimenta subjetivamente como tantas origens quantos são os eixos de referenciação (eixo das pessoas, dos tempos, das localizações) (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 174).

Há uma intrínseca relação entre sentido, enunciado, enunciação, formação discursiva e ideologia, visto que os sentidos não são dados a priori e deslizam entre os enunciados, no momento de sua enunciação, cujos sujeitos são interpelados pela ideologia no interior de uma FD dada. Vemos, ainda, que toda formação discursiva dissimula sua dependência em relação ao complexo de formações ideológicas na qual se inscreve. Nesse sentido, Indursky (1998, p. 17) assinala o discursivo igualmente ligado ao interdiscurso, constituído por um complexo de formações discursivas que não existem isoladamente. Elas se relacionam entre si, seja para estabelecer alianças, seja para se opor umas às outras.

Pêcheux (1988, p. 302), também, faz uma crítica ao pensamento de Michel Foucault, apontando para o “seu embaraço com respeito à psicanálise e ao marxismo”. Reconhece um avanço e um interesse à teoria do discurso no pensamento foucaultiano, no entanto, afirma que nele há um obscurecimento das lutas revolucionárias, “ficando inapreensíveis os pontos de resistência e as bases da revolta de classe” (idem, p. 302). Assevera sua discordância em Foucault não reconhecer a existência da luta ideológica de classes. Essa abordagem da ideologia constitui-se em um dos principais pontos de divergência teórica entre Foucault e Pêcheux.

Conforme assinala Gregolin (2004), os dois filósofos colocam-se no campo da complementaridade, uma vez que não são contraditórios, mas divergentes em suas abordagens. Para a autora, “o ponto teórico central é a crítica de Pêcheux à ausência de certas categorias marxistas na proposta foucaultiana, principalmente conceitos de ‘ideologia’ e de ‘luta ideológica de classes’” (GREGOLIN, 2004, p. 123), apresentada, em 1977, no México, no texto *Remontemos de Foucault a Spinosa*.

Percebemos, então, que a ideologia vem se tornar um dos principais pontos de divergência entre esses dois filósofos que influenciam os estudos acerca da Análise do Discurso na contemporaneidade. Em nosso trabalho, ao analisarmos a escritura gracilianista, optamos por considerar, fundamentado nas formulações teóricas de Michel Pêcheux, que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e que institui sentido aos dizeres, como também possibilita, a partir do esquecimento, que o sujeito se considere causa de si.

Pêcheux enfatiza o viés marxista de seu pensamento afirmando que “[...] a interpelação é, simultaneamente, ideológica e jurídica, isto é, que ela *não se efetua na esfera fechada e vazia do cultural*, mas na imbricação dos aparelhos ideológicos e do aparelho

repressivo (jurídico-político) de Estado” (PÊCHEUX, 1988, p. 266, grifo nosso). Assim, observamos que o filósofo francês dá pouca importância aos aspectos culturais, privilegiando os aspectos ideológicos e jurídicos da interpelação. Pêcheux relaciona o “efeito Munchhausen” ao processo de apagamento decorrente da produção do sujeito como causa de si – um efeito de contradição, metaforizado no Barão de Munchhausen que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos. Na forma-sujeito do discurso, coexistem interpelação, identificação e produção de sentido.

Já Paul Henry (1992), partindo do materialismo histórico, da ordem de determinação do prático ao teórico, estabelece duas formas-sujeito distintas que se relacionam diretamente com a ideologia: a) forma-sujeito no campo da ciência; b) forma-sujeito no campo da complementaridade, da realidade psicológica e da realidade social.

Na relação entre sujeito e ideologia, Paul Henry afirma que o sujeito da ciência ou do conhecimento é uma categoria constitutiva das ideologias teóricas – na prática científica é produzida a evidência da verdade e da objetividade, o que aponta a necessidade prática do teórico. A forma sujeito-simples está ancorada nas ideologias práticas, enquanto a forma-sujeito “indivíduo sujeito” apresenta-o como interioridade da individualidade orgânica – é a forma constitutiva das ideologias práticas burguesas que foi constituída a partir da noção de sujeito das ideologias jurídico-político-burguesas através de noções de representatividade jurídica-individual, de direito político individual etc.

Essa noção jurídica de sujeito – inerente às noções de direito burguês, constituiu-se como sujeito da natureza fazendo relações naturais e universais entre indivíduos-sujeitos. Assim, entre sujeito e indivíduo há uma subjetividade natural e irreduzivelmente individual ao mesmo tempo universal. No entanto, na luta de classes, as formações ideológicas se constituem forma-sujeito: sujeito-coletivo – a célula, a seção sindical, o partido, as massas etc. Rompe com a forma-sujeito dessas ideologias práticas burguesas (Henry, 1992, p. 138). No sujeito da ideologia, sujeito e sentido são constituídos a partir da relação com outros textos, outras palavras, outras formas-sujeito, outros discursos. Há uma presença marcada da exterioridade que lhe é constitutiva.

Já o sujeito-linguagem-psicanálise – o inconsciente e a ideologia – não são da ordem da individualidade. Supõe uma relação entre teórico e prático. Henry afirma que Marx e Freud desempenharam o papel da subversão do sujeito da complementaridade – forma-sujeito da realidade psicológica, da realidade social.

A relação entre sujeito da ciência e indivíduo-sujeito se assemelha à relação objeto do conhecimento e objeto real. Na forma-sujeito da ciência no materialismo histórico e na psicanálise, o sujeito deixa de ser autônomo. O sujeito do materialismo histórico – sujeito do conhecimento, ligado às formas de reprodução e divisão do trabalho – determina a produção-reprodução de ideologias práticas e teóricas no interior dos Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE, tornando esse processo de produção-reprodução no campo da história, um processo sem sujeito e nem fins (Henry, 1992, p. 143).

Paul Henry analisa as formas-sujeito no campo da complementaridade. O sujeito da psicanálise é o que supõe a ciência moderna – aquele da certeza cartesiana revisável no seu fundamento, da civilização científica, da interdição. Enquanto que o sujeito da linguagem é aquele do assujeitamento ideológico e o do inconsciente – da interdição. O sujeito da língua pressupõe uma relação com a linguagem e naquele da ideologia há uma relação com a luta de classes decorrente da divisão de trabalho. Entre o sujeito da linguagem e o do assujeitamento ideológico há uma defasagem, há uma contradição, uma incompletude, e, é exatamente nessa falta, nesse furo, que a AD busca discutir a sua constituição.

De maneira complementar, ampliando a discussão acerca da ideologia e desvelando-se um pensador notadamente marcado pelo materialismo histórico, Pêcheux observa que não se fica quite com o materialismo histórico apenas pela simples referência às condições de produção sócio-históricas do discurso e a inversão da teoria comunicacional da linguagem, elaborada por Jakobson, em uma teoria instrumental e pragmatista, segundo a qual a linguagem serve para agir sobre outrem. Ou ainda, apresentando o materialismo histórico e o materialismo dialético por antecipação, isto é, colocando-os antes de se começar o trabalho.

Na tentativa de evitar cair em uma reflexão meramente linguística sem o aporte teórico do materialismo histórico, Pêcheux desenvolve o que chama de “certas teses filosóficas do materialismo histórico” na relação entre o ser e o pensamento, dualidade sujeito-objeto, ao processo sem sujeito. Traz ainda algumas proposições para apontar elementos capazes de fornecer a base de uma análise científica dos processos discursivos, de modo a articular os três campos que constituem a AD.

Ao formular a sua Tese nº. 1 – tese filosófica referente ao real e à necessidade, que fundamenta todo o trabalho, Pêcheux afirma que o “real existe independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real, ou seja, há uma não-simetria entre real e pensamento” (PÊCHEUX, 1988,

p. 255). Portanto, o pensamento e o real estão em diferentes domínios que se relacionam e se complementam. O pensamento é uma forma particular do real. O real determina as formas do pensamento por meio de modalidades histórico-materiais que são determinadas pelas lutas de classe. Dessa maneira, não se rompe jamais com a ideologia em geral, mas sempre com esta ou aquela formação ideológica.

Refletindo a respeito da relação entre ideologia e inconsciente, observamos Pêcheux, fundamentando-se nos escritos teóricos psicanalíticos de Sigmund Freud, propor dois tipos de esquecimento. O esquecimento nº. 1, “cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. [...] é de natureza *inconsciente*, no sentido que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma”(PÊCHEUX; FUCHS, p. 177, grifo dos autores) . Dessa maneira, por ser da ordem do inconsciente e inacessível, o esquecimento nº. 1 leva o sujeito à ilusão de ser a origem do seu dizer, pois, “o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1988, p. 173). O sujeito, ao se colocar, como essa origem do seu dizer e fonte do sentido do seu discurso, tem a ilusão constitutiva de que precede e está na origem do sentido do discurso, esse processo é chamado “efeito-sujeito”. (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 169).

Já em relação ao esquecimento nº. 2, Pêcheux e Fuchs (1990, p. 177, grifo dos autores) assinalam que:

o sujeito pode penetrar conscientemente na zona do [esquecimento] nº. 2 e que ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro. Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº. 2, que é a dos *processos de enunciação*, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente.

A defasagem que introduz o discurso do outro, observada acima, é vista em Pêcheux como o reflexo da exterioridade no interior de uma formação discursiva. No interior da FD, como vimos, o sujeito não tem acesso à dominância da exterioridade, por ser da ordem do inconsciente, e, por consequência, o sujeito tem a ilusão da transparência do sentido e fonte do dizer. Essa operação se dá através de processos de enunciação que “consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que

têm por característica colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não-dito’” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 175-176). Esse efeito de ocultação parcial, Pêcheux e Fuchs (1990, p. 176) propõem chamar de esquecimento n.º 2, identificando “a fonte da impressão da realidade do pensamento para o sujeito (‘eu sei o que eu digo’, ‘eu sei do que falo’)”. Desse modo, temos uma operação de seleção linguística realizada pelo falante entre o dito e o não-dito, no interior do domínio do sujeito e lhe dá a ilusão de que o seu conhecimento reflete o conhecimento objetivo da realidade.

Assim, o esquecimento n.º 1 é o ponto de articulação entre ideologia e inconsciente, no qual o exterior da FD é “radicalmente ocultado para o sujeito falante que está sob a dominância dessa formação discursiva” (PÊCHEUX, 1988, p. 176). Enquanto o esquecimento n.º 2 é o ponto de articulação entre linguística e teoria do discurso, “cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua ‘liberdade’ de sujeito-falante” (PÊCHEUX, 1988, p. 175).

Para Pêcheux (1988, p. 257-258), o pensamento não é homogêneo, absoluto, transparente, conexo nem remete à exterioridade subjetiva da consciência, ou seja, ao sujeito das ideias. Ao contrário, o pensamento só existe sob a forma de “regiões de pensamento” submetidas a uma lei interna da exterioridade que a determina. Essa exterioridade é o conjunto dos efeitos, na esfera da ideologia, da luta de classes sob suas diversas formas: econômicas, políticas e ideológicas. Assim, o sujeito se constitui nessa relação com a ideologia que o interpela e o afeta no plano da exterioridade. Não é o sujeito empírico, mas o do discurso, que é assujeitado e não é causa de si.

O autor dialoga, ainda, com o conceito de pré-construído, “para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado” (PÊCHEUX, 1988, p. 99). O pré-construído, para Pêcheux (1988, p. 171), remete àquilo que “todo mundo sabe”, aos pensamentos do “sujeito universal”, relacionado ao que podemos ser e entender em um dado contexto situacional.

Em sua proposição n.º 3, o funcionamento científico, nomeado de conceptual-experimental, Pêcheux materializa a necessidade-real como necessidade-pensada e torna localmente excluídos o sentido e o sujeito, nunca existe sob a forma disjunta do seu oposto nocional-ideológico. Assim, a apropriação do real pelo pensamento supõe o trabalho de apropriação subjetiva na e sobre a forma-sujeito do discurso, onde em última instância ocorre

a interpelação do sujeito pela exterioridade ideológica, identificação imaginária do sujeito com a FD que o domina e a produção de sentido.

Nessa direção, a produção dos conceitos científicos se torna um processo sem fim, uma vez que as ciências obedecem a um processo dialético, sem fundamento em nenhum sujeito empírico ou transcendental pelo processo sem sujeito da necessidade-real, o processo natural-social objetivo – econômico político e ideológico. Para o autor, há um paradoxo a ser compreendido: o trabalho de apropriação subjetiva na e sobre a forma-sujeito coexiste ao processo sem sujeito da produção dos conceitos científicos. Os indivíduos agem sempre sob a forma de sujeitos. São interpelados sob a forma específica de posições teóricas que tomam partido em uma conjuntura dada (PÊCHEUX, 1988, p. 269-270).

A representação do processo sem sujeito do conhecimento sobre os indivíduos realiza um questionamento da forma-sujeito em seu interior. A “desidentificação” se efetua, paradoxalmente, por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos, funciona contra si mesmo. Pêcheux aponta ainda que a produção dos conhecimentos consiste na transformação de “matérias-primas” ideológicas em objetividades materialistas através de ideologias novas e de formas novas de interpelação ideológica.

Os esquecimentos aos quais Pêcheux se refere, chamados de nº. 1 e nº. 2, possibilitam o apagamento da interpelação ideológica em relação ao sujeito. Dessa forma, constrói-se o efeito de que o sujeito é “causa de si”, esquecendo que para ser constituído como tal, precede a sua interpelação pela ideologia e a sua inscrição em dada formação discursiva, ambas pré-existentes a ele próprio. Assim, o sujeito é “filho do seu tempo”, pois os embates ideológicos se dão em um tempo e um espaço bem determinados pela História. Dessa maneira, observamos que a ideologia se torna um conceito fundamental no pensamento formulado por Michel Pêcheux e que alicerça a Análise do Discurso.

Por outro lado, o processo de sujeição do sujeito em Michel Foucault se efetua de maneira diversa. Tanto Pêcheux quanto Foucault rompem com a ideia do sujeito humanista, autônomo que decide e arbitra livremente sobre aquilo que faz e aquilo que diz. Já vimos que Pêcheux aponta a ideologia, que antecede o sujeito e que o interpela como tal, constitui-se naquilo que interfere e o influencia a partir da sua identificação com a ideologia dada.

Para Foucault, o assujeitamento não se dá pela ideologia, tampouco pela luta de classes, contudo se dá pelas microlutas que se espalham por todo o corpo social, como bem

nos lembra Gregolin (2004). A luta pelo poder, que não se dá mediante a luta de classes, como vimos em Pêcheux, trava-se no campo dos sujeitos individuais e não coletivos, nas inúmeras microrrelações de poder instituídas na sociedade.

Os micropoderes de que trata Foucault permitem, segundo Gregolin (2004, p. 133), percebermos que o assujeitamento, por essa ótica, dá-se mediante o controle e a vigilância a que todos os sujeitos estão submetidos. A autora evidencia que “se não há em Foucault a noção althusseriana de ‘aparelhos ideológicos’, há toda uma teoria e análise do ‘poder’ que, certamente, envolve lutas, nas quais os sujeitos se digladiam cotidianamente”.

Vemos, dessa forma, que o processo de sujeição do sujeito em Foucault se dá de maneira mais sutil, porém não menos dominadora, através dos micropoderes que se estendem por toda a sociedade. Em contraponto à disciplinarização dos indivíduos mediante a classificação em categorias ligando-as a uma identidade, Gregolin (2004) destaca, no pensamento foucaultiano, o papel das resistências como estratégias de luta do sujeito na sociedade moderna.

### **2.3 – Condições de produção, história e sentido: a exterioridade constituindo os sentidos do discurso**

Para Pêcheux, as condições de produção se referem à posição do sujeito e possibilitam que um discurso seja pronunciado ou não. O lugar ocupado por esse sujeito que enuncia interfere no sentido do seu discurso, uma vez que o sujeito está situado no interior de uma relação de forças que “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição” (PÊCHEUX, 1990, p. 77, grifo do autor).

Nas análises que realizamos em *Vidas Secas*, percebemos a relação entre a posição sujeito e o discurso enunciado. Especificamente no dizer de Fabiano, vemos uma mudança do seu discurso ao assumir diferentes posições. Quando fala do lugar do vaqueiro explorado e marginalizado se mantém em uma relação de resignação, conforma-se com a situação vivida e com o destino inexorável de pobreza, miséria e violência. Fabiano é silenciado, repellido. Por outro lado, quando fala na posição sujeito de pai, ele interdita, silencia, repele os filhos. É o

discurso autoritário, apontado por Orlandi (2007). Ao observarmos um Fabiano dominador e dominado, que muda os sentidos de seu enunciado em cada posição a qual ocupa, estamos diante daquilo que Grantham (2010, p. 9) define como intercambialidade discursiva, visto que representa não a troca de papéis entre os interlocutores do discurso, mas a possibilidade de ocupação de um determinado lugar social por diferentes interlocutores, sem que eles troquem de lugar entre si. Como essa autora menciona, “os sujeitos não trocam de lugar entre si, mas mudam de lugar em relação a outros sujeitos que podem ocupar a mesma posição”. Fabiano continua explorado, espoliado, marginalizado, mas está em outra posição quando se relaciona com os filhos.

Retomando Pêcheux, esse assevera que o funcionamento do discurso não se deve apenas aos fenômenos linguísticos. É também definido pelos processos de produção do discurso a partir da língua cujas condições de produção são definidas como o “mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso” (PÊCHEUX, 1990, p.78), sem o qual o funcionamento do discurso não pode ser compreendido.

Para o autor, há um jogo no processo de produção do discurso que remete à exterioridade da língua, do enunciado, impossibilitando analisar um discurso como um texto, apenas como uma sequência fechada em si mesma. Nesse sentido, faz-se necessário referir o discurso às condições de sua produção cuja relação se dá com a exterioridade.

As condições de produção afetam e são constitutivas do discurso. Possibilitam um sentido e não outro e permitem os deslizamentos de sentido em um dado discurso. Para Orlandi (2005), as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, incluem, assim, não apenas o contexto imediato, mas também o contexto sócio-histórico, ideológico.

Nessa direção, para Pêcheux e Fuchs, as condições de produção fazem com que uma palavra signifique isto e não aquilo em um dado discurso, inserido em uma formação discursiva, pois “toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas e identificáveis” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 167). Vemos, então, a historicidade atravessar o sentido de um discurso. O sentido só é possível em uma dada formação discursiva específica existente no interior das suas relações de classe, que por sua vez são históricas. Dito de outra maneira, as condições de produção são constitutivas de sentido.

Dessa forma, no presente trabalho, torna-se importante a compreensão das condições de produção da escritura gracilianista. O entendimento da conjuntura política da época e dos acontecimentos ocorridos no momento de fala dos enunciados, isto é, o momento histórico de seu dizer. O lugar ocupado pelo sujeito-autor Graciliano Ramos, bem como os acontecimentos históricos das décadas de 1930 e 1940, contribuirão para um entendimento da sua escritura, uma busca pelo sentido do seu discurso.

O período histórico, referenciado neste trabalho, traz outra marca: o silêncio como forma do não-dito. Para Orlandi (1990), essa forma do não-dito é uma vertente cuja origem está no fato da linguagem ser política e que todo poder se acompanha de um silêncio, em seu trabalho simbólico – uma política do silêncio que, para a autora, dá-se de duas maneiras:

- a) O silêncio constitutivo, ou seja, a parte do sentido que necessariamente se sacrifica, se apaga, ao se dizer. Toda fala silencia necessariamente. A atividade de nomear é bem ilustrativa: toda denominação circunscreve o sentido do nomeado, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito;
- b) O silêncio local: do tipo da censura e similares; esse silêncio é que é produzido ao se proibir alguns sentidos de circular, por exemplo, em uma forma de regime político, num grupo social determinado de uma forma de sociedade específica etc. (ORLANDI, 1990, p. 49-50).

Para a autora, o silêncio não é visto apenas em sua negatividade, ele significa, o seu não-dizer contém sentido, é fundador, portanto sustenta o princípio de que a linguagem é política. Ressaltamos, em nossas análises, uma relação entre o silêncio que permeia *Vidas Secas* e a cena político-literária brasileira das décadas de 1930 e 1940. Ambos possuem sentidos, significam, nos fazem lembrar que são políticos, referentes ao contexto vivido.

Em relação a esses sentidos, ou melhor, ao efeito de sentido, Pêcheux e Fuchs (1990, p. 169) mencionam que se dá no interior de uma família parafrástica, na relação de paráfrase entre as sequências e o referente. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, à medida que, entre outras determinações, o sujeito é ‘produzido como causa de si’ na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso (PÊCHEUX, 1988, p. 261). Vemos surgir, então, o interdiscurso, esse já dito, ou como aponta Eni Orlandi, “aquilo que fala antes, em outro lugar disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2005, p. 31).

Em relação à forma-sujeito, vale ressaltar que Pêcheux afirma que

A expressão “forma-sujeito” é introduzida por L. Althusser [...]: ‘Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais’ (PÊCHEUX, 1988, p. 183).

Ampliando a formulação acima, Pêcheux argumenta que, através da forma-sujeito, o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui. Ela possibilita a constituição do sujeito em relação ao sentido, é aquilo que faz o sujeito se identificar com uma formação discursiva dada, provocando, a partir do discurso transversal, a ilusão do “sempre-já-aí” e a universalidade do sentido. Retomaremos o conceito de discurso transversal mais adiante.

Ainda, relativo ao sentido, Charaudeau (1999) traz importante contribuição na relação entre palavra e a constituição de sentidos. O autor ressalta que há uma ligação intrínseca do dito com a sua exterioridade. Para ele, a significação social da qual as palavras se revestem tem fundamental importância para o analista, pois “o objetivo do interpretante não é tanto o sentido das palavras, mas a significação social que resulta de seu emprego, assim como da relação deste algo que lhe é exterior e que, de algum modo, sobredetermina a relação” (CHARAUDEAU, 1999, p. 30).

Portanto, não é o sentido das palavras, mas a sua significação que se dá a partir da exterioridade. Vemos, na afirmação de Charaudeau, uma semelhança com a definição elaborada por Pêcheux referente à relação entre sentido e exterioridade, quando este aponta que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição etc., não existe ‘em si mesmo’, mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Assim, a relação com a exterioridade, que fundamentará as análises das sequências discursivas recortadas dos escritos de Graciliano, terá papel central em nosso trabalho.

Sobre o sentido, Eni Orlandi (2005) destaca, ainda, que Courtine, a ser retomado neste capítulo, observa a existência de dois eixos para a constituição do sentido: o eixo vertical, onde se encontram a memória discursiva e todos os dizeres já ditos – esquecidos – em uma rede de enunciados e o eixo horizontal – o eixo da formulação, aquilo que está sendo dito

naquele momento e em condições dadas. E teríamos na confluência desses dois eixos: o da memória – constituição e o da atualidade – formulação, o jogo de dizeres do qual tiramos os seus sentidos (ORLANDI, 2005, p. 30-33).

Por outro lado, Paul Henry (1992) afirma que a questão do sentido se constituiu no núcleo das dificuldades teóricas e práticas da linguística hoje. Para ele, aí está o aspecto teórico do problema: a questão do sentido faz ressurgir a questão do sujeito, como vimos no subtítulo anterior. Pois a linguística se inscreve no campo da complementaridade, rompendo com o historicismo da gramática histórica e da filosofia e também com o indivíduo sujeito desse campo.

Em *Semântica e Discurso*, publicado originalmente em 1975, Pêcheux dirige-se aos especialistas da ciência linguística e aos não-especialistas que estudam as questões da linguagem e sentido pelo viés filosófico. Buscando vencer duas ordens de restrições – a impaciência do lado filosófico e o embaraço do lado linguístico com essas questões – demonstra que não procura sobrepor a Linguística à Filosofia e vice-versa.

Afirma que se torna possível articular a Linguística à Filosofia através da semântica, pois nos leva a pensar sobre os sentidos. Critica a noção saussuriana de fala – o corte língua/fala inaugurado por Saussure, em seu Curso de Linguística Geral. A oposição entre sistema da língua e fala do sujeito-falante é a contradição da qual vive a Linguística desde Saussure.

Pêcheux expõe a questão de semântica do ponto de vista das reflexões escritas na década de 1960 por A. Schaff, um filósofo comunista, especialista em linguagem. Pensa em operações reversivas que continuam o trabalho de marginalização de dialética do marxismo-leninismo, em nome de um “retorno à dialética”. Resgata a noção de “vagueza” russeliana, reafirmando A. Schaff: “a vagueza é uma propriedade de praticamente todas as palavras” (PÊCHEUX, 1988, p. 250).

Dessa maneira, essa vagueza é um dos pontos fundamentais para mergulharmos no pensamento de Pêcheux, pois permite compreender o deslizamento dos sentidos, possibilita visualizar a porosidade da língua, o furo que lhe é constitutivo, a equivocidade, a contradição que permite significar o que foi dito e o que está dito em uma dada circunstância e através de uma materialidade textual, pois não podemos dizer tudo.

O sentido não preexiste à formação discursiva, na qual, ele se constitui. Sujeito e sentido constituem-se simultaneamente através da interpelação do indivíduo em sujeito que ocorre pela identificação deste sujeito com a formação discursiva que o domina. Para Pêcheux, a formação discursiva é “aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1988, p. 160, grifo do autor). Tem sua relação com a historicidade, pois “uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 167).

Aqui, há uma clara diferenciação entre o ponto de vista de Pêcheux e a teoria foucaultiana sobre formação discursiva, essa última, veremos na página seguinte. A determinação dada pelas relações de classe, observada pelo primeiro, diverge da concepção pensada por Foucault. Já em “Remontemos de Foucault a Spinoza”, Pêcheux (1980) explicita essa divergência ao afirmar que

pode continuar-se chamando “formação discursiva”; desde que, sempre que se compreenda bem que a perspectiva regional das “formas de repartição” e dos “sistemas de dispersão” de Foucault deve reordenar-se **segundo as análises das contradições de classes** [...] resulta impossível caracterizar uma formação discursiva classificando-a entre outras formações mediante alguma tipologia. Pelo contrário, há de definir a relação interna que mantém com seu exterior discursivo específico; em suma, determinar os avanços constitutivos mediante os quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos **interesses postos em jogo na luta de classes**, em um momento dado de seu desenvolvimento e em uma formação social dada (PÊCHEUX, 1980, p. 196, tradução nossa, grifo nosso).

Fica marcado no pensamento de Pêcheux que as contradições de classes e o jogo da luta de classes são determinantes da formação discursiva. Nesse sentido, a FD, por sua vez, determina a forma-sujeito, complementando o ciclo de determinações pela qual o sujeito é interpelado pela ideologia. Vemos, então, a reconfiguração da noção de FD em Pêcheux. Esse autor assinala que as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva a qual pertencem. Assim sendo, observaremos nas análises das sequências discursivas, apresentadas no terceiro capítulo, como as palavras, expressões e proposições, que aparecem na escritura de Graciliano Ramos, são afetadas pela formação discursiva com a qual se identificam.

Já para Foucault (2002), a formação discursiva está ligada ao campo da regularidade, é a individualização em um conjunto de enunciados referente ao mesmo objeto: loucura, gramática, economia política, como exemplifica o autor. Um conjunto de enunciados dispersos no tempo e que se refere a um único e mesmo objeto. Todavia, esse objeto, ressalta Foucault, não é idêntico em instâncias diversas tampouco ao longo do tempo, pois sofre variações e transformações inseridas em um jogo de regras que permite o aparecimento de novos objetos.

O filósofo continua a desenvolver a sua formulação e observa que

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2005, p. 43).

Assim, para Foucault, uma formação discursiva é caracterizada pela regularidade com a qual se pode definir dentro de um sistema de dispersão uma busca pela regularidade e pela ordem. Foucault, ainda, ressalta que os objetos dispersos mantêm um conjunto de relações que caracterizam a formação discursiva. Essa “se define se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 50). Portanto, a semelhança e a sua lei de aparecimento dos objetos dispersos constituem as principais características da formação discursiva para o autor.

## **2.4 Memória, interdiscurso e a formação dos objetos**

Sobre a memória temos vários pensadores que contribuíram com a sua discussão. Sabemos que a “memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e circulação do discurso” (ACHARD, 1999, p. 17). Mas, permanece a indagação: esse conceito sempre foi tomado por essa perspectiva? De qual

memória falamos na AD? Há alguma relação com a memória histórica e social? Vejamos o que alguns pensadores disseram a respeito do assunto.

Desde a Antiguidade, os filósofos preocupavam-se em discutir sobre a memória. Em um momento em que a linguagem oral se sobrepunha à linguagem escrita, na Grécia Antiga, em que a habilidade de memorizar longos discursos era enaltecida, Platão, em um dos seus célebres diálogos, propunha uma discussão sobre as virtudes da memória e suas implicações em relação à escrita. Assim, o filósofo nos adverte que,

Tal coisa [a escrita] tornará os homens esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória; confiando apenas nos livros escritos, só se lembrarão de um assunto exteriormente e por meio de sinais, e não em si mesmos. Logo, tu não inventaste um auxiliar para a memória, mas apenas para a recordação. Transmites aos teus alunos uma aparência de sabedoria, e não a verdade, pois eles recebem muitas informações sem instrução e se consideram homens de grande saber, embora sejam ignorantes na maior parte dos assuntos. Em consequência, serão desagradáveis companheiros, tornar-se-ão sábios imaginários ao invés de verdadeiros sábios (PLATÃO, 2007, p. 119).

No diálogo entre Sócrates e Fedro, Platão aponta uma preocupação com o esquecimento, aparentemente contraditório, que a escrita traz para a memória, interferindo em sua constituição. Essa característica e predominância da escrita em relação à oralidade permanecem até a contemporaneidade. À memória, não mais haveria a preocupação da conservação da lembrança dos acontecimentos e dos saberes, pois a escrita assumiria esse papel de mantê-la ao longo do tempo, a partir de sua materialização, determinando aquilo a ser recordado e a ser esquecido em uma sociedade.

Le Goff (1990) propõe-se a abordar a memória do ponto de vista das ciências humanas, ocupando-se mais das memórias individuais e coletivas, distinguindo, então, de uma percepção dada pelas ciências como a psicofisiologia, neurofisiologia, biologia, dentre outras. Esse historiador descreve sumariamente a memória como a propriedade de conservar certas informações o que remete a certas funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Aponta ainda que os psicanalistas e os psicólogos trouxeram à discussão, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, as manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem sobre a memória individual. Para Le Goff (1990, p. 426):

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos, os silêncios da história são reveladores desses mecanismos da memória coletiva.

O autor observa a escrita como um marco importante na construção da memória coletiva. Nas sociedades sem escrita, a memória é ordenada em torno da idade coletiva do grupo, que se funda em certos mitos – mitos de origem, no prestígio das famílias dominantes, expressas pela genealogia, e no saber técnico transmitido através de fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa.

Segundo Le Goff (1990, p. 431), a escrita possibilitou profundas transformações na memória coletiva. A escrita permite à memória coletiva duas formas de memória: a comemoração – celebração de um acontecimento memorável através de um monumento comemorativo. Assim, a memória assume a forma de inscrição. A segunda forma é o documento escrito, que tem como funções principais o armazenamento de informações e assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, permite reexaminar, reordenar, retificar frases e palavras isoladas.

Le Goff (1990) ver surgir, a partir da memória coletiva dos fins do século XVIII e meados do século XIX, a preocupação em institucionalizar-se uma memória nacional. Os museus, as bibliotecas, as medalhas comemorativas, os símbolos republicanos, o cemitério como emblema de lembrança – separado da Igreja, os arquivos nacionais, são constitutivos de sentido e sentimento de nação. No século XX, com o final da I Guerra Mundial, o autor aponta ter ocorrido e se difundido duas novas formas de memória coletiva: a construção de monumentos aos mortos, sendo construído em vários países um Túmulo ao Soldado Desconhecido – proclamando, sobre um cadáver sem nome, a coesão da nação em torno da memória comum. A segunda forma é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a, democratiza-a, dá-lhe uma precisão visual nunca antes atingida.

Já Halbwachs (2006), enfatiza a memória individual como a memória interior e pessoal do indivíduo a partir de suas experiências. No entanto, essa memória está

indissociavelmente ligada à memória exterior, social e coletiva, não está inteiramente isolada e fechada, pois não podemos recordar sem evocar o exterior, que é constituído pelo coletivo.

O sociólogo francês, nascido em 1877 e morto pelos nazistas em 1945, cuja obra foi publicada, postumamente, pela primeira vez, em 1950, a partir dos seus manuscritos, assinala semelhanças e distinções entre a memória histórica e a memória social. Enquanto a primeira representa para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, a memória social é uma amálgama dessas memórias. No entanto, as duas pertencem à coletividade e à exterioridade do indivíduo, comuns a ambas.

Em outra perspectiva, Pesavento (2007, p. 38), propõe um fio condutor entre história e memória: “são ambas narrativas, formas de dizer o mundo, de olhar o real. São discursos, pois. Falas que discorrem, descrevem, explicam, interpretam, atribuem significados à realidade”. Para a autora, história e memória são discursos portadores de imagens, que dão a ver aquilo que dizem através da escrita ou da fala. Ambas são presentificação de uma ausência, representação, “estar no lugar de”. Os dois discursos, o histórico e o memorialístico, distinguem-se de outros discursos por evocarem o tempo físico já escoado, transcorrido e irreversível. Na memória, atribui-se veracidade à recordação, a “verdade do acontecido”.

A partir da memória, dá-se credibilidade e legitimidade ao ato de lembrar por aquele que rememora. Um reconhecimento, uma evocação. A memória social e a memória histórica apresentam-se com um capital simbólico em que se encontram estratégias não explícitas do que se pretende lembrar e do que se pretende esquecer. A memória patrimonializa as lembranças, construindo laços de pertencimento e ligação dos indivíduos ao seu passado. Leva a uma coesão social e a uma comunidade simbólica de sentido partilhada.

Mariani (1998) inicia o subtítulo intitulado “memória, esquecimento e acontecimento”, assinalando o entendimento de memória social como um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos ou já ocorridos. Dessa forma, ocorreria uma naturalização de um sentido “comum” à sociedade, mantendo-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. A autora nos remete à Régine Robin que, segundo Mariani, aborda tipos diversos de memória: memória oficial/nacional – bem institucionalizada e ritualizada nos arquivos; memória erudita: memória do historiador; contra-memória: memória dos excluídos; memória ficcionalizante: memória que representa coletivamente uma geração.

Na memória social está a garantia de um efeito imaginário de continuidade entre as épocas. Assim, o papel da memória é compatível com a atuação da chamada “memória histórica oficial”, sempre efetuando gestos de exclusão a tudo que possa escapar ao exercício do poder. Já para a memória oficial se impor, é necessário o esquecimento, paradoxalmente, é necessário esquecer para o surgimento de novos sentidos. Quando se trata a memória e o acontecimento exclusivamente pelo viés da manutenção de um passado, corre-se o risco de uma concepção que imobiliza a história, a produção de sentidos. Envereda-se pelo efeito de evidência e completude produzido pela memória.

Pêcheux (1999, p. 50) aborda a memória não a partir da memória individual, mas do entrecruzamento entre a memória mítica, memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador. Para o autor, há uma fragilidade e uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória a partir de uma dupla forma-limite como ponto de referência: o acontecimento escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.

A memória é vista como uma estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma repetição e regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita. Dessa forma, haveria um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede de “implícitos” (PÊCHEUX, 1999, p. 51-52).

Mas, a respeito de qual memória falamos na Análise do Discurso? Como funcionam as lembranças no discurso? E como se constitui o esquecimento? Qual a sua importância na AD? Para respondermos a essas perguntas, veremos, inicialmente, a definição de interdiscurso:

O nível do enunciado, no qual se verá, num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, que eu chamaria agora interdiscurso; séries de formulações, marcando uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraçando-se, opondo-se entre si, transformando-se...) (COURTINE, 1999, p. 18).

Dessa forma, vemos Courtine abordar o assujeitamento do sujeito falante na ordem do discurso que enuncia. Não há liberdade para o sujeito, ele não diz algo totalmente novo e livre, pois retoma dizeres já-ditos e dispersos nesse “espaço vertical” das enunciações, que o autor vai nomear interdiscurso. Observamos, assim, dizeres espalhados ao longo do tempo que mantêm relações entre si nessa verticalidade e sempre são retomados na atualidade do novo enunciado. Courtine ressalta, ainda, que o sujeito ressoa como uma voz sem nome no interdiscurso.

Ainda sobre o conceito de interdiscurso, vemos Pêcheux (1988, p. 162) assinalar que,

Propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas.

Explorando um pouco mais a obra, vemos Pêcheux apontar que o interdiscurso determina a formação discursiva como tal. É o encadeamento daquilo que já foi dito em outro momento. Daí, Orlandi (2005, p. 31), reafirmá-lo como a memória discursiva. O interdiscurso articula os dizeres de uma dada FD e lhes dá um sentido, embora, paradoxalmente, dissimulando os sentidos e sua transparência no interior da própria formação discursiva.

O interdiscurso funciona como uma fonte de sentidos que sempre se referem a outros sentidos – um lugar de inscrição em que os já-ditos podem ser encontrados. Um processo de reconfiguração de dizeres. Para Courtine e Marandín (1981 apud BRANDÃO, 1998, p. 74),

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação.

Dessa forma, observamos que o interdiscurso possibilita à formação discursiva incorporar elementos pré-construídos, já enunciados em outros momentos. Constitui uma rede de enunciados já emanados, um retorno aos já-ditos, que se articulam entre si, em uma relação

de dependência com os sentidos que instituem. O interdiscurso permite a lembrança do dizer enunciado na atualidade e a sua identificação com o já-dito e os seus sentidos.

Segundo Pêcheux (1988, p. 162-163), é o interdiscurso que torna possível o processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos através da ideologia, em sujeitos de seu discurso. Possibilita aquilo que esse filósofo chama de efeito-sujeito, ou seja, um sujeito interior sem exterior, que impede o seu reconhecimento com a ideologia e permite o seu assujeitamento, que se dá sob a forma da autonomia. Há uma negação do processo sócio histórico, pelo qual, esse sujeito se constitui e se identifica com a formação discursiva. Opera ambigualmente um esquecimento dessa interpelação, provocado pela ideologia, que chama o indivíduo como sujeito, que o assujeita, como vimos anteriormente, e determina o que pode e o que não pode ser dito.

Pêcheux (1988) mostra que o interdiscurso se configura de duas maneiras, por assim dizer: pré-construído e articulação. O autor refaz esse pensamento inicial e afirma que “o que chamamos anteriormente ‘articulação’ (ou ‘processo de sustentação’) está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de discurso transversal” (PÊCHEUX, 1988, 166). Passaremos, então, a esses dois conceitos, isto é, pré-construído e discurso transversal.

Pêcheux (1988) aponta o pré-construído como esse “sempre-já-aí”, retornando a Paul Henry que, segundo Pêcheux (1988, p. 99), propõe “o termo pré-construído para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente”. Assim, o que foi dito e enunciado em outro momento retorna em duplicidade: na forma de pré-construído, tornando evidente pela repetição do que se diz e também na forma de intradiscurso que é a atualização do interdiscurso, do já dito. De maneira diferente, o intradiscurso é “o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes [...] aquilo que se pode chamar ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 166). Nesse sentido, para Pêcheux (1988, p. 167), o interdiscurso enquanto pré-construído, “esse sempre-já-aí”, possibilita o sujeito se constituir como sujeito falante. Já o intradiscurso, enquanto fio do discurso, o eixo da linearização do discurso transversal, constitui-se em um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal do exterior.

O discurso transversal perpassa e conecta os elementos constituídos pelo interdiscurso com a formação discursiva que o assujeita. Para Pêcheux (1988, p. 166), o discurso-transversal remete à metonímia ou ainda, “corresponde, ao mesmo tempo, a: ‘como dissemos’ (evocação

interdiscursiva); ‘como todo mundo sabe’ (retorno ao Universal do sujeito); e ‘como todo mundo pode ver’ (universalidade implícita de toda situação ‘humana’)” (PÊCHEUX, 1988, p. 171). Esse “já-dito”, “sempre-já” do pré-construído e do discurso, como formas de interdiscurso, permite ao sujeito esquecer-se das determinações que o colocam num dado lugar que ocupa. Possibilita o assujeitamento ideológico que se dá no interior da formação discursiva com a qual se identifica.

Vemos esse assujeitamento nas análises das sequências discursivas recortadas da obra *Vidas Secas*, que veremos no terceiro capítulo. Procuramos compreender como se mostra a interpelação do sujeito-autor pela ideologia e como o sujeito-autor se identifica com a formação discursiva de esquerda. Por outro lado, objetivamos a evidenciação da exterioridade no interior de sua escritura, o que permite que algo seja dito daquela forma, naquele momento, instituindo e deslizando sentidos que são constituídos nessa imbricada relação.

No jogo de memória, que compõe a memória discursiva, ocorrem os embates entre o que e quando lembrar e o que e quando esquecer. Esses embates se dão na esfera da luta de classes. Há uma relação intrínseca com a história, pois as lutas ocorrem em um dado tempo histórico, em que a conjuntura interfere no sentido e seus deslizamentos possíveis. Ao analisar a memória discursiva, Zoppi-Fontana (2002, p. 178) afirma que entende “a memória discursiva como espaço ideológico estruturante/estruturado em que se realiza a interpretação”. Desse modo, a memória discursiva pode ser percebida como um espaço em que os dizeres se alinham e mantêm uma relação com o sentido.

Essa memória discursiva se apresenta complexa e repleta de ligações com o que foi dito em outro lugar e em outro momento. Nesse sentido, coloca-se como uma guardiã do já-dito, um enigma cujo desvelamento e decifração dos dizeres se dão mediante um gesto de interpretação do analista que a evoca na atualidade do dizer. Há uma ambiguidade que caracteriza esta memória discursiva. Para Zoppi-Fontana (2002, p. 178-179),

O tecido da memória discursiva se apresenta, assim, como uma trama complexa de fios emaranhados, entrelaçando cores e texturas distintas em uma superfície que alterna densidade e leveza, opacidade e aparente transparência, excesso e falta de determinação, silêncios, ausências e presenças enfáticas. Superfície espessa que envolve o sujeito nas refrações rarefeitas do ideológico feito sentido no prisma do discurso.

Dessa maneira, há uma aparente contradição da memória discursiva, revestida pela ambiguidade dos dizeres que ela mantém sob a égide de uma trama, de fios interligados. Essa ambiguidade impulsiona o analista do discurso a tentar compreender como se constitui o sentido do que foi e do que está sendo dito por algum sujeito em algum lugar. Possibilita a interpretação e o consequente deslizamento de sentidos que este gesto do analista permite.

A partir da memória discursiva, observamos Foucault (2002), dentre outras análises, propor uma discussão sobre a formação dos objetos. Seu ponto de partida é o discurso ou o objeto do discurso da psicopatologia a partir do século XIX. Desenvolve uma série de questões através das quais busca por respostas acerca das regras de formação, das condições, das regularidades, dispersões, (co)relações que possam elucidar o complexo processo de formação de objetos no e do discurso.

Para Foucault (2002, p. 51), as condições para que apareça um objeto de discurso são numerosas, “condições históricas para que dele se possa ‘dizer alguma coisa’ e para que dele várias pessoas possam dizer alguma coisa. [...] Isso significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”. O autor afirma que não é fácil “dizer alguma coisa nova”, pois não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência para que novos objetos logo se iluminem, e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Os objetos existem sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.

O filósofo observa nas condições históricas para o surgimento dos objetos do discurso uma relação com a exterioridade na qual esse discurso é produzido. Dessa maneira, não vemos fortuitamente surgirem os objetos dos discursos que apontaremos a seguir na obra de Graciliano. A nosso ver, a conjuntura política de repressão e diversas formas de violência, combinadas a uma realidade social de pobreza, miséria e profundos desequilíbrios sociais e regionais as desigualdades conjuntura, durante o governo Vargas, perpassam marcadamente a escritura do sujeito-autor que, como veremos, é anteriormente afetado pela interpelação da ideologia.

Foucault (2002, p. 51) destaca, ainda, as relações para a existência de um objeto serem “estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização”, exteriores ao objeto e não estão presentes nele. O filósofo indica que não são essas relações de existência do objeto desenvolvidas quando se faz a sua análise, pois essas relações não definem a constituição interna do objeto, mas “lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-

se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreducibilidade, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade” (FOUCAULT, 2002, p. 51).

As relações discursivas não são internas ao discurso, não ligam os conceitos ou as palavras. Não estabelecem uma dedução ou retórica sobre as frases ou as proposições. Mas não são relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão no limite do discurso: “*oferecem-lhe objetos de que ele pode falar*, ou antes determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para *poder falar de tais ou tais objetos*, para abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc.” (FOUCAULT, 2002, p. 53, grifo nosso).

Assim, Foucault enfatiza a interferência da exterioridade no discurso. As proposições e formulações internas das frases da escritura de Graciliano não instituem plenamente os sentidos dos dizeres. As condições de produção do discurso, a exterioridade, as condições históricas do enunciado afetam diretamente o discurso. Elas permitem dizer isso e não uma outra coisa, possibilitam o próprio surgimento do discurso, atravessam a materialidade textual e instituem sentidos.

Desse modo, não se faz necessário buscar a origem da formação dos objetos que observamos na escritura de Graciliano Ramos. Não é o instante de aparecimento do primeiro enunciado como tal que o constitui objeto. Não se deve buscar o referente na história, fazer uma retrospectiva de sua primeira evocação. Mas fazer esses objetos se mostrarem, em particular neste trabalho, mediante o texto literário, permitindo a sua emergência no discurso. Todavia, adverte Foucault, descrever a formação dos objetos de um discurso é tentar identificar os relacionamentos que caracterizam esse discurso e não se determinar uma organização léxica nem as escansões de um campo semântico. Vejamos os deslizamentos de sentido, as memórias discursivas e como se constituem os efeitos de sentido nos discursos de Graciliano Ramos no capítulo seguinte.

### **CAPÍTULO III**

## **NA EMERGÊNCIA DA DISCURSIVIDADE: OS EFEITOS DE SENTIDO NA ESCRITURA DE GRACILIANO RAMOS**

### 3. NA EMERGÊNCIA DA DISCURSIVIDADE: OS EFEITOS DE SENTIDO NA ESCRITURA DE GRACILIANO RAMOS

*“Interpretar as interpretações dá mais trabalho do que interpretar a própria coisa.”*

**Michel de Montaigne, Ensaaios.**

**A** nossa análise da obra de Graciliano Ramos não busca o estudo linguístico dos seus signos, das suas palavras, mas remetê-la à exterioridade da produção dos seus enunciados, às condições políticas e sociais, ao momento histórico de sua ocorrência. Logo, buscamos a relação da sua escritura, da formação dos objetos que serão evidenciados neste terceiro capítulo, com a exterioridade da conjuntura histórica, momento de sua escritura, antes e durante o Estado Novo.

Nos escritos de Graciliano Ramos, mostram-se as condições de produção da sua escritura, representando simbolicamente a extrema pobreza daquele momento. A narrativa literária nos permite analisar que este discurso também é afetado pela memória do já-dito, visto que o sujeito-autor recorre a uma rede de formulações internas dentro do *corpus* aqui tomado para análise, isto é, a obra *Vidas Secas*. Ao mesmo tempo em que essa obra se apresenta como uma rede de formulações do dito, do já-dito, em que opera a memória discursiva, por conseguinte, o interdiscurso, a todo instante o sujeito-autor atualiza essa rede no interior da narrativa, operando dessa forma o intradiscurso – a memória discursiva atualizada e inserida no texto literário.

Portanto, olhamos a obra como o espaço de verticalidade, apontado por Courtine (1999), como apresentamos anteriormente neste trabalho, em que os enunciados aparecem de forma distinta e dispersa, articulando-se entre si, parafraseando-se. Na discursividade de *Vidas Secas*, há paráfrases, efeitos metafóricos reiterados, ancoragem semântica através de repetição de alguns vocábulos em momentos distintos da narrativa, efeitos de sentido, marcas da exterioridade, das condições de produção, indícios da identificação ideológica do

sujeito-autor. Esses conceitos serão retomados e abordados ao longo das análises e nos impelem a estudar a obra pelo viés teórico da AD.

Ao analisarmos o livro *Vidas Secas*, não o estudamos como uma obra encerrada em si mesma, que se fecha em seu sentido, mas que apresenta na opacidade da linguagem, porosidades, lacunas pelas quais as luzes da exterioridade fundem-se, confundem-se, imbricam-se e constituem o interior desse discurso apresentado na literatura. Dessa maneira, a análise em questão é balizada por saberes que vêm de outros lugares, como a história, visto que as condições de produção são parte constitutiva e importante da escritura, produzindo efeitos de sentido nos enunciados da obra.

A Análise do Discurso possibilita-nos lançar luzes sobre o que está sob um efeito de evidência, tomado como naturalizado, estável e completo em si mesmo. Permite-nos, pois, elucidar que a escritura, em questão, dialoga com a exterioridade de sua produção e é fortemente afetada e constituída por ela. Desse modo, forma-se um amálgama textual que contém em si uma discursividade, que está em diálogo com todas essas variáveis que a Análise do Discurso nos faz descortinar mediante as marcas deixadas no enunciado.

Aqui, destacamos a materialidade discursiva do livro *Vidas Secas*, bem como de alguns dos escritos não-ficcionais de Graciliano, como cartas, fragmentos e discursos. Buscamos a compreensão de como em seus escritos emerge uma discursividade sobre a realidade vivida nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. As palavras “facção” e “cadeia”, que reiteradamente vêm à superfície da escritura de Graciliano Ramos, serão analisadas em seus efeitos metafóricos, ligados à ideia de violência. Assim, procuramos reunir vários recortes retirados da obra desse escritor cujas similitudes em seus efeitos de sentido se aproximam em torno de vários objetos.

O conjunto de recortes dos escritos de Graciliano adotado, neste estudo, como *corpus* discursivo, isto é, “um conjunto de textos de extensão variável (ou sequências discursivas), remetendo a condições de produção consideradas estáveis” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 239), foi tomado e disposto para análise não em sua sequência cronológica ou na sequência de aparecimento na obra *Vidas Secas* e outros escritos, mas, agrupado em torno de efeitos de sentido próximos, decorrentes de um gesto de interpretação. Os recortes estão agrupados em torno de objetos, como: silêncio e silenciamento; violência; máscaras sociais; resignação, opressão e obediência; e, por último, pelas marcas de sujeito-militante no discurso. A numeração das sequências discursivas, em ordem crescente, como procedimento

metodológico, visa facilitar a consulta e as referências a esses trechos ao longo das análises. Nas páginas que se seguem, veremos as análises dos recortes tomados metodologicamente, como tópicos para análise.

### **3.1 – Silêncio, silenciamento: uma conjuntura política de interdição e opressão na escrita de Graciliano Ramos**

Este primeiro conjunto de sequências discursivas refere-se ao silêncio e ao silenciamento, visto como o ato arbitrário de silenciar, ambos bem presentes durante o governo Getúlio Vargas. Tentamos demonstrar uma relação existente entre a escritura do sujeito-autor, Graciliano Ramos, e os atos de silenciamento durante a era Vargas no Brasil, que foram representados simbolicamente em *Vidas Secas*, como na sequência discursiva (SD) a seguir:

[SD 1]: Como não sabia falar direito, o menino **balbuciava expressões complicadas, repetia as sílabas, imitava os berros dos animais**, o barulho do vento, o som dos galhos que rangiam na caatinga, roçando-se (RAMOS, 2000, p. 59, grifo nosso).

Na SD-1, vemos uma representação literária sobre o silenciamento e a falta de domínio da linguagem em que o menino mais velho “balbuciava expressões complicadas, repetia as sílabas, imitava os berros dos animais”. A sequência evidencia a escassez das palavras, uma falta, uma emergência do silêncio constitutivo (ORLANDI, 1990, p. 49) que restringe o sentido do que é nomeado. Traz, ainda, evidenciação da circunscrição do sentido pela escassez das palavras. A SD-1 nos remete à restrição do sujeito por essa escassez e ausência que, ao mesmo tempo, o reduz no contexto cultural, social e político, aponta uma subjetivação de um sujeito que representa uma classe social marginalizada. A ausência da fala, o não saber falar direito, inclui esse sujeito em outro contexto: o dos marginalizados porque iletrados.

A materialidade discursiva do enunciado “como não sabia falar direito” aponta para o silêncio constitutivo, que limita as possibilidades do sujeito enunciar. Nesse caso, um silêncio causado pelo não domínio da fala. Essa falta se apresenta como uma marca do contexto social

e cultural do período, caracterizado pela dificuldade de acesso à educação formal ofertada pelo Estado. Assim, esse sujeito sequer tem a oportunidade de se inserir no mundo letrado, pois não domina a leitura e restringe a possibilidade de atribuição de sentidos através desse caminho e, conseqüentemente, através da escritura, pois:

O engendramento do sentido não se resume apenas na relação que se possa fazer com o saber armazenado, mas sobretudo na busca de novos saberes através da leitura. [...] A leitura nos “desvenda” o olhar, e é através dela que crescemos, descobrimos, exploramos, conquistamos, mergulhamos no desconhecido, e é também por meio dela que adquirimos a escritura (LUCENA, 2004, p. 87).

Vemos um sujeito que enuncia de um lugar social: o lugar dos marginalizados pela ausência do domínio da fala, acentuando a sua dificuldade de “desvendar” e explorar a realidade em sua volta. O silêncio, manifestado na escritura de Graciliano Ramos, quando as personagens de *Vidas Secas* se enunciam do lugar do “iletrado”, denuncia o estado de abandono em que vivia a população brasileira, sobretudo a nordestina, durante a década de 1930. Esse silêncio constitutivo, presente na narrativa de Graciliano, não é apenas decorrente da era varguista, mas, aponta para o abandono por completo, a falta de tudo. O não saber falar é uma marca dessa falta.

Vemos, ainda, a discursividade da SD-1 nos remeter à exterioridade da sua produção. O momento socioeconômico, político e histórico de sua obra remonta ao período de Getúlio Vargas, momento de silenciamento e de censura em que o Estado, através do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC, mais tarde, em 1939, transformado em Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, e através do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, controla o que pode e o que deve ser dito, aquilo que é possível dizer. A propaganda é a grande aliada nesse propósito de construir uma imagem positiva do regime. Para a historiadora Capelato (2003, p. 122-123),

O governo procurou ampliar a base de apoio através da propaganda política, arma muito importante num regime que se volta para as massas. [...] A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda foi fundamental nesse sentido. Ele tinha o encargo de produzir material de propaganda, incentivando a produção de cartazes, objetos, espetáculos, livros e artigos enaltecendo o poder.

O governo Vargas, através de órgãos especializados, institucionaliza a propaganda em que o Estado aparece intimamente ligado à figura do presidente Getúlio Vargas. O DIP produz extenso material de propaganda que tem como objetivo construir e reproduzir, junto à população, os ideais varguistas em uma tentativa de obter apoio para sustentação do seu regime político. Dentre o material produzido, encontram-se livros, livretos, revistas. “Muitas das organizações culturais do período vão ser incorporadas pelo governo, como é o caso da Rádio Nacional (1940) e dos jornais *A Manhã* (Rio de Janeiro) e *A Noite* (São Paulo)” (VELLOSO, 2003, p. 159), além do uso de manifestações artísticas, tais como, música, pintura e cinema, dentre outras.

O regime varguista controla a ordem do discurso, mediante um procedimento de exclusão, bastante familiar, segundo Foucault (2005): a interdição, a palavra proibida. Para esse filósofo, o discurso se encerra em uma ordem dada, em “que não se pode dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (2005, p. 9). Nessa perspectiva, o governo é quem interdita e silencia, controlando o que pode e deve ser dito, quem pode ou não dizer algo. A discursividade presente na obra de Graciliano Ramos pode ser lida pelo prisma da interdição e proibição das palavras, impostas pelo regime político vigente durante a década de 1930.

Essa proibição não se dá apenas pela violência física, ou pela repressão, mas pelo abandono, pela indiferença, pela impossibilidade de acesso à educação, pela falta de oportunidades para a ocorrência das transformações sociais, privilegiando, dessa maneira, a manutenção da ordem vigente, que a bem da verdade, eram práticas arraigadas na sociedade brasileira há muito tempo. A especificidade, portanto, no período Vargas aqui evocado, estaria no Estado autoritário instituído a partir da década de 1930, com o fechamento do Congresso Nacional e a suspensão das garantias individuais, dentre outras arbitrariedades ocorridas naquele período sombrio de nossa História. Todavia, as práticas arbitrárias de Vargas se deram anteriormente ao Estado Novo, como na prisão de Graciliano Ramos, ocorrida em 1936.

A *mimesis* dos berros dos animais, presente na SD-1, é uma marca da desigualdade social daquele período. Fabiano, ao não saber falar e ao ser marcado pela dificuldade de se expressar, representa, através do enunciado dessa SD, um contexto social recorrente à época e ao lugar social de onde fala. A imitação dos elementos da natureza, como o barulho do vento e o som dos galhos que rangiam na caatinga, representa, igualmente, a escassez do

vocabulário do menino mais velho. Encerra a miserabilidade em que vivia a família de Fabiano e traz indícios de como se apresentava a conjuntura social daquele momento.

A SD-1 aponta um reflexo do contexto social, político, econômico e cultural que contribuía para a construção de sujeitos marginalizados como a família de Fabiano. Personagens que refletem a conjuntura de uma sociedade que marginaliza a pobreza e aprofunda as suas desigualdades. Ao imitar os animais, o menino mais velho, observado na SD-1, apresenta traços de uma miserabilidade humana que não tem casa, não tem moradia, mostra a proximidade do homem com os animais, um homem que está sendo animalizado.

[SD 2]: O pequeno sentou-se, acomodou nas pernas a cabeça da cachorra, pôs-se a contar-lhe baixinho uma história. **Tinha um vocabulário quase tão minguido como o do papagaio que morrera no tempo da seca.** Valia-se, pois, de exclamações e de gestos [...]” RAMOS, 2000, p. 55-56, grifo nosso).

Pensando nesse contexto social, que é o cenário onde aparece a história de *Vidas Secas*, encenando a pobreza, a miséria, a marginalização e o descaso, semelhantemente a um Velázquez, cuja obra veremos no anexo, o sujeito-autor Graciliano Ramos assiste às cenas horrendas da repressão, da tortura, do silenciamento e da prisão arbitrária, que experimenta em sua existência, e as representa em sua obra de arte, diversa da tela pintada pelo artista espanhol. Diferentemente do Velázquez, analisado por Foucault (1999), Graciliano traz na materialidade textual da escritura, representações simbólicas que nos inquietam e nos remetem a analisá-las como uma discursividade referente ao momento em que vive.

Assim, a partir do olhar trazido pelo sujeito-autor, que é interpelado pela ideologia que o chama e o convoca a denunciar e a se contrapor a um governo autoritário, Graciliano não utiliza os pincéis como o fez Velázquez, mas as letras da sua escritura a respeito da realidade a sua volta que afeta e constitui o seu texto. O sujeito-autor Graciliano, ao contrário de Velázquez, que pontilha e pinta o que observa, desliza as suas mãos sobre o papel, produzindo a sua arte com a beleza de sua escritura, com a estética do sublime que é desveladora de uma realidade marcada pela violência. As luzes que iluminam o quadro de Velázquez, e produzem um efeito de sentido da sua produção artística, analisada por Foucault, apresentam-se em Graciliano, metaforicamente, através da exterioridade de sua obra. A luminosidade que esclarece, elucida e confere sentido à sua escritura, podemos encontrar no momento político de sua produção – o período Vargas.

O silenciamento vivido na exterioridade, durante a Era Vargas, deixa suas marcas na discursividade da obra de Graciliano. O que não é falado significa, institui sentidos. O não-dito, em forma de silêncio, constitui os efeitos de sentido na discursividade. Ter o vocabulário minguido traz um deslizamento de sentido que evoca o silêncio. Como vimos em Orlandi (1990), essa forma do não-dito é um viés cuja origem está no fato da linguagem ser política e de que todo poder se acompanha de um silêncio, em seu trabalho simbólico – uma política do silêncio.

Nesse sentido, percebemos no silenciamento vivenciado no enunciado “Tinha um vocabulário quase tão minguido como o do papagaio que morrera no tempo da seca”, recortado na SD-2, a presença de um silêncio constitutivo, cuja parte do sentido se apaga ao se dizer. Ele é marcado por Fabiano buscar, em Seu Tomás, a sua fala, o seu discurso, ou ao menos desejar buscar, apagando, desse modo, os sentidos que poderiam se inscrever em sua fala. Em *Vidas Secas*, após ser preso por não saber se explicar, passar a noite na cadeia, zangar-se, dar um pontapé na parede e gritar enfurecidamente, Fabiano, ao ser interpelado pelo carcereiro, responde, pela restrição imposta pela falta de letramento, que não havia nada. Há um desvelar desse silêncio constitutivo, marcado no enunciado presente na narrativa desse episódio: “Havia muitas coisas. Ele não podia explicá-las, mas havia. Fossem perguntar a seu Tomás da bolandeira, que lia livros e sabia onde tinha as vendas. Seu Tomás da bolandeira, contaria aquela história” (RAMOS, 2000, p. 34).

O silêncio de Fabiano se assemelha ao do discurso sobre a colonização do Brasil, analisado por Orlandi (1990), em que o colonizado não fala, é falado pelo colonizador. Da mesma maneira, Fabiano não argumenta, não contradiz, a fala do outro sobre si prevalece, se estabelece como “verdadeira” e Fabiano vai para a cadeia, pois é falado pelo soldado amarelo que o prendera e, por não saber se explicar, deseja que fossem perguntar a Seu Tomás que havia lido bastante. Vê-se, aqui, uma mazela da sociedade do período por não ter o domínio da linguagem para se defender. O que faz mostrar o quadro social em que se insere Fabiano, como sujeito que ocupa o lugar do marginalizado, do discriminado, daquele que precisa de um outro para mediá-lo nas situações cotidianas.

Essa falta de letramento, o não saber ler, manifestado na escritura de Graciliano Ramos, analisamos como um discurso antagônico em relação ao discurso produzido pelo governo Getúlio Vargas. Há um sujeito inscrito em uma FD de oposição ao regime estabelecido, ele enuncia e contradiz aquilo que o regime diz. Como menciona Capelato

(2003, p. 124), no livreto *O Brasil*, produzido pelo regime varguista, a educação é abordada da seguinte maneira:

O menino, para ser um bom brasileiro, deve também saber ler. Um homem sem instrução é um homem infeliz... Por isso o governo não quer que haja brasileiros que não saibam ler. Por que o governo não quer? Porque o governo é amigo dos brasileiros e não gosta da ignorância.

Vemos um claro contraste entre o “menino” mencionado no livreto do regime varguista, e o “menino mais velho”, discursivizado em *Vidas Secas*. O “menino varguista” deve saber ler para se tornar um bom brasileiro. Ele é idealizado, é pensado como um modelo, pois o governo é amigo dos brasileiros. Já o menino, filho de Fabiano, sequer tinha acesso à escola, nem seu irmão, sua mãe ou seu pai tiveram. Se por um lado, o livreto enaltece as qualidades de ser “bom brasileiro”, em outra direção, o discurso contido nas narrativas de *Vidas Secas*, sugere-nos a existência de um outro Brasil, de outros brasileiros, bem diferente dos idealizados pelo regime. Um Brasil dos infelizes, visto que no próprio enunciado varguista, “um homem sem instrução é um homem infeliz”.

Desse modo, na obra de Graciliano Ramos, descortina-se o Brasil dos infelizes, cujo discurso de Getúlio Vargas gostaria de escondê-lo, esquecê-lo, negá-lo. Há, então, uma relação entre o papel do literato, do historiador e do analista do discurso, um entremeio entre esses saberes. Pois, se para Sartre (2004, p. 65), o literato apresenta a possibilidade de a sociedade contestar os valores e o regime estabelecidos, para Burke (2000, p. 89), uma das mais importantes funções do historiador é ser um lembrete daquilo que as pessoas gostariam de ter esquecido, enquanto para Pêcheux (1988, p. 304), ninguém pode pensar por quem quer que seja, é preciso ousar pensar por si mesmo.

Seria coincidência a produção de uma obra literária cujas personagens não sabiam ler e, por isso, eram exploradas, alijadas, excluídas na sociedade? Haveria alguma relação entre os episódios narrados em *Vidas Secas* e a conjuntura política e social brasileira dos fins da década de 1930? O vocabulário escasso, a pobreza, a miséria, a falta de acesso à educação, por parte de Fabiano e sua família, marcam uma contraposição ao discurso do regime de Getúlio Vargas, uma contestação, uma forma de pensar por si mesmo, um lembrete à sociedade brasileira das décadas de 1930 e 1940, mas que também se aplica à contemporaneidade.

O vocabulário da personagem menino mais velho “quase tão minguado quanto o do papagaio que morrera no tempo da seca” (RAMOS, 2000, p. 55), presente na SD-2, aponta, através do discurso presente na literatura, não apenas uma narrativa a ser lida pelo aspecto estético e pela força da sua beleza literária ou pelo seu reconhecimento como cânone da literatura brasileira, mas, também, como uma discursividade que impregna de sentidos outros o texto literário e que dialoga com o momento vivido pela sociedade brasileira.

Sociedade essa que se vê calada, silenciada pela recorrência das lembranças trazidas pela memória das prisões arbitrárias e sem justificativa como a experimentada por Fabiano, causada por “falta menor”. Nesse sentido, percebemos o silenciamento e a arbitrariedade, marcados na discursividade da obra de Graciliano Ramos, referirem-se ao momento vivido. Como apontamos, através de Orlandi (1990, p. 50-51), o silêncio não é visto apenas em sua negatividade, ele significa, o seu não-dizer contém sentido, é fundador, portanto, sustenta o princípio de que a linguagem é política. O silêncio da personagem Fabiano, motivada por sua experiência anterior com a violência da prisão, significa o medo simbolizado pela cautela de se expressar, de reivindicar, de falar aquilo que pensa sobre a realidade, aquilo que experimenta e vivencia. Semelhantemente, à parte da sociedade brasileira do período, Fabiano, como fruto das arbitrariedades sofridas, tornara-se passivo, não reivindicava, silenciava, era silenciado.

Esse silenciamento, observado metaforicamente na literatura de Graciliano, podemos ver também em seus escritos não-ficcionais, revelando uma face de sujeito-militante. O silenciamento da sociedade brasileira, a partir dos literatos de sua época, é denunciado e questionado pelo sujeito-militante Graciliano Ramos, como veremos a seguir:

[SD 3]: Não conseguem recobrar a pureza e a **coragem** primitivas. Transformaram-se. **Foram transformados**. Sabem que a linguagem que adotavam não convém. **Calam-se**. Não tinham nenhuma disciplina nem na gramática **nem na política**. [...] Pensam no que é necessário dizer. No que é vantajoso dizer. No que é possível dizer [1941, p. 5, grifo nosso].

A carta de Graciliano, na SD-3, manifesta uma discursividade que nos remete ao sentido de cobrança de uma militância por parte dos seus colegas literatos. Mostra a sua visão relativa à literatura como espaço de denúncia. Evidencia que a sua escritura literária traz um discurso referente ao período vivido e uma militância que não aceitava a cumplicidade e a

omissão com o sistema político instituído. Não admitia se tornar alheio à circunstância da época. Indagamos: Por que se calam? Pensam no que é necessário dizer? No que é possível dizer? O silêncio dos escritores contemporâneos seus, conforme vimos em Orlandi, significa. É o que a autora define como “silêncio local: do tipo da censura e similares; esse silêncio é produzido ao se proibir alguns sentidos de circularem, por exemplo, numa forma de regime político, num grupo social determinado de uma forma de sociedade específica etc” (ORLANDI, 1990, p. 50).

Portanto, o silêncio produz sentido, não é totalmente despercebido, traz seus significados quando relacionados ao contexto de sua existência, desvela, fala sem palavras através da sua ausência, o não-dizer do silêncio diz. Como assinala Sartre (2004, p. 22), ele “se define em relação às palavras, assim como a pausa, em música, ganha o seu sentido a partir dos grupos de notas que a circundam. Esse silêncio é um momento da linguagem; calar-se não é ficar mudo, é recusar-se a falar – logo ainda é falar”, visto que o silêncio “fala”, significa. Desse modo, corrobora e ratifica a abordagem que utilizamos como tese principal de nosso trabalho, a de que a exterioridade vivida durante o regime autoritário varguista perpassa e constitui a escritura de *Vidas Secas*, regime esse que “fala” em seu silêncio, pois é denunciado no não-dito da obra. As ferramentas teóricas e metodológicas da Análise de Discurso, permite-nos observar as marcas ideológicas que interpelam o autor em sujeito do seu próprio discurso, identificado com uma formação discursiva que pré-existe ao sujeito-autor.

Quando o enunciado da SD-4 seguinte, aponta que os literatos Rachel de Queirós, José Lins do Rego, Amando Fontes e Jorge Amado, perderam a coragem primitiva dos seus escritos e assevera “transformaram-se”, “foram transformados”, “calam-se” e “não tinham nenhuma disciplina na política”, encerra um discurso sobre as estratégias do regime político em cooptar os intelectuais. Traz à baila a passividade desses intelectuais diante da violência institucionalizada, a recorrência de estratégias de persuasão por parte do Estado autoritário que surtiu este efeito junto aos intelectuais do período. O momento do enunciado é bastante significativo: estamos em 1941, o Estado Novo se consolidara no poder havia quatro anos e Getúlio Vargas há mais de uma década. Essa cooptação dos intelectuais naquele instante da História do Brasil é corroborada por historiadores. Velloso (1999, p. 53) menciona que:

No Estado Novo, o intelectual responde à chamada do regime, que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional.

Reedita-se, portanto, uma idéia já enraizada historicamente no campo intelectual. O que varia é a delimitação do espaço de atuação desse grupo – da torre de marfim para a arena política –, permanecendo o papel de vanguarda social. O trabalho do intelectual – agora engajado nos domínios do Estado – deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político.

Dessa forma, ressaltamos uma relação entre a violência institucionalizada por Vargas e o silenciamento das pessoas em geral, mas também com os intelectuais, artistas e literatos, dentre outros, durante o período varguista. Observamos, assim, as estratégias do governo autoritário em manter o conjunto da sociedade brasileira em silêncio, experimentando uma violência crescente que assegurava a manutenção das estruturas social, política, econômica e cultural, estratégias desenvolvidas no sentido de dar sustentação e legitimidade ao regime vigente.

Os sentidos deslizam e dão ao texto um efeito de completude e de fundação em si mesmo, quando sabemos que o texto é da ordem da heterogeneidade “é produzido por um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva, ou seja, o sujeito produz seu texto a partir de um lugar social”, como assinala Indursky (2001, p. 30).

Nessa direção, podemos observar a obra gracilianista como um texto cuja urdidura se configura em uma heterogeneidade estruturada, que para Indursky (2001), resulta do trabalho discursivo do sujeito-autor, a partir de sua posição-sujeito. Assim o texto é produzido por vários recortes vindos de lugares outros e mantém um efeito de unidade de sentido,

o sujeito-autor mobiliza vários e diversificados recortes textuais relacionados a redes discursivas e diferentes subjetividades. Esse fazer o conduz a estabelecer uma trama entre diferentes recortes discursivos, provenientes de diferentes textos afetados por diversas Formações Discursivas e diferentes posições-sujeito (INDURSKY, 2001, p. 30-31)

A identificação do sujeito-autor com a formação discursiva de esquerda evidencia-se, também, em seus escritos não-ficcionais, como podemos ver a seguir:

[SD 4] Quando, em 1936, fui viver no Pavilhão dos Primários, na Sala da Capela, na Colônia Correccional de Dois Rios e em outros lugares semelhantes, encontrei os excelentes companheiros que hoje trabalham no

Partido Comunista. Sempre me senti perfeitamente ligado a eles [...] (RAMOS, 194-b, f.1).

Desse modo, quando enuncia que “sempre me senti perfeitamente ligado a eles”, o pronome pessoal “eles” nos aponta para uma referência “aos excelentes companheiros que hoje trabalham no Partido Comunista”. Há uma evidenciação marcada no discurso de gênero não-literário, no caso um manuscrito fragmentário, de que o sujeito que enuncia se identifica à FD comunista.

Observamos na sequência discursiva anterior, então, a identificação do sujeito-autor com uma formação discursiva de esquerda, no caso comunista, cuja identificação perpassaria a sua escritura, uma vez que o esquecimento do sujeito, que é interpelado ideologicamente, e a própria construção do texto literário, trazem em si um efeito de apagamento dessa vinculação. Dizemos efeito de apagamento, uma vez que esse apagamento por completo é imaginário e impossível de se realizar, pois, semelhantemente, a um palimpsesto, as marcas anteriores à nova escritura permanecem, sub-repticiamente, evidenciando a sua existência no texto. Dito de outra forma, o apagamento é ilusório, pois não se dá plenamente, deixa vestígios, marcas, pistas e, paradoxalmente, constitui o texto.

Nessa direção, o esquecimento n<sup>o</sup>. 1, apontado por Pêcheux e Fuchs (1990), pode ser observado em nossas análises. O sujeito-autor é interpelado ideologicamente e se identifica com a formação discursiva (FD) de esquerda. Ao afirmar que “encontrei os excelentes companheiros que hoje trabalham no Partido Comunista”, o sujeito-autor Graciliano Ramos assume outra posição-sujeito dentro de uma mesma FD: a de sujeito-militante. A interpelação ideológica a que nos referimos é o ponto de exterioridade do discurso que o constitui, mas, paradoxalmente é esquecido pelo sujeito que enuncia. O sujeito é recoberto “pela ilusão de estar na *fonte do sentido*” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 169, grifo dos autores), que, em última análise, o faz acreditar ser dono do seu próprio discurso. O sujeito-militante Graciliano Ramos, afetado pelo esquecimento n<sup>o</sup>. 1, coloca-se como origem do que diz, fonte do sentido do seu discurso.

Veremos, a seguir, como a violência desse autoritarismo varguista é enunciada e mostrada de forma naturalizada no cotidiano da narrativa literária de Graciliano Ramos, bem como é analisada por alguns historiadores que escreveram sobre aquele período.

### 3.2 – “Diálogos” entre a história e a literatura: marcas da violência na discursividade gracilianista

A escritura gracilianista é perpassada por uma representação da violência. A obra *Vidas Secas* apresenta vários trechos em que podemos evidenciar tal abordagem no decorrer da narrativa. Vale ressaltar, que o conceito de representação, aqui tomado, está intrinsecamente ligado ao de ideologia, cuja composição se dá através do conjunto de representações, conforme vimos em Althusser, no item 2.2, e retomado por outros pensadores que, embora discordem em alguns pontos, partem do pressuposto de que:

os sistemas de representação são os sistemas de significado pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos e os outros. Reconhece que o conhecimento ideológico resulta de práticas específicas – as práticas envolvidas na produção do significado. [...] cada prática social é constituída na interação entre significado e representação. Em outras palavras, não existe prática social fora da ideologia (HALL, 2003, p. 179).

Nessa direção, o sujeito-autor Graciliano Ramos entretece uma discursividade na urdidura de sua escritura que desvela e institui sentidos sobre a violência mediante significados e representações ideológicas. São formas de dizer o mundo a sua volta em que os enunciados, aqui analisados, materializam os efeitos de sentido que a sua obra nos permite estudar.

Existe uma relação entre a sua discursividade que emerge da materialidade literária e a exterioridade do texto, elo entre a sua escritura e a conjuntura da época: a violência do período varguista institui sentidos e constitui a própria discursividade elaborada pelo sujeito-autor. Na sequência discursiva seguinte, podemos ver a violência mostrada pela palavra “pontapés”.

[SD 5]: “Às vezes recebia pontapés sem motivo. Os pontapés estavam previstos e não dissipavam a imagem do osso” (RAMOS, 2000, p. 55). Aqui, encontra-se na materialidade do texto, a violência. Os pontapés narrados trazem, metaforicamente, o sentido de violência. Novamente, a recorrência à exterioridade elucida parte do significado que essa narrativa literária, aqui tomada pela sua discursividade, encerra. Como nos aponta Eni Orlandi, a Análise do Discurso “reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e tem como

característica questionar a interpretação considerando-a como objeto de reflexão” (ORLANDI, 2004, p. 21). Desse modo, buscamos esse acesso ao sentido, aos seus deslizamentos, as suas possibilidades.

A personagem Baleia, uma cachorra, um animal, um bicho, portanto, desprovida da condição de pensar ou agir, é alegoricamente utilizada pelo sujeito enunciador para, simbolicamente, representar a violência experimentada por muitos durante o governo de Getúlio Vargas. O enunciado “os pontapés estavam previstos” manifesta a condição de submissão e aceitação à violência do regime. O período era de repressão, de violência, vivia-se sob um regime de exceção que se desenhava antes mesmo da instituição do Estado Novo, em novembro de 1937, conforme ressaltado por Capelato (2003):

As vítimas da repressão não foram poucas. Ela já mostrara suas garras a partir de 1935 e a Carta de 1937 conferiu-lhe legalidade. Nas masmorras do Estado Novo muitos permaneceram presos e muitos foram torturados. Os revolucionários de 1935 foram torturados e receberam penas altas. Muitos foram espancados, tiveram os corpos queimados. A mulher do líder comunista Luís Carlos Prestes, Olga Benário, foi entregue aos alemães e acabou morrendo num campo de concentração (CAPELATO, 2003, p. 131).

A visibilidade da violência, figurada pelos pontapés em *Vidas Secas*, remete-nos às condições de produção da escritura, uma vez que, analogamente, espera-se essa violência de um regime autoritário, totalitário e de exceção. Nesses governos, a violência é esperada como forma de persuasão e de controle social e político, como forma de evidenciar a todos quem está no poder e no controle político.

O totalitarismo, pelo qual havia simpatia de Getúlio Vargas, mostra-se, além de violento, um sistema político que se apodera do Estado e cria as suas ramificações no corpo social a fim de exercer o seu controle. A manipulação de informações sobre os opositores em potencial se torna uma das principais estratégias. A polícia possui um importante papel de controle e repressão para a manutenção da ordem. Assim, temos “a importância da polícia como único órgão de poder” (ARENDDT, 1989, p. 470), em que a manutenção da “ordem” justificava os meios utilizados em um regime totalitário. Para Arendt,

Nos primeiros estágios do regime totalitário, porém, a polícia secreta e as formações de elite do partido ainda desempenham um papel semelhante àquele que as caracteriza em outras formas de ditadura e nos antigos regimes de terror; e a excessiva crueldade dos seus métodos não tem paralelos em toda a história dos países ocidentais modernos. O primeiro estágio, de desencavar os inimigos secretos e caçar antigos oponentes, geralmente coincide com a arregimentação de toda a população em organizações de vanguarda [...] (ARENDDT, 1989, p. 472).

Dessa forma, a importância da polícia como único órgão do poder e a violência exacerbada utilizada pelo regime de Getúlio Vargas eram marcas de práticas dos regimes totalitários. A conjuntura do período estava envolta em uma onda de violência cometida pelo Estado que se impunha à sociedade brasileira. O Estado aparelha-se para exercer o controle e a vigilância dos cidadãos e, em especial, dos opositores do regime.

Não é fortuita a criação de um Departamento estatal que vai se encarregar dessas questões como foi o caso do DOPS – Departamento da Ordem Política e Social durante a Era Vargas. Dessa maneira, o discurso presente na obra de Graciliano Ramos faz emergir os sentidos que o sujeito-autor constrói naquele importante momento histórico do Brasil, descortinando as contradições do regime instituído por Getúlio Vargas, que, para o historiador estadunidense Thomas Skidmore, era uma “versão brasileira atenuada do modelo fascista europeu” (SKIDMORE, 1982, p. 52).

A violência, literariamente descrita e materializada em *Vidas Secas*, tem uma constituição forjada a partir da realidade na qual se inserem as personagens. As condições de produção da escritura mostram-se, no decorrer da narrativa, como vários dizeres que se repetem e se atualizam na própria urdidura da narrativa. A trama, o enredo e as personagens constituem um amálgama que contém em si os enunciados realizados pelo sujeito-autor no momento de seu acontecimento discursivo. Como já vimos, as várias repetições, em momentos diversos da narrativa, remete-nos à atualização desse já-dito no interior da rede de formulações existentes no próprio texto literário. Dessa maneira, esse já-dito evidencia-se mediante as metáforas presentes na literatura e que atravessam toda a obra construída pelo sujeito-autor Graciliano Ramos aqui analisada, como no trecho “às vezes que recebiam pontapés sem motivos”, presente na SD-5.

A seguir, abordamos a naturalização da violência como uma forma de sentido que desliza no texto, produzindo efeitos de sentidos que se manifestam na materialidade literária:

[SD 6]: Achava as pancadas naturais quando as pessoas grandes se zangavam, pensava até que a zanga delas era a causa única dos cascudos e puxavantes de orelhas. Esta convicção tornava-o desconfiado, fazia-o observar os pais antes de se dirigir a eles (RAMOS, 2000, p. 60).

A naturalização da violência, observada na SD-6, presente na fala da personagem “menino mais velho”, remete-nos à percepção de que a conjuntura da escritura interfere na sua produção. Essa conjuntura é constitutiva da trama literária e encerra em si uma discursividade presente em *Vidas Secas*. Quando o menino mais velho “achava as pancadas naturais quando as pessoas grandes se zangavam”, traz um leque de reflexões possíveis a partir da Análise do Discurso.

Inicialmente, as condições de produção da escritura são bastante significativas. O período varguista foi um período marcado, dentre outros aspectos, pela violência e pela perseguição política que culminariam com o Estado Novo, em 1937. O menino mais velho pode ser percebido como uma representação simbólica de uma parte significativa da população brasileira daquele período, que enxergava a ditadura como esse pai que tinha a legitimidade de utilizar a violência mediante “as pancadas naturais”.

Um pai materializado nesse chefe de família, de uma grande família como se instituía o próprio Vargas, cuja ideologia era manifesta em seus escritos, a exemplo do trecho abaixo do *Catecismo cívico do Brasil Novo*, mencionado por Capelato (2003, p. 124):

Pergunta: O exercício da autoridade suprema por um chefe não contraria a vontade do povo em uma democracia?

Resposta: Absolutamente, não. O Chefe do Estado em um regime democrático como o que foi estabelecido no Brasil pela constituição de novembro, é o expoente do povo, o seu representante direto [...] Obedecendo, portanto, ao Chefe que o representa, o povo, apenas, se conforma com aquilo que ele próprio deseja e é executado pelo depositário de uma autoridade por ele conferida.

O trecho acima enfatiza a obediência do povo em relação ao chefe do Estado que, como veremos a seguir, é o chefe da “grande família feliz”. Temos, então, uma associação da nação à família, que simbolicamente representa o povo, no discurso varguista. Já em *Vidas Secas*, temos uma antítese dessa família feliz exaltada nos escritos do governo Vargas. Há

uma relação familiar em que os membros são infelizes, analfabetos, não possuem moradia nem emprego fixo, são excluídos e marginalizados por completo.

A violência, naturalizada na SD-6, simboliza a legitimidade do uso da força para repreender e reprimir aqueles que haviam deixado zangado “as pessoas grandes”. Em uma conjuntura política na qual a sociedade brasileira é comparada e equiparada a uma grande família, cujo grande chefe se personifica no chefe do Estado – Getúlio Vargas – inferimos, dessa maneira, que os efeitos de sentido da SD-6 estão associados à violência do regime. Vejamos o que diz Capelato (2003):

O sentimento de agregação e pertencimento foi muito valorizado através da associação entre Estado, Pátria, Nação e povo, como bem mostra a lição 3 do livreto *O Brasil é bom*: Se todos os brasileiros são irmãos, o Brasil é uma grande família. Realmente, é uma grande família feliz. Uma família é feliz quando há paz no lar, Quando os membros não brigam. Quando não reina a discórdia [...] O chefe do governo é o chefe do Estado, isto é, o chefe da grande família nacional. O chefe da grande família feliz [...] (CAPELATO, 2003, p. 123-125).

Esse chefe da “grande família nacional” legitima-se no local de violência, objetivando o bem-estar comum, no qual assume a tutela dos seus filhos que necessitam de correção dos rumos. Semelhantemente em *Vidas Secas*, o núcleo das personagens está constituído por uma família: Fabiano, a esposa – sinhá Vitória, o menino mais velho e o menino mais novo. Nela, Fabiano é apresentado como o chefe da família e utiliza da violência como forma de “educar”, impor o seu ponto de vista, a sua forma de ver o mundo. Contrapondo-se a essa realidade violenta, presente nas condições de produção da sua escritura, o sujeito-autor enuncia, a partir da literatura, um discurso que vai evidenciar essas práticas, deixando entrever a violência vivida pela sociedade no período Vargas.

A desconfiança do menino mais velho em relação aos pais e a sua convicção de “que a zanga delas era a causa única dos cascudos e puxavantes de orelhas” (RAMOS, 2000, p. 60), narrada no texto literário, produz efeitos de sentido. A desconfiança do menino mais velho ao se aproximar dos pais pode ser vista como um deslizamento de sentido, trazido no enunciado destacado neste parágrafo. Esse deslizamento, do qual falamos, pode ser atribuído ao medo de sofrer violência, dos cascudos e puxavantes de orelha que simbolizam a violência familiar e, também, aquela instituída pelo regime político vigente no período. O sujeito-autor, desse modo, enuncia o medo em relação ao governo, ao regime que impõe um “respeito” ao

governo, personificado na figura de Getúlio Vargas. A narrativa literária encerra, em suas metáforas, uma discursividade que constrói efeitos de sentido sobre a violência vivida no período.

Veremos a seguir uma recorrência da violência:

[SD 7]: Baleia detestava expansões violentas: estirou as pernas, fechou os olhos e bocejou. Para ela os **pontapés** eram fatos desagradáveis e necessários. Só tinha um meio de evitá-los, a fuga. Mas às vezes apanhavam-na de surpresa, uma extremidade de alpercata batia-lhe no traseiro – saía latindo, ia esconder-se no mato, com desejo de morder canelas. Incapaz de realizar o desejo, aquietava-se (RAMOS, 2000, p. 60, grifo nosso).

Neste trecho, podemos ver a personagem Baleia dar voz aos oprimidos, metaforicamente, abordando o tema da violência. Uma violência que se repete e (re)significa os sentidos das formulações discursivas produzidas pelo sujeito-autor, ao longo da materialidade textual literária: uma violência, representada simbolicamente pelos pontapés, definida como fatos presentes na ditadura varguista.

Essa necessidade da violência, representada pelos pontapés, simboliza a identificação do sujeito-autor com a FD antagonica ao governo Vargas e faz com que ele assuma uma posição-sujeito no interior dessa FD. Dessa forma, a SD-7 estabelece um espaço de reflexão e discussão a partir dos sentidos que são produzidos pela discursividade que lhe constitui, pois surge em um contexto sócio-histórico do regime da época onde se insere o sujeito-autor Graciliano Ramos.

Em um regime autoritário, a fuga constitui uma das estratégias para não sofrer com a violência física e moral imposta aos opositores do regime político que está no poder. Dessa forma, a discursividade do enunciado “só tinha um meio de evitá-los, a fuga”, remete-nos à construção do sentido político de que a fuga, vista como um afastamento que, em muitos casos, foi concretizada pelo asilo político, foi uma das estratégias utilizadas durante o regime varguista. Como assevera o historiador Edgard Carone, acerca da Intentona Comunista, ocorrida em 1935, “com o fracasso do golpe, muitos integralistas são presos, mas vários se refugiam nas Embaixadas. As da Itália e de Portugal, países fascistas, são as mais procuradas” (CARONE, 1976, p. 206). Há uma relação entre a realidade exterior, a conjuntura do período

e a discursividade da literatura gracilianista. Um “diálogo” estabelecido entre a história (política) e literatura (escritura) de Graciliano Ramos.

Nessa direção, o discurso de Graciliano Ramos pode ser interpretado. Pelos seus efeitos de sentido, tentamos compreender os significados dos sonhos e da narrativa relativos à cachorra Baleia, uma das principais personagens do seu livro, personificada pela discursividade presente nos enunciados de *Vidas Secas*.

Embora a fuga fosse uma estratégia na luta pelo poder que se desenrolava no Brasil dos anos de 1930 e 1940, o discurso presente na narrativa de Graciliano aponta que muitas vezes a personagem Baleia era apanhada de surpresa. Da mesma maneira, vemos marcas da violência existente naquele dado contexto histórico brasileiro. O seu enunciado possui efeitos de sentido que representam, literária e metaforicamente, as dificuldades políticas vividas.

A figura de Baleia permite gestos de interpretação pela sua riqueza estética, literária ou semântica. Sentidos que deslizam e se tornam diferentes do/no enunciado, pois, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível a tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2006, p. 53). Sentidos deslizados e possíveis de serem observados nos enunciados de *Vidas Secas*, inseridos nesse jogo de palavras, que carregam em si toda uma discursividade de contraposição à ordem instituída desde o início da década de 1930.

Dessa forma, entendemos que os escritos do sujeito-autor Graciliano Ramos podem ser analisados a partir de uma formação discursiva antagonica que se contrapõe à formação ideológica do governo Vargas, centralizador e populista. Dessa maneira, percebemos duas formações discursivas diferentes que se antagonizam a partir da formação ideológica na qual se inserem. Vemos, naquele momento, um governo que visa à permanência e à continuidade mediante a força, a violência do Estado que, simbolicamente, é representada nos enunciados de Graciliano, por exemplo, quando a cachorra Baleia sentia “uma extremidade de alpercata batia-lhe no traseiro – saía latindo, ia esconder-se no mato, com desejo de morder canelas. Incapaz de realizar o desejo, aquietava-se” (RAMOS, 2000, p. 60). Podemos observar a estratégia da fuga emergindo da materialidade textual da literatura, no momento em que o sujeito-autor dá voz, a partir da sua criação narrativa, à personagem Baleia que se mantém desejosa de morder, representando, assim, a resistência, a revolta dos oprimidos.

Todavia, outros sentidos aparecem na escritura de Graciliano Ramos. A impossibilidade de enfrentamento, simbolizada pela incapacidade de poder realizar o desejo de morder por parte da cachorra Baleia, mostra a conformação pela qual é tomada parte da oposição ao regime autoritário. A fuga, o desejo de enfrentamento e a quietude dos opositores do regime metaforizam, nas tramas do texto, a realidade de repressão vivida no Brasil, naquele período histórico denominado Era Vargas. O controle dos opositores deu-se, principalmente, porque “houve repressão forte – prisões, tortura, exílios, censura –, que atingiu tanto os considerados subversivos (comunistas, socialistas, anarquistas) como os opositores liberais” (CAPELATO, 2003, p. 131) e a imprensa, também, foi alvo da repressão em que, continua a historiadora, “[...] jornais foram controlados e *O Estado de São Paulo* acabou sendo expropriado pelo governo” (2003, p. 131), evidenciando, dessa forma, algumas das ações autoritárias do governo Vargas. Graciliano Ramos vê, portanto, na literatura um meio de apontar as repressões vivenciadas na época.

Destacamos, a seguir, as metáforas da violência representadas simbolicamente pelo sujeito-autor. Vejamos a palavra “pontapés” que se repete ao longo da obra.

[SD 8]: “Coitadinha, andava por aí perdida aguentando pontapés” (RAMOS, 2000, p. 83). A recorrente temática da violência nos escritos de Graciliano Ramos desvela-se na SD-8. O enunciado “coitadinha, andava por aí perdida aguentando pontapés”, constitui parte da rede de formulações discursivas que podemos observar na obra *Vidas Secas*. O sujeito-autor recorre à representação simbólica do pontapé como instituinte de sentido de seu discurso.

No enunciado “andava por aí perdida aguentando pontapés”, observamos o sentido de que a violência, simbolizada novamente pelos pontapés, era corriqueira e, repetidamente, utilizada pelo governo estabelecido. As condições de produção do enunciado possibilitam analisá-lo como a materialidade pela qual os sentidos da violência podem emergir e inscreverem-se na rede de formulações discursivas de *Vidas Secas*. Assim, é possível vermos, no enunciado da literatura de Graciliano, uma forma de FD de oposição política que busca trazer uma reflexão para a sociedade.

A discursividade, contida no enunciado “coitadinha, andava por aí perdida aguentando pontapés”, pode ser analisada pela ótica de referir-se, também, à resistência e à oposição ao regime político autoritário do período de seu aparecimento. As pesquisas historiográficas acerca daquele importante momento da história do Brasil corroboram essa análise, pois há um grande número de historiadores que ressaltam a violência com que os opositores ao regime

eram perseguidos, presos, torturados e mortos. O medo e a censura eram algumas das estratégias do regime varguista. Nesse sentido, Carneiro (1999, p. 335) assinala que:

Tanto o medo quanto a censura funcionaram como poderosos instrumentos de controle social, emanando, cada qual ao seu modo, energia que, por sua vez, colabora para a sustentação dos sistemas autoritários. O medo faz calar, tem energia para isso. Instado o pânico (de propagação rápida), o medo sufoca. Daí a necessidade que as ditaduras têm de impor medo – medo da tortura, da polícia, da morte, do desemprego, da difamação – para, através deste, sufocar as tradições de luta e as vozes de contestação. Para garantir a ordem, segundo conceito gerenciado pelos homens de Estado, necessitava-se de apontar culpados. No caso do governo Vargas, comunistas, anarquistas, judeus, negros, ciganos e japoneses transformaram-se em focos da vigilância oficial.

Dessa maneira, observamos uma relação plausível entre a obra *Vidas Secas* e o momento de sua escritura. As lentes tomadas de empréstimo junto à Análise do Discurso possibilitam percebermos os embates políticos, a ideologia, as condições de produção, a memória, o funcionamento da memória discursiva, o interdiscurso e o intradiscurso, que, através do gesto de interpretação, trazem à baila um conjunto de reflexões sobre os escritos do sujeito-autor no seu “diálogo” entre a história e a literatura, onde se materializam denúncias de um regime historicamente constituído.

Esse sujeito-autor denuncia, contrapõe-se, critica o regime político autoritário do período, mostrando a possibilidade da literatura ser vista como esse espaço de análise sobre o passado da sociedade brasileira. Literatura que, escrutinada pelo olhar do analista de discurso, pode contribuir para elucidar, jogar luzes no passado a ser revisitado e rediscutido pela sociedade. Nessa direção, a Análise de Discurso trilha por caminhos muito próximos aos caminhos percorridos pelos historiadores da Nova História, que objetivam esclarecer o passado, a partir das indagações do presente, mediante o estudo em outras fontes documentais, no caso, a literatura.

Desse modo, o gesto de interpretação do analista do discurso se aproxima do gesto de interpretação do historiador, pois, ao mesmo tempo, dialoga com o olhar do crítico literário, cujo ângulo, observa a literatura como esse espaço de denúncia, de militância, lugar de reflexão a respeito da sociedade na qual está inserido. Literatura que, mediante a peculiar beleza poética e estética, traz em seu interior toda essa reflexão possível, concernente ao

mundo exterior, que perpassa as linhas de sua narrativa em uma tênue fronteira entre a sua materialidade escrita e as contradições presentes na exterioridade do texto literário.

Ressaltamos que, em *Vidas Secas*, Graciliano Ramos enuncia a violência vivenciada naquele período da história do Brasil, como podemos observar na sequência abaixo:

[SD 9]: O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão

– Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai.

**Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca de ponta.** Mas o pequeno esperneou acuado, depois sossegou, deitou-se, fechou os olhos. Fabiano ainda lhe deu algumas pancadas e esperou que ele se levantasse. Como isto não acontecesse, espiou os quatro cantos, zangado, praguejando baixo (RAMOS, 2000, p. 9).

Na SD-9, percebemos o sujeito-autor enunciar a temática da violência. Ela emerge na materialidade textual através de uma discursividade que compõe sua obra. Nessa rede de formulações discursivas, de *Vidas Secas*, temos a figura da bainha da faca como representação simbólica da violência. Essa mesma figura da faca e do facão é reiterada em vários momentos, ao longo da obra, como uma memória recorrente sobre a violência que caracteriza a exterioridade do texto vivida no período, ancorada em outras palavras e expressões.

O menino mais velho é fustigado com a bainha da faca por não conseguir mais seguir na caminhada da família sob o sol. Essa ação do pai, narrada na obra, metaforiza a relação de força existente naquele período histórico. O pai que interdita é aquele mesmo que agride e age com violência. Aquele que age com agressividade e dá pancadas no filho. O grito do pai para com o filho, também, mostra-se discursivamente como uma representação simbólica da violência, visto que Getúlio Vargas se mostrava como o “chefe da grande família nacional”, da “grande família feliz”, como vimos anteriormente. Violência essa que era vivenciada pela sociedade durante o período varguista.

O regime de exceção criado por Getúlio Vargas é marcado pela violência e forte repressão aos opositores. A violência do pai para com o filho, narrada pelo sujeito-autor, tem intrínseca relação com as condições sócio-históricas do período. Podemos deslocar a figura do pai Fabiano à figura do Estado que, naquele momento histórico, reprime e age com rigor aos que com ele não colaboram. Institucionaliza a violência como prática do Estado. Naturaliza o uso da força. Banaliza a vida e a falta de liberdade. O comportamento do pai também é

espelho das condições de produção do período que engendra seres humanos violentos, não só pelo regime vivenciado, mas, também, pela brutalidade da miséria vivida pelos mais pobres. Fabiano é bruto porque é vítima do sistema no qual está inserido.

O menino mais velho pode ser visto como aquele que sintetiza a figura de uma oposição ao regime que, naquele momento, leva “algumas pancadas”, mas que continua construindo estratégias de enfrentamento ao regime. Em alguns momentos, como no enunciado “mas o pequeno esperneou acuado, depois sossegou, deitou-se, fechou os olhos”, da SD-9, podemos relacionar a uma oposição acuada diante da opressão do Estado, ao nos reportarmos às condições de exterioridade da narrativa. Naquela década, o Brasil vivencia dois movimentos armados que se opunham ao governo instituído e ficaram conhecidos como Revolução Constitucionalista de 1932<sup>3</sup> e Intentona Comunista<sup>4</sup> de 1935. Esses dois episódios foram dos mais marcantes na conturbada cena política da década de 1930 no Brasil. A historiografia brasileira registra que houve forte repressão a esses dois movimentos políticos. Pandolfi (2003, p.32), ao analisar a repressão à Intentona Comunista, relata que:

Depois da rebelião, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas contra todos os considerados opositores do regime. Milhares de pessoas foram presas em todo o país, inclusive deputados, senadores e até mesmo o prefeito do distrito Federal, Pedro Ernesto, um dos principais articuladores da Revolução de 30. Mais de cem oficiais e centenas de sargentos, cabos e soldados foram expulsos do Exército. Todos sofreram rigorosos processos judiciais e muitos foram condenados a penas altas. Alguns, como Luís Carlos Prestes, amargaram quase dez anos de prisão.

Observamos que a violência, a repressão e a supressão dos direitos individuais foram comuns durante os anos varguistas. A conjuntura daquele período era de tensão, medo, violência e autoritarismo. Na sequência discursiva que se segue, podemos perceber como essa conjuntura permeava a discursividade presente na escritura de Graciliano Ramos:

---

<sup>3</sup> “Revolução Constitucionalista deflagrada pelos grupos dominantes no Estado de São Paulo, em 1932, pois que esses grupos não se conformavam com a perda dos instrumentos de mando decorrente do movimento antioligárquico vitorioso em 1930”. (IANNI, 1991, p. 93).

<sup>4</sup> Os levantes militares ocorridos em novembro de 1935, nas cidades de Recife, Natal e Rio e Janeiro, ficaram conhecidos como Intentona Comunista. Para Vianna (2003, p. 101), “os movimentos desencadeados em novembro de 1935 foram a última manifestação e rebeldia tenentista, o que se evidencia tanto nos objetivos do movimento quanto na forma de luta escolhida e, inclusive, na própria composição dos movimentos, cuja esmagadora maioria era de militares. Luís Carlos Prestes, o líder tenentista já convertido ao socialismo, possibilitou a unidade entre os tenentes revolucionários e o PCB”.

[SD 10]: – Anda, excomungado.

O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca aparecia-lhe como um fato necessário – e a obstinação da criança irritava-o. Certamente esse obstáculo miúdo não era culpado, mas dificultava a marcha, e o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde (RAMOS, 2000, p. 10).

A partir da violência instituída pelo pai em relação ao filho, mostrada na SD-10, podemos fazer uma analogia à violência instituída pelo Estado centralizador de Getúlio Vargas contra a oposição perseguida durante o seu regime. A fala autoritária do pai, marcada pela expressão imperativa “anda, excomungado!”, espelha uma representação do autoritarismo do próprio regime varguista. O desejo do pai, de matar o menino mais velho, pode ser visto como uma evocação aos acontecimentos vivenciados no período da escritura da sua obra, da condição de sua produção. Esse pai que pode ser analisado como o regime que deseja, e, muitas vezes, oprime e violenta os seus filhos. Dessa forma, podemos inferir que a discursividade presente no enunciado da SD-10 é um retrato da sociedade brasileira dos anos de 1930, em especial do autoritarismo varguista.

A transferência de responsabilidade do pai para o filho, na qual aquele “queria responsabilizar alguém pela sua desgraça”, presente na SD-10, representa uma prática presente durante o governo Vargas. Uma busca de metaforizar, literariamente, a culpa pelo andamento da conjuntura social, política e econômica da época. Assim, vemos a discursividade, presente no enunciado, retratar a realidade vivida no período em que o governo Vargas criava estratégias para a eliminação dos seus opositores. Para Carneiro (1999, p. 329),

Sob o signo da opressão e da censura, o governo Vargas (1930-1945) procurou eliminar todos os canais possíveis de contestação. O Estado Novo, portanto, nada mais foi do que uma fase abertamente ditatorial, cujos antecedentes comprovam que Vargas, além de expressar o perfil de um autêntico estadista, era, por formação, um homem de índole autoritária e que, entre 1930 e 1937, procurou concentrar, cada vez mais, o máximo de poder nas mãos do Executivo. Uma série de registros nos comprovam que a intenção de Vargas era calar as resistências e continuar no poder, apesar de a Constituição de 1934 proibir a reeleição à presidência da República nas eleições de janeiro de 1938.

Nessa direção, a oposição pode ser vista na representação da expressão “obstáculo miúdo”, presente na narrativa gracilianista. Essa oposição que dificultava a implementação da política centralizadora de Getúlio Vargas e precisava ser controlada ou extirpada, pois, metaforicamente, “dificulta a marcha” e o governo, assim como o vaqueiro de Graciliano Ramos, “precisava chegar”. A busca do governo seria em chegar a uma situação de tranquilidade do regime, sem contestações, oposições ou manifestações em contrário, nos mais diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, a repressão e o medo instituídos são fortes aliados nesse propósito intermediado pelas ações e pela criação de um conjunto de leis que legitimam as arbitrariedades institucionalizadas pelo regime político dominante.

As representações simbólicas, construídas por Graciliano Ramos, sobre a violência aparecem repetidamente ao longo da sua obra. Nesse sentido, podemos observar um efeito metafórico, isto é, “o efeito semântico produzido por uma substituição contextual”, de que trata Pêcheux (1990, p. 96). No texto literário de Graciliano, há uma série de efeitos metafóricos na qual o ponto de ancoragem semântico encontra-se nas paráfrases no decorrer de toda a obra e nos remetem a um efeito de sentido que se mantém nos diferentes contextos dos enunciados.

A fim de melhor explicitar o olhar que temos mostrado ao longo das análises acerca da obra de Graciliano nesta tese, recorreremos ao aporte teórico elaborado por Pêcheux sobre o efeito metafórico, quando assinala que as substituições dos termos presentes em uma sequência discursiva em relação à outra SD, mantém, através de uma série de efeitos metafóricos, o sentido mediante uma equivalência semântica dos termos. Dessa maneira, palavras como “facão”, “faca”, “cadeia”, “pontapés” “cascudos” são repetidas em vários contextos de violência da narrativa e constituem uma

conservação invariante através da variação morfemática: o mesmo sistema de representações se reinscreve através das *variantes* que o repetem progressivamente; é esta repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas que caracteriza, a nossos olhos, o mecanismo de um processo de produção; a ‘estrutura profunda’ aparece assim como um tecido de elementos solidários, instalando-se e assegurando-se a si mesma através de efeitos metafóricos que permitem gerar uma série quase infinita de ‘superfícies’ pela sua restrição a limites de funcionamento além dos quais a ‘estrutura profunda’ explodiria (PÊCHEUX, 1990, p. 97).

A variação morfemática apontada acima, por Pêcheux, pode ser observada nas SD abaixo:

[SD 11]: Talvez sinha Vitória dissesse a verdade. O inferno devia estar cheio de jararacas e suçuaranas, e as pessoas que moravam lá recebiam **cocorotes**, **puxões de orelhas** e **pancadas com bainha de facão** (RAMOS, 2000, p. 61).

[SD 12]: Aprumou-se, disposto a viajar. Outro **empurrão** desequilibrou-o. [...] Mexeu-se para sacudir o chapéu de couro nas ventas do agressor. Com uma **pancada** certa do chapéu de couro, aquele tico de gente ia ao barro (RAMOS, 2000, p. 29).

[SD 13]: Fabiano caiu de joelhos, repetidamente uma **lâmina de facão** bateu-lhe no peito, outra nas costas (RAMOS, 2000, p. 30).

[SD 14]: Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que **dormiam no tronco** e **aguentavam cipó de boi** oferecia consolações:

- Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita

As SD do número 11 ao número 14 mostram um efeito metafórico acerca da violência, cujos pontos de ancoragem semântica se mostram em palavras e expressões, como: “cocorotes”, “puxões de orelhas”, “pancadas com bainha de facão”, “empurrão”, “pancada”, “lâmina de facão”, “dormiam no tronco” e “aguentavam cipó de boi”. O contexto situacional da narrativa, nesse caso, possibilita o deslizamento de sentido. Dessa maneira, o sentido da violência deixa suas marcas no discurso presente na narrativa literária de Graciliano mediante as palavras e expressões que destacamos das SD, ancoradas entre si.

A violência aparece, portanto, ancorada semanticamente através de palavras e expressões que aparecem no texto, acompanhando Fabiano e sua família, marcando, desse modo, suas identidades: os sujeitos sociais que representam a miséria humana, a fome, o analfabetismo, a exploração, a desigualdade social, a marginalização, a animalização, o desprezo, a brutalidade.

Observamos que os sentidos não se mostram diretamente pelas palavras destacadas nas sequências discursivas ressaltadas. Faz-se necessário mobilizarmos conceitos, conhecimentos e sentidos anteriores àquele contexto da narrativa para a sua compreensão. No exemplo da SD-14, a violência é marcada pelas expressões “**dormiam no tronco**” e

“**aguentavam cipó de boi**”. Existe a presença de um implícito, que “do ponto de vista discursivo, trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa memorizado” (ACHARD, 1999, p. 13). A primeira expressão remete-nos ao período escravocrata do Brasil, no qual negros escravos eram amarrados e açoitados ao tronco a mando dos seus senhores, como forma de punição. Estamos diante de uma memória do discurso. Desse modo, Mittmann (1999, p. 272) nos lembra de que:

o discurso não nasce da vontade repentina de um sujeito enunciador. O discurso tem uma memória, ou seja, ele nasce de um trabalho sobre outros discursos que ele repete, ou modifica. Essa repetição ou modificação não é necessariamente intencional, consciente nem imediata (um discurso imediatamente anterior ao produzido). Ao contrário, pode ser oculta ao sujeito enunciador.

Uma das formas desse implícito se dá através do “pré-construído” na constituição do sentido do enunciado. Pré-construído, que redefinido por Pêcheux (1988, p. 171), como vimos no segundo capítulo, remete-nos “simultaneamente ‘àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos do pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e ‘àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’”.

O sentido atribuído a partir da marca linguística da expressão “**aguentavam cipó de boi**” também nos remete à violência. Para chegarmos a esse sentido, mobilizamos o conceito de pré-construído, “como todo mundo sabe”, recorrendo à noção de discurso transversal, já apresentada neste trabalho. Nessa direção, o enunciado “aguentar cipó de boi”, corresponde a ser açoitado mediante utilização de um tipo de chicote feito com o pênis do boi, bastante comum nos relatos de agressão e violência contadas no interior do Nordeste. Nesses relatos, várias pessoas usam uma expressão regional: “levar uma pisa (surra) de cipó de boi”, para se referirem a essa forma de violência.

A SD-14 remete às metáforas utilizadas pelo sujeito-autor que, através da linguagem, fala da realidade vivida com outras palavras. O inferno, objeto de reflexão da personagem literária menino mais velho, pode ser analogamente comparado ao período político no Brasil. O inferno é representado como lugar de violência materializada na narrativa pelas agressões físicas em que “as pessoas que moravam lá recebiam cocorotes, puxões de orelhas e pancadas com bainha de facão” (RAMOS, 2000, p. 61).

A recorrente violência discursivizada em *Vidas Secas*, nesse trecho, simbolizada pelos “cocorotes” e “puxões de orelhas e pancadas”, leva-nos a acreditar que não estamos, apenas, diante de uma imaginação criadora de escritura. Trata-se, também, de um processo de produção, de uma construção materializada sob o signo do sublime, possibilitada pela literatura, como uma representação simbólica das agressões e da violência que caracterizaram o período de Getúlio Vargas na história do Brasil.

Nesse sentido, o “inferno” pensado pelo menino mais velho pode ser percebido como uma metáfora, uma marca presente no enunciado acerca das prisões executadas, das torturas, das cadeias, da violência institucionalizada pelo regime e legitimada pelo congresso nacional, como ressaltamos no capítulo anterior, pois, mesmo antes do Estado Novo, o parlamento já dava legitimidade às medidas de cerceamento das liberdades individuais em nome de uma “tentativa” de normalizar e acalmar a sociedade.

Esse “inferno” enunciado pelo sujeito-autor, em sua expressão literária, pode ser relacionado ao estado de sítio, à interdição das garantias individuais, à falta de liberdade de expressão, à censura, às prisões arbitrárias, à perseguição política, à tortura, à centralização política, que foram gradativamente fazendo parte da realidade brasileira durante as décadas de 1930 e 1940.

A seguir, a ênfase que buscamos na sequência discursiva abaixo é dada pela repetição e naturalização da violência. O enunciado, retirado do texto literário, discursiviza o ato de violência representado pelo “empurrão”, como ponto de ancoragem semântica, coloca-se lado a lado com as cenas prosaicas descritas do cotidiano de uma pequena cidade. Vejamos:

[SD 15]: o dinheiro fugira do bolso do gibão, na venda de seu Inácio. **Natural. Repetia que era natural** quando alguém lhe deu um **empurrão, atirou-o contra o jatobá** [...] escurecia; o homem da iluminação, trepando em uma escada, acendia os lampiões. A estrela papa-ceia branqueou por cima da torre da igreja; o juiz de direito foi brilhar na porta da farmácia; o cobrador da prefeitura passou coxeando, com talões de recibos debaixo do braço; a carroça de lixo rolou na praça recolhendo cascas de frutas; seu vigário saiu de casa e abriu o guarda-chuva por causa do sereno; sinha Rita louceira retirou-se (RAMOS, 2000, p. 28-29, grifo nosso)

Na SD-15, vemos o sujeito-autor, mais uma vez, abordar simbolicamente a naturalização da realidade de violência. Há um efeito de sentido de banalização dessa naturalização, no instante no qual Fabiano “repetia **que era natural** quando alguém lhe deu

um empurrão, atirou-o contra o jatobá” (RAMOS, 2000, p. 28, grifo nosso). A personagem encerra, através do efeito metafórico configurado no processo de produção do enunciado, o sentido da conformidade com a violência do período. Ser atirado contra uma árvore passa a ser algo habitual, há uma banalização da agressão, uma reiteração do desrespeito que evidencia uma violência gratuita e cotidianamente instaurada.

Esse sentido de normalidade da violência é visto quando o sujeito-autor continua a sua descrição do cotidiano na narrativa. Há uma enumeração descritiva de acontecimentos corriqueiros que se manifestam no dia-a-dia local e institui o sentido de rotina no interior da narrativa: “escurecia; o homem da iluminação, trepando em uma escada, acendia os lampiões [...] o cobrador da prefeitura passou coxeando [...] a carroça de lixo rolou na praça recolhendo cascas de frutas” (RAMOS, 2000, p. 28-29). A violência, marcada pelo empurrão, está presente, simultaneamente, nos demais acontecimentos diários.

Os enunciados presentes na SD-15 referem-se, portanto, à naturalização da violência. A sequência desses acontecimentos evoca o sentido de normalidade do cotidiano perpassado pelas prosaicas práticas sociais do dia-a-dia de uma pequena cidade do interior do Nordeste, cenário da narrativa de Graciliano Ramos. O homem da iluminação continua trepando em uma escada para acender o lampião ao escurecer, o cobrador de impostos a passar coxeando, a carroça a recolher as cascas de frutas, enquanto Fabiano era atirado contra o jatobá.

Nesse sentido, Fabiano carrega a representação simbólica daquele que se conforma com a agressão, daquele que naturaliza e banaliza a violência sofrida. Metaforiza o conformismo com a realidade de opressão que se estabelece. Essa representação e metaforização, encerradas em Fabiano pelo sujeito-autor, demonstram a instauração de sentidos e uma crítica social e política em relação ao contexto sócio-histórico da época.

Não havia espanto. Não havia surpresa com a violência. Era naturalizada e incorporada ao cotidiano da narrativa, analogamente incorporada ao cotidiano das condições de produção desse discurso enunciado por Graciliano Ramos. Um retrato da sociedade vigente é elaborado, construído discursivamente, e se imbrica à literatura gracilianista.

A arbitrariedade e a violência cotidianas são representadas na sequência discursiva a seguir. Vejamos:

[SD 16]: Engasgou-se. A autoridade rondou por ali um instante, desejosa de puxar questão. **Não achando pretexto, avizinhou-se e plantou o salto da reiuna em cima da alpercata do vaqueiro.** – Isso não se faz, moço, protestou Fabiano. Estou quieto. Veja que mole e quente é pé de gente. O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e xingou a mãe dele. Aí o amarelo apitou, e em poucos minutos o destacamento da cidade rodeava o jatobá (RAMOS, 2000, p. 29, grifo nosso).

A SD-16 é marcada por uma intrínseca relação com a exterioridade de sua escritura, ou seja, o governo varguista. A violência gratuita e banal se materializa na escritura do sujeito Graciliano Ramos a partir do enunciado em que: “não achando pretexto, [o soldado amarelo] avizinhou-se e plantou o salto da reiuna em cima da alpercata do vaqueiro” (RAMOS, 2000, p. 29). Podemos destacar que a violência por parte de quem detinha o poder era externada mesmo “não achando pretexto”. O enunciado constitui um sentido da banalização da agressão e da arbitrariedade por parte das autoridades constituídas.

Da mesma maneira, o protesto realizado por Fabiano fora respondido com uma atitude violenta e autoritária pelo soldado que o prendera. Por uma futilidade, Fabiano havia sido preso. O enunciado é marcado pela memória discursiva referente àquele período. As prisões e atos violentos eram comuns. O sujeito-autor, dessa maneira, abordava-os, convidava a sociedade para uma reflexão sobre a sua realidade que a muitos oprimia.

O protesto e a posição em contrário eram punidos com severidade, e, muitas vezes, mediante a ilegalidade, sem seguir os estatutos legais vigentes. Essa forma de discursividade, presente na escritura de Graciliano, constrói sentidos. Há uma evidenciação ligada à realidade política do período varguista cuja identificação ideológica não se fazia pelo sujeito-autor analisado. Pelo contrário, dessa forma, a discursividade da SD-16 identifica-se com a FD que antagoniza e escrutina o governo autoritário de Getúlio Vargas, evidenciando as suas contradições à sociedade brasileira.

A discursividade presente nos enunciados de *Vidas Secas* descortina as arbitrariedades cometidas no período. O enunciado “– Isso não se faz moço, protestou Fabiano [...] O outro continuou a pisar com força”, presente na SD-16, é uma marca da forma de reação corriqueira durante a década de 1930, no Brasil. O uso da força e a impossibilidade de contestação ficam evidenciados nesse enunciado quando o relacionamos à exterioridade de sua construção.

O protesto de Fabiano reflete as contestações de uma parcela da sociedade brasileira do período. A reação do soldado amarelo é uma marca de atitudes que constituíam o governo

Vargas. Os opositores ao regime e os grupos sociais, que ousavam manifestar-se em contrário, eram perseguidos e sofriam com a violência institucional conhecida daquele momento histórico, presente nos relatos sobre a época.

A seguir, destacamos como a violência é discursivizada na escritura gracilianista. Mediante um efeito metafórico, temos nas palavras “cadeia” e “facão”, a recorrência da representação simbólica, construída pelo sujeito-autor. Ressaltamos essa constatação na sequência discursiva abaixo:

[SD 17]: **Enfim apanhar do governo não é desfeita**, e Fabiano até sentira orgulho ao recordar-se da aventura. [...] Provavelmente não se esquentaria nunca mais, passaria o resto da vida assim mole e ronceiro. Como a gente muda! Era. Estava mudado. Outro indivíduo, muito diferente do Fabiano que levantava poeira nas salas de dança. **Um Fabiano bom para aguentar facão no lombo e dormir na cadeia** (RAMOS, 2000, p. 105, 106, grifo nosso).

A discursividade acerca da violência durante o governo Vargas é retomada no trecho acima. A materialidade textual enuncia a violência como prática do Estado, espelhada pela introspecção de Fabiano. Em um momento da história do Brasil no qual ocorriam prisões arbitrárias, agressões e torturas, como já ressaltamos, Fabiano denuncia a representação da conformação, daquele que se amolda à circunstância de radicalização desfavorável.

A resignação de Fabiano é simbolicamente representada no enunciado que a personagem “provavelmente não se esquentaria nunca mais”, por ter apanhado do soldado amarelo. Evidencia-se, então, uma das consequências marcantes da violência de Estado: a instituição do medo. A personagem Fabiano que, ao longo da narrativa, havia se desentendido e brigado em outros momentos, agora sente medo. Encolhe-se, retrai-se para não apanhar, por medo da repressão policial que o alcançara na bodega de seu Inácio.

Medo, esse, que se fez bastante presente na escritura gracilianista. A instauração do medo pelo governo Getúlio Vargas é uma das estratégias utilizadas para o controle social imposto pelo regime. Na visão de Carneiro,

O medo de que um projeto socialista vingasse no Brasil levou o governo a prender milhares de cidadãos que, rotulados de “perigosos propagandistas do credo vermelho”, foram punidos como hereges políticos. Listas e mais listas

de presos políticos, intercalando nomes de estrangeiros aos de brasileiros “subversivos”, encontram-se anexadas aos prontuários do Dops, testemunhando as arbitrariedades governamentais acobertadas pelo lema *ordem e progresso* (CARNEIRO, 1999, p. 329).

Dessa forma, a discursividade presente na escritura de Graciliano evidencia a violência que, sistematicamente, atingia os opositores do regime e tinha como objetivo desencorajá-los, prendê-los, fazê-los calar, silenciá-los. A mudança ocorrida com a personagem Fabiano, e percebida na sua introspecção, é constitutiva de sentidos que o sujeito-autor constrói a partir do enunciado: “como a gente muda! Era. Estava mudado” (RAMOS, 2000, p. 106). Percebemos esses sentidos de mudança interior da personagem, impostos pela violência e pela opressão trazidas para a narrativa e repetidas, também, em outra materialidade da sua escritura – cartas. Cartas, essas, que apresentam a recorrência dessa discursividade na rede de formulações que constituem a memória discursiva.

Assim, entendemos que o sujeito-autor ao ocupar outra posição-sujeito, a que chamamos de sujeito-militante, é interpelado pela ideologia que o afeta e é veiculada em seus escritos literários. Evidencia-se essa interpelação, em suas variadas materialidades discursivas, quando na posição de sujeito-militante, cobra maior engajamento de seus colegas literatos, como destacaremos adiante, na SD-18. Observamos, desse modo, a interpelação pela ideologia de esquerda marcar a sua discursividade tanto na materialidade literária como na materialidade não-ficcional. Na próxima seção, abordaremos a relação entre história e memória presente na ancoragem semântica na discursividade em Graciliano Ramos.

Veremos, a seguir, a recorrência dos vocábulos “facão” e “cadeia” marcar a discursividade presente na escritura de Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*. Enfatizamos a repetição dessas duas palavras, como pontos de ancoragem semântica, aparecer ao longo da materialidade textual da obra. Ambas marcam a discursividade contida na obra analisada, como veremos na sequência discursiva que se segue:

[SD 18]: – **Preguiçosos, ladrões, faladores, mofinos.** Estava convencido de que todos os habitantes da cidade eram ruins. Mordeu os beiços. Não poderia dizer semelhante coisa. **Por falta menor aguentara facão** e dormira na **cadeia**. Ora, o soldado amarelo... Sacudiu a cabeça, livrou-se da recordação desagradável e procurou uma cara amiga na multidão (RAMOS, 2000, p. 76, grifo nosso).

Em *Vidas Secas*, a recorrência das palavras “facão” e “cadeia”, ao longo da narrativa, chamam a atenção, pois, na urdidura do texto literário, remetem o leitor à ideia de violência. Essas palavras surgem nas diversas passagens literárias, inseridas em trechos associados a diversas experiências com a violência por parte das personagens, em especial, Fabiano, que “aguentara facão e dormira na cadeia”.

Partindo do pressuposto de que neste trabalho analisamos a discursividade presente na obra literária, destacamos as palavras “facão” e “cadeia” como marcas da violência vivenciada na exterioridade, mas que adentram a escritura e a atravessa. Da mesma maneira, essa exterioridade constitui a própria escritura e mostra-se, ao analista de discurso, a partir dos signos da violência, representados pelas palavras em destaque.

Na narrativa literária, a personagem Fabiano tinha o desejo de falar em alto e bom som aquilo que pensava em relação às pessoas: “preguiçosos, ladrões, faladores, mofinos”. Contudo, a sua memória trazia a recordação de ter dormido na cadeia por falta menor. Temos, então, na fala da personagem, um efeito de sentido que marca, na discursividade, o desejo de manifestação de uma parte da sociedade brasileira do período. Tomando *Vidas Secas* na perspectiva de constituir-se em um lugar de fala, o enunciado “por falta menor aguentara facão e dormira na cadeia”, presente na SD-18, traz da memória discursiva, do já-dito, um efeito de sentido da (in)justiça e da violência. Há um recorrente retorno ao dizer. O lugar de fala de Fabiano institui um efeito de sentido de revolta, indignação com a injustiça sofrida. Se a “falta menor”, para Fabiano, deveria ser punida, e não discutimos aqui o senso e a medida de justiça, visto que “sua decisão se inspirará muito mais no talento do meu advogado do que na minha inocência” (MONTAIGNE, 1972, p. 484), que fosse punida sem o uso da violência em variadas formas, como o facão no lombo, empurrões e cadeia.

Observamos uma repetição na ordem do discurso em *Vidas Secas*, há um interdiscurso que a própria obra se torna; um eixo vertical de enunciados diversos, uma rede de formulações na tessitura literária que nos autoriza a considerar que a ênfase em determinados objetos, já destacados, não é apenas da ordem do estilo de escritura da criação literária, mas um processo discursivo, isto é, “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1988, p. 161), que, a rigor, constitui-se em uma série de formulações e um encadeamento de enunciados que se alicerçam no domínio da memória, e

os objetos, que emergem das letras de *Vidas Secas*, adquirem sua estabilidade referencial. Para Courtine (1999, p. 20),

citação, recitação, formação do pré-construído: é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio de memória como espaço de recorrência das formulações.

Desse modo, em *Vidas Secas*, salientamos que a repetição das palavras “facão” e “cadeia” marcam essa estabilidade referencial, mencionada por Courtine, possibilitando, simultaneamente, a emergência da violência como efeito de sentido e, ainda, como objeto do discurso. A discursividade da obra expõe as contradições da sociedade brasileira daquele período. Uma sociedade marcada, por um lado pelo discurso e ações desenvolvimentistas, principalmente no setor industrial, como veremos abaixo, mas, por outro, caracterizada pelo regime de exceção, pobreza e miséria.

Se olharmos o Brasil do ponto de vista do desempenho de suas indústrias, esse foi o período do primeiro milagre econômico do século XX. Passado o efeito recessivo da crise de 1929, em especial a recessão de 1931, a indústria brasileira iniciava, já em 1933, uma fase de crescimento sustentado, posteriormente favorecido pela guerra (LEOPOLDI, 2003, p. 269).

A seguir, veremos outra sequência discursiva em que os escritos do sujeito-autor Graciliano Ramos são marcados pelas condições de produção da sua escritura, caracterizada pela violência do período. Na SD-19, há representações que marcam e evidenciam a violência em suas memórias, são pontos de ancoragem semântica que se repetem ao longo dos enunciados. Vejamos:

[SD 19]: Fabiano tornou a pensar no soldado amarelo. No quadro, ao passar pelo jatobá, virou o rosto. **Sem motivo nenhum, o desgraçado tinha ido provocá-lo, pisar-lhe o pé.** Ele se desviara, com bons modos. Como o outro insistisse, perdera a paciência, tivera um rompante. Consequência: **facão** no lombo e uma noite na **cadeia** (RAMOS, 2000, p. 77, grifo nosso).

Na SD-19, a memória da personagem entretetece a narrativa. O episódio da prisão de Fabiano é rememorado pela personagem. Nessa recorrência de lembranças sobre a violência e da prisão arbitrária, vemos a discursividade ser marcada pela exterioridade. A percepção dessa exterioridade permite uma constituição de sentido no interior do enunciado.

Graciliano Ramos, através da personagem Fabiano, reflete acerca do regime político vigente no Brasil durante a década de 1930, em que, como já destacamos, as prisões arbitrárias eram corriqueiras. O rompante de Fabiano representa a opressão da situação que ele experimenta, demonstra a maneira como foi atingido por uma violência desproporcional e ilegítima tão comum naquele período.

A discursividade, contida em *Vidas Secas*, traz uma reflexão e uma denúncia acerca daquele período da história do Brasil. Todavia, é essa a ilegitimidade da prisão mostrada pelo sujeito-autor, através de Fabiano, que, além de ter sido institucionalizada ao longo do governo Vargas, foi naturalizando-se na cena política e social brasileira.

A consequência do rompante de Fabiano foi “**facão no lombo e uma noite na cadeia**”. Os termos provocam uma representação que sugere violência e, reiteradamente, surgem ao longo da narrativa. Na narrativa literária, a discursividade do sujeito-autor evidencia a arbitrariedade manifestada quando “sem motivo nenhum, o desgraçado tinha ido provocá-lo, pisar-lhe o pé”. Esse enunciado é marcado pelo sentido da violência, presente na exterioridade discursiva que atravessa a obra analisada.

A violência, metaforizada na expressão “soldados amarelos”, é enfatizada no trecho recortado na SD-20 que se segue. A memória discursiva se mostra nos seus enunciados e institui sentidos. A seguir, podemos ver o efeito de sentido de violência:

[SD 20]: Fabiano roncava de papo para cima, as abas do chapéu cobrindo-lhe os olhos, o quengo sobre as botinas de vaqueta. Sonhava, agoniado, e Baleia percebia nele um cheiro que o tornava irreconhecível. Fabiano se agitava, soprando. **Muitos soldados amarelos tinham aparecido, pisavam-lhe os pés com enormes reunas e ameaçavam-no com facões terríveis.** (RAMOS, 2000, p. 84).

Aqui, a discursividade é marcada pela memória social da violência do período varguista. O interdiscurso da violência é presente no decorrer da sua escritura. Na SD-20, percebemos a atualização do dizer, em outras palavras, o intradiscurso, marcado pela presença

dos soldados amarelos. O enunciado “muitos soldados amarelos tinham aparecido, pisavam-lhe os pés com enormes reiunas e ameaçavam-no com facões terríveis” apresenta-se como intradiscursivo, isto é, “enquanto ‘fio do discurso’, é a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada, como tal, ‘do exterior’”. Nesse enunciado, atualização no intradiscursivo, a memória da violência vem representada pelo surgimento de vários soldados amarelos que aparecem nos pesadelos da personagem literária. A riqueza e a beleza da literatura gracilianista traz a recorrente violência vivenciada, naquele instante, pela sociedade brasileira mediante a discursividade contida em sua obra.

A personagem Fabiano traz à tona a memória de acontecimentos violentos passados e experimentados na própria narrativa, que se confundem com os acontecimentos ocorridos na exterioridade de sua materialidade textual. A sociedade e seus cidadãos, trazidos na discursividade do sujeito-autor, encerram o pesadelo da opressão e da violência. Nessa direção, o enunciado “muitos soldados amarelos tinham aparecido” é significativo, está carregado de sentidos outros, e não apenas de uma eventual aglomeração de soldados. Institui um deslizamento de sentidos, à medida que a exterioridade do enunciado discursivo carrega em si uma realidade imposta por um regime de exceção. Sentidos outros são trazidos. A violência do regime se apresenta no discurso contido nas páginas da literatura gracilianista, que aqui são trazidas pela memória histórica.

A memória discursiva é também mobilizada no enunciado em que os soldados amarelos “ameaçavam-no com facões terríveis”. Essa mobilização é bastante significativa. A memória discursiva, evocada na materialidade do texto, traz a palavra “facão” como representação da violência e da força imposta. Repetidas vezes, o vocábulo “facão” aparece na narrativa literária como parte de uma memória do já-dito em outro lugar e em outro momento, na própria obra. O redizer estabelece uma relação intrínseca com a rede de formulações já-ditas pelo sujeito-autor, através da discursividade, que pode ser observada mediante o gesto de interpretação do analista do discurso sobre a materialidade textual, nesse caso, literária.

Dando continuidade às análises propostas acerca da escritura gracilianista no presente trabalho, trataremos de outra série de sequências discursivas. As temáticas dessas sequências dar-se-ão em torno da linguagem, da falta e identificação do sujeito.

### **3.3 – Na discursividade de Graciliano Ramos: as máscaras sociais pela posição do sujeito-militante**

Os enunciados recortados da escritura de Graciliano Ramos, também, nos trazem uma reflexão inerente às mascaras sociais que representam o período. A escassez da fala, a restrição dos dizeres de Fabiano e sua família trazem essa marca. Para o literato mexicano Octavio Paz, “pela palavra, o homem é uma metáfora de si mesmo” (PAZ, 2003, p. 34). Essa escassez e restrição da fala faz de Fabiano um sujeito social que representa uma população sofrida: uma máscara social. Máscara, essa, aqui significada pela figura da personagem: analfabeto, brutalizado, excluído, explorado.

Há uma relação de poder que se instaura na sociedade através da escassez da fala e restrição dos dizeres representados por Fabiano. Os dizeres e a fala estão relacionados ao uso da linguagem e, nas sociedades modernas, estão relacionadas ao saber, ao poder e a uma relação de força, como vemos em Foucault (1999, p. 55):

saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar. Isto é, em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso segundo do comentário. O que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, interpretar.

Ora, como interpretar, e produzir um discurso que se contraponha a uma realidade de exclusão e exploração, se há escassez de palavras? Como enunciar uma contraposição com restrição da fala? O discurso da escritura de Graciliano encerra em si uma evidenciação da conjuntura da sua época, uma relação de poder marcada pela escassez das palavras, pela restrição dos dizeres, identificada mediante a existência de iletrados, como Fabiano. Essa conjuntura favorecia a manutenção de uma sociedade desigual, marcada pela exclusão social, pela pobreza, pela miséria, pelo poder, decorrentes do não falar. Para Holanda (1992, p. 35), “o silêncio de Fabiano expõe uma opressão: o sistema linguístico inábil denuncia o sistema social, que soçobra. Os fabianos, reduzidos, reforçam o poder que sobre eles se instala”. As personagens representam essa exclusão e evidenciam uma discursividade que desvela marcas da sociedade brasileira dos anos 1930 e 1940.

Em *Vidas Secas*, estamos diante de uma escritura que materializa, simbolicamente, essa relação de poder pelas palavras. Poder em que não há possibilidade de praias de liberdade<sup>5</sup>, uma vez que não há abundância de fala para uma parcela significativa da sociedade brasileira daquele período, representada simbolicamente pelas personagens de Graciliano. A discursividade toma de empréstimo e, ao mesmo tempo, é constituída pela realidade política do período, utiliza a alegoria da máscara social anônima da personagem literária que explicita e denuncia a restrição do falar, tão comum no período da sua produção. Compreendemos que a discursividade, presente na escritura de Graciliano, descortina essa tensão e essa realidade opressora, que tem na escassez das palavras e na restrição dos dizeres, uma de suas estratégias através da educação. Não havia uma preocupação com a erradicação do analfabetismo da qual Fabiano era vítima. Vejamos:

A reforma da educação passou pela elaboração de um Plano Nacional de Educação que teve como base os resultados de um grande inquérito sobre a educação nacional. Em maio de 1937, o Conselho Nacional de Educação encaminha a Capanema o texto final do plano, que é enviado pelo presidente da República ao Congresso para aprovação. [...] **No projeto Capanema, o preparo das elites teve prioridade sobre a alfabetização intensiva das massas.** O ensino primário sequer foi tocado. O ministro estava convencido de que com verdadeiras elites se resolveria não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização (BOMENY, 1999, p. 138-139, grifo nosso).

Partindo do pressuposto de que o acesso à educação e ao letramento ampliam as possibilidades de compreensão da realidade e da produção de discursos em suas mais diversas materialidades, fica evidenciado que o não letramento e o analfabetismo contribuem para a perpetuação do *status quo* e da manutenção do governo varguista que se estabeleceu a partir de 1930. Os escritos de Graciliano são perpassados por essa realidade que o sujeito-autor tão bem experimenta desde os tempos distantes no interior das Alagoas, como podemos observar no trecho abaixo:

---

<sup>5</sup> Para Foucault, “o poder ‘já está sempre ali’, que nunca estamos ‘fora’, que não há ‘margens’ para a cambalhota daqueles que estão em ruptura [...] o poder é coextensivo ao corpo social; não há, entre as malhas de sua rede, **praias de liberdade** elementares” (FOUCAULT, 2003, p. 248, grifo nosso)

[SD 21]: Uma das crianças aproximou-se, perguntou-lhe qualquer coisa. Fabiano parou, franziu a testa, esperou de boca aberta a repetição da pergunta. **Não percebendo o que o filho desejava, repreendeu-o.** O menino estava ficando muito curioso, muito enxerido. Se continuasse assim, metido com o que não era da conta dele, como iria acabar? Repeliu-o, vexado: – Esses capetas têm idéias... (RAMOS, 2000, p. 20, grifo nosso).

Ao analisar a sequência anterior, podemos ver que o texto literário traz uma relação intrínseca com a conjuntura política do período. Fabiano, aqui, aparece enunciando a partir de um deslocamento. Fabiano agora está na posição daquele que repreende, não permite indagações, dúvidas, questionamentos.

Quando, na SD-21, enuncia que “não percebendo o que o filho desejava, repreendeu-o. O menino estava ficando muito curioso, muito enxerido. Se continuasse assim, metido com o que não era da conta dele, como iria acabar? Repeliu-o, vexado [...]” (RAMOS, 2000 p. 20), podemos enxergar efeitos de sentido nesse enunciado. Há implícitos nesse ato de repelir, visto que, o regime autoritário, instituído por Getúlio Vargas, optou por essa mesma estratégia. Repelir, nesse sentido, aqueles que se contrapunham ao regime, aqueles que desejavam uma abertura política na qual fosse possível questionar, indagar, buscar o novo, a alternância, a pluralidade no sentido político e não optar pela longa e arbitrária permanência e consequente perpetuação no poder. Como aponta a historiadora Capelato (2003, p. 120; 131):

Com o pretexto de manter a ordem e acabar com a subversão, muitos sindicalistas que se opuseram à nova política foram perseguidos, presos, torturados ou exilados durante o Estado Novo [...] Houve repressão forte – prisões, tortura, exílios, censura –, que atingiu tanto os considerados subversivos (comunistas, socialistas, anarquistas) como os opositores liberais. Jornais foram controlados e *O Estado de São Paulo* acabou sendo expropriado pelo governo.

Assim, podemos ver na obra *Vidas Secas* uma discursividade constitutiva de sentidos acerca do momento político da sua escritura, marcado, sobretudo, pela censura e repressão varguistas. A colocação de Fabiano em relação ao filho deixa entrever essa interdição do período Vargas.

A sequência discursiva abaixo traz uma constituição de sentidos a partir da memória. A memória, apresentada no interior do enunciado, desvela uma continuidade nas relações

sociais e familiares daquele período em que o trabalho infantil no campo não era raro. Observemos a sequência seguinte:

[SD 22]: Não completou o pensamento, mas achou que aquilo estava errado. Tentou recordar o seu tempo de infância, **viu-se miúdo**, enfezado, a camisinha encardida e rota **acompanhando o pai no serviço do campo, interrogando-o debalde**. Chamou os filhos, falou de coisas imediatas, procurou interessá-los. Bateu palmas: – Ecô! ecô! (RAMOS, 2000, p. 20).

A memória, presente na SD-22, pode ser mobilizada mediante a evocação da memória histórica e social do período. O questionamento simbolizado pelo enunciado “interrogando-o debalde”, marcadamente mostra como naquele instante as indagações eram percebidas como inúteis em seu propósito de oposição ao governo instituído. As indagações e os questionamentos, naquele momento, não estavam na ordem do que se podia dizer, no que era possível dizer, não estavam na ordem do discurso. As perguntas dos meninos, assim como foi a de Fabiano, em tempos distantes, eram inúteis. Embora carregasse em si o desejo de transformações, mostravam-se inócuas nesse sentido. Não eram possíveis as mudanças. O regime não as permitia. O anseio dos meninos por respostas que levassem a transformações era frustrado pelo pai.

O discurso enunciado pelo sujeito-autor aponta-nos nessa direção. Esse discurso encerra o sentido de evidenciar a perpetuação da realidade, a continuação das desigualdades sociais, da pobreza, da miséria, do autoritarismo, quando os meninos questionavam no sentido de procurar mudanças, em cambiar a realidade. A memória individual, representada pela personagem, evoca um passado distante de sua existência na narrativa. Entretanto, do ponto de vista histórico, esse passado se apresenta não tão remoto assim.

Essa proximidade permite-nos refletir que há uma continuidade do tempo histórico, em que abrange as práticas sociais e a conjuntura daquele lugar de onde fala a personagem. De outra forma, podemos observar que essa memória individual também se faz coletiva, como aponta Halbwachs (2005, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Nessa imbricação, entre a memória individual e coletiva, vemos que os traços, pistas, indícios e vestígios do passado daquela sociedade se deixam entrever e serem reconstruídos a partir da memória da personagem Fabiano.

O enunciado “dar ensinamento aos meninos” é a ênfase que destacamos na SD-23 que se segue. Há sentidos constituídos através da maneira de educar os meninos. Examinemos a sequência:

[SD 23]: – Ecô! Ecô! A cachorra Baleia saiu correndo entre os alastrados e quipás, farejando a novilha raposa. Depois de alguns minutos voltou desanimada, triste, o rabo murcho. Fabiano consolou-a, afagou-a. **Queria apenas dar um ensinamento aos meninos. Era bom eles saberem que deviam proceder assim** (RAMOS, 2000, p. 20 grifo nosso).

A linguagem característica do brado do vaqueiro “Ecô! Ecô” encerra em sua evocação algo além de uma ordem para a cachorra Baleia. Remete-nos ao condicionamento existente na relação entre ambos, o vaqueiro Fabiano e o animal. Todavia, aqui nos interessa outro aspecto: o enunciado, presente na fala de Fabiano que “queria apenas dar um ensinamento aos meninos. Era bom eles saberem que poderiam proceder assim”. Esse enunciado traz à emergência do discurso a sua realidade exterior, pois, assemelha-se aos “ensinamentos” trazidos pelo governo estado-novista naquele momento, que, mediante várias estratégias de “educação”,

buscava, como na maioria dos regimes autoritários, o *singular*, ou seja, a homogeneidade em todos os níveis, de forma a facilitar a dominação, o controle. E, nessa direção, múltiplos discursos foram articulados, oferecendo interpretações do mundo e da realidade brasileira, procurando criar “novos significados”. A fim de superar a crise de legitimidade e interferir no imaginário político, o Estado procurou gerenciar o universo simbólico dos grupos subalternos mantendo-os, sempre que possível, alienados e conformados (CARNEIRO, 1999, p.335).

Em *Vidas Secas*, assim como na relação do Estado com a sociedade, havia uma relação entre Fabiano, embrutecido e analfabeto, e os meninos, os quais procurava alienar e conformar, ensinar, gerenciando o seu universo simbólico. Dessa forma, os “ensinamentos” de Fabiano objetivavam controlar e dominar os filhos em um relacionamento de subalternidade, também presente na sociedade daquele período.

Em um conturbado momento político e social que atravessava o país, observamos uma relação de repressão do governo Vargas com a sociedade circundante. Uma relação que adotava como estratégia o “ensinamento” de como proceder. Nesse sentido, a escritura de

Graciliano Ramos é, aqui, mais uma vez percebida como uma evocação à denúncia dessa conjuntura política e social das décadas de 1930 e 1940. Como afirma Candido (2003, p. 204), ao analisar o movimento literário daquele período, o “‘romance do Nordeste’ [...] transformou o regionalismo ao extirpar a visão paternalista e exótica, para lhe substituir uma posição crítica frequentemente agressiva, não raro assumindo o ângulo do espoliado.” Nesse instante, há uma desestabilização do interdiscurso formado pelos romances escritos, cujas tramas se passavam no Nordeste. Não mais se falava do pitoresco, do exótico, do paternalismo do Estado. Os enunciados trazem personagens que sofriam com a realidade que as assolavam. Não havia o Estado, ou melhor, esse surgia representado pela sua repressão, marcada pelo soldado amarelo, que pisava com sua reiuna nas alpercatas do vaqueiro impotente que mal sabia falar, pois era vítima da conjuntura solcial, vaqueiro que era vítima do descaso com que fora tratado durante décadas por vários governos.

Nesse instante, Graciliano inscreve algo novo que, como vimos em Foucault (2002), não é fácil de ser dito em qualquer momento. Observamos um discurso que se inscreve diferentemente no eixo de verticalidade do interdiscurso, que desestabiliza as redes de memória acerca do objeto Nordeste. A inserção de *Vidas Secas* na rede de enunciados da memória discursiva, concernente ao Nordeste, configura-se como um acontecimento discursivo, visto que rompe com os dizeres anteriores, desestabilizando as estruturas das redes de memória sobre o objeto.

Contudo, cabe aqui uma ressalva sobre esse conceito de acontecimento discursivo. Ao refletir sobre o discurso como estrutura ou acontecimento, Pêcheux (2006) propõe três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise de discurso. Nesses caminhos, o acontecimento discursivo se configura no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2006, p. 17).

Partindo dessa formulação, propomos tomar esse acontecimento discursivo não apenas em um enunciado individualizado, como o fez Pêcheux com “On a gagné” [“Ganhamos”], a respeito da vitória de François Mitterrand, nas eleições para Presidente da França, em 10 de maio de 1981, mas, em um conjunto de enunciados, especificamente, ao se referir a uma obra literária, dessa forma, *Vidas Secas*. Adotamos essa obra como um acontecimento que irrompe na atualidade da memória desses espaços discursivos logicamente estabilizados, no caso, o espaço da literatura, como vimos anteriormente, na análise de Candido (2003), em que “todo

sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação” (PÊCHEUX, 2006, p. 31).

Nos seus escritos não-ficcionais, Graciliano Ramos ocupa uma posição-sujeito militante. Na SD-24, a seguir, recortada de um escrito não-ficcional, percebemos essa posição-sujeito. Vejamos:

[SD 24]: Em 1917, lendo as primeiras notícias da Revolução Russa, **torcíamos desesperadamente** para que ela se aguentasse três meses. Kerenski, Nicolau II, os generais certamente iriam lançar-se contra ela e abafá-la. **Não esperávamos** outra coisa e apenas **desejávamos** que ela não se acabasse logo, resistisse aos primeiros choques e não desse o exemplo de uma Comuna de Paris. Passados três meses, **aventurávamos** a pedir mais três, depois alargamos o prazo e, vencendo o espanto inicial, pouco a pouco **nos habituávamos** à idéia de que o movimento podia alargar-se, aprofundar-se e dar trabalho ao mundo capitalista [...]. (RAMOS, 1945, f.1).

No trecho acima, vemos uma posição-sujeito militante que revela a sua identificação com a formação discursiva de esquerda. A SD-24 traz uma referência ao evento histórico Revolução Russa de 1917. O sujeito-militante mostra, marcadamente, a sua identificação a partir da frase apresentada na primeira pessoa do plural – “torcíamos desesperadamente”; “não esperávamos outra coisa”; “desejávamos que ela não se acabasse logo”; “aventurávamos a pedir mais três” “nos habituávamos à ideia de que o movimento podia alargar-se” – o que institui um sentido de pertencimento e de coletividade do sentimento, uma cumplicidade de ideais em que o sujeito-militante é interpelado pela ideologia comunista e se manifesta através do seu discurso que é afetado por essa ideologia.

Por outro lado, a oposição à formação discursiva diversa reforça a percepção de uma luta entre duas formações antagônicas. Esse antagonismo e diferenciação se revelam no enunciado do sujeito-militante ao apontar que “pouco a pouco nos habituávamos à ideia de que o movimento podia alargar-se, aprofundar-se e dar trabalho ao mundo capitalista”. Há uma construção do sentido de divisão do mundo ideologicamente em duas partes que digladiavam naquele instante. Um mundo marcado pela dualidade ideológica onde as lutas eram travadas.

Dessa maneira, a referência ao capitalismo, presente no enunciado “[...] dar trabalho ao mundo capitalista”, traz em si o momento histórico vivenciado após a Segunda Guerra Mundial, em que o mundo, metaforicamente, estava dividido entre duas ideologias

dominantes que disputavam a hegemonia, dois blocos políticos e econômicos que se opunham: o capitalismo e o socialismo. Essas ideologias tinham como principais líderes os Estados Unidos de um lado e a União Soviética de outro. Para o historiador inglês Eric Hobsbawm, o mundo estava dividido em duas partes em que

A URSS controlava parte do globo, ou sobre ele exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (HOBSBAWM, 1995, p. 224).

Nessa conjuntura de divisão ideológica do mundo entre capitalismo e socialismo, cujas raízes antecedem a II Grande Guerra Mundial, temos o sujeito-militante Graciliano Ramos identificado com a formação discursiva de esquerda. A sua relação com o governo Vargas era de oposição. “A possível derrocada de Vargas era exaustivamente debatida nas reuniões em casa de Graciliano. Quase sempre à noite, apareciam os amigos mais velhos, como Otto Maria Carpeaux, Paulo Rónai, Aurélio Buarque de Holanda, Beatriz Reynal e Cândido Portinari” (MORAES, 1996, p. 207). Essas reuniões na casa de Graciliano são marcas da sua identificação ideológica, vários intelectuais do período se faziam presentes e compartilhavam dessa posição. “Também se discutia muito literatura e, dependendo de quem estava à volta do anfitrião, o assunto desviava-se para a política partidária. Como vários ali eram comunistas ou simpatizantes, naturalmente a troca de opiniões centrava-se na rearticulação do PCB” (MORAES, 1996, p. 207).

Na SD-25, a seguir, enfatizaremos a conjuntura de pobreza e miséria que marcaram parte da população durante a era Vargas, nas décadas de 1930 e 1940:

[SD 25]: Agora queria entender-se com sinha Vitória **a respeito da educação dos pequenos**. Certamente ela não era culpada. Entregue aos arranjos da casa, regando os craveiros e as panelas de losna, descendo ao bebedouro com o pote vazio e regressando com o pote cheio, **deixava os filhos soltos no barreiro, enlameados como porcos**. E eles estavam perguntadores, insuportáveis. **Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha.**

– Está aí.

Se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito (RAMOS, 2000, p. 21, grifo nosso).

A realidade de miséria e pobreza, que contrasta com o desenvolvimento econômico propagado pelo regime político instituído, materializa-se, discursivamente, no enunciado em que a sinhá Vitória “deixava os filhos soltos no barreiro, enlameados como porcos”, presente na SD-25. Há uma evidenciação das condições de sobrevivência existentes para uma parcela significativa da população. Essa condição de sobrevivência foi materializada na linguagem literária pela comparação dos filhos de Fabiano a porcos enlameados na narrativa. Ao realizar essa comparação, a discursividade do texto nos mostra a miséria humana.

As precárias condições de acesso à educação daquele período são discursivizadas na SD-25, como também na SD-26, que veremos em seguida. O regime político do período apresenta uma educação voltada para a reprodução da sua própria conjuntura e do *status quo* da época. A ignorância inerente à personagem Fabiano é provocada pela falta de reflexão e de compreensão da realidade a sua volta e dos fatores que o levam àquela condição de extrema pobreza e desigualdade social. A “educação dos pequenos” visa oprimir e não libertar o indivíduo, que sequer dá a oportunidade de plenitude de sua interpelação pela ideologia para que permita uma possibilidade de se contrapor. Quase sempre, Fabiano conforma-se e autoconsola-se, convencendo-se de que a conjuntura dada não pode e não deve ser alterada, pois é força do destino. Esse retrato e representação da falta de acesso à educação vemos na emergência discursiva dentro do próprio texto literário construído pelo sujeito-autor:

[SD 26]: Tinha culpa de ser bruto? Quem tinha culpa? Se não fosse aquilo... Nem sabia. O fio da ideia cresceu, engrossou – e partiu-se. Difícil pensar. Vivia tão agarrado aos bichos... **Nunca vira uma escola. Por isso não conseguia defender-se, botar as coisas nos seus lugares.** O demônio daquela história entrava-lhe na cabeça e saía. Era para um cristão endoidecer. Se lhe tivessem dado ensino, encontraria meio para entendê-la. Impossível, só sabia lidar com bichos (RAMOS, 2000, p. 36, grifo nosso.).

Observamos na SD-26 que não há acesso à educação. Educação essa que poderia ser instrumento da emancipação, da autonomia e da possibilidade de ruptura com a conjuntura da época. Quando Fabiano se indaga sobre quem tinha culpa de ele ser bruto, materializa a falta de acesso à educação escolar que assolava os oprimidos, visto que “nunca vira uma escola”. Assim, sentia-se incapaz de pensar e, por conseguinte, de reivindicar e de expressar os seus

sentimentos, ideias e pensamentos relativos à própria realidade por ele vivida. Fabiano achava difícil pensar, pois vivia tão agarrado aos bichos e essa imbricação com os animais o embrutecera, assim como há muitos a quem o sujeito-autor emprestou uma máscara social que era vivenciada pela sociedade daquele período.

O discurso emergente na obra de Graciliano está impregnado pelo desejo, pela falta, pela angústia de Fabiano que “nunca vira uma escola”. A personagem Fabiano simboliza o discurso de quem queria se contrapor à ordem estabelecida, à exclusão decorrente do sistema vigente no país mediante a recorrência de lembranças que, repetidamente, retornavam à discursividade da narrativa. Desse modo, vejamos a impossibilidade de poder se expressar na SD-27:

[SD 27]: Fabiano queria berrar para cidade inteira, afirmar ao doutor juiz de direito, ao delegado, a seu vigário e aos cobradores da prefeitura que ali dentro ninguém prestava para nada. Ele, os homens acorados, o bêbado, a mulher das pulgas, tudo era lástima, só servia para aguentar facão. Era o que ele queria dizer (RAMOS, 2000, p.37).

Entre o desejo discursivizado na narrativa literária e a realidade exterior, que se constitui na própria obra, há um sentido de denúncia e reflexão sobre a realidade vivida no período. Período em que as pessoas não podiam se expressar livremente, não podiam contestar e discordar da ordem instituída. Nessa direção, os enunciados da obra de Graciliano reverberam e encerram o desejo da personagem que sentia vontade, queria dizer, mas não dizia. O sujeito-autor mostra a existência dessa realidade, representando através da literatura, encerrando em seu discurso, de forma metafórica e simbólica, o desejo da personagem de dizer, de expressar, de enunciar.

A possibilidade de se contrapor às desigualdades sociais esbarrava nas estratégias que essa mesma sociedade engendrava em suas relações. O iletrado não tinha a oportunidade de falar, de dizer, a ele cabia a conformação, a resignação diante das injustiças sociais que a discursividade da narrativa faz emergir. Os sujeitos sociais, aos quais Fabiano se referia, encontravam-se divididos entre estabelecidos e excluídos na sociedade do período. Os papéis sociais estavam delimitados e em posições opostas. O juiz de direito, o delegado, o vigário e os cobradores da prefeitura faziam parte de uma elite local diferentemente de Fabiano, que fazia parte dos “homens acorados”, do bêbado e da “mulher das pulgas”. Havia uma nítida

distinção de grupos sociais na escrita de Graciliano Ramos, um retrato da divisão social daquele período em que os menos favorecidos eram excluídos e explorados.

O conhecimento como forma de imposição de respeito é o que ressaltamos no trecho seguinte. Vejamos:

[SD 28]: Lembrou-se de seu Tomás da bolandeira. **Dos homens do sertão o mais arrasado era seu Tomás da bolandeira. Porquê? Só se era porque lia demais.** Ele, Fabiano, muitas vezes dissera: – “seu Tomás, vossemecê não regula. Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, igualzinho aos outros”. **Pois viera a seca, e o pobre do velho, tão bom e tão lido, perdera tudo, andava por aí, mole.** Talvez já tivesse dado o couro às varas, que pessoa como ele não podia aguentar verão puxado (RAMOS, 2000, p. 21-22, grifo nosso).

Na SD-28, percebemos uma relação com a realidade vivida naquele período. A discursividade presente no dizer de Fabiano é atravessada pela exterioridade do texto que se remete à seca e à miséria que dela advém naquela conjuntura. A seca viera e seu Tomás perdera tudo igualzinho aos outros. Na emergência do discurso, saído dessa materialidade textual, há a constituição de um sentido da universalidade da pobreza instituída pela seca que, indistintamente, atinge a todos.

O domínio da leitura por parte de seu Tomás da bolandeira tornava-se inócuo diante das agruras trazidas pela realidade geográfica da seca, que tinha uma dimensão social de desigualdade e pobreza mais aprofundada naquele período. Dentro da narrativa, o fato de ter lido demais arrasara seu Tomás por enfrentar a realidade hostil que se apresentava naquele instante. A discursividade sobre a desolação, a pobreza e a miséria do lugar é retomada na SD-28 mediante um dizer que se contrapõe ao discurso oficial varguista de que o país está se desenvolvendo economicamente.

Na chegada do período da seca, presente na SD-28, observamos seu Tomás mais arrasado que as outras personagens, pois havia lido demais. “Para que tanto papel?” Indaga um Fabiano que enuncia, na não transparência da linguagem, a conjuntura do período, uma realidade de pobreza, miséria e baixos índices educacionais. Esse discurso se contrapõe ao enunciado através da propaganda apologética ao governo instituído que, mediante uma construção imaginária e simbólica, busca instituir um sentido de normalidade política, de ordem, desenvolvimento e emprego para os trabalhadores do país, difundido pelos meios de

comunicação e centralizado na figura do chefe do Estado, como ressalta Capelato (2003, p. 122):

O regime alardeava os benefícios da nova cidadania introduzida pelo regime – a cidadania do trabalho. Era considerado cidadão quem trabalhava, e a carteira de trabalho assinada era documento de identidade mais importante. No entanto, o número de desempregados era muito alto; estes se sentiam, além de marginalizados do mercado de trabalho, excluídos da condição de cidadania.

O sujeito-autor Graciliano Ramos, inscrito em uma FD de esquerda, nesse momento, digladiava com o discurso outro enunciado pelo governo varguista. Discursos que pertencem a Formações Discursivas antagônicas e que, naquele instante de enunciação, digladiam, enfrentam-se num embate pelo dizer, pelo instituir através do discurso, por aquilo que pode e deve ser dito no momento acalorado de ser enunciado. Assim, Graciliano Ramos se inscreve e se posiciona na luta política travada durante as décadas de 1930 e 1940 no Brasil.

A seguir, veremos, a partir da SD-29, a discursividade da seca e os efeitos de sentido sobre o momento político vivido no final da década de 1930 no Brasil:

[SD 29]: **Tudo seco em redor. E o patrão era seco também**, arreliado, exigente e ladrão, espinhoso como um pé de mandacaru. [...] Um dia... Sim, quando as secas desaparecessem e tudo andasse direito... Seria que as secas iriam desaparecer **e tudo andar certo?** Não sabia. Seu Tomás da bolandeira é que devia ter lido isso. **Livres daquele perigo, os meninos poderiam falar, perguntar, encher-se de caprichos.** Agora tinham obrigação de comportar-se como gente da laia deles (RAMOS, 2000, p. 24-25).

Aqui destacamos o sujeito-autor assinalar a seca fazendo parte da paisagem no interior do Nordeste e sendo utilizada como cenário para as suas reflexões. A SD-29 traz uma memória discursiva, um já-dito sobre a seca e constitui um efeito de sentido de miséria e da pobreza. A realidade local, discursivizada no enunciado “seria que as secas iriam desaparecer **e tudo andar certo?** Não sabia”, marca a incerteza em que vivia uma parcela da população nordestina em relação ao regime de chuvas. Por outro lado, outras incertezas perpassam os enunciados da SD-29. Ao cessarem as secas, não havia garantias de melhoras na realidade social, política e econômica brasileira, em especial, das pequenas cidades do interior do

Nordeste. A opressão, a censura, as prisões arbitrárias e o autoritarismo não tinham suas causas nas secas que assolavam a região nordestina.

Essa região é tomada como cenário para o sujeito-autor falar do universal a partir do local, do particular. A discursividade, presente na obra, aponta para as mazelas existentes durante a era Vargas. As contradições do sistema são escancaradas. A particularidade da conjuntura da seca e da miséria que dela advinha, explorada pelo sujeito-autor, passa a ser palco onde os atores sociais encenam os atos de uma realidade de pobreza que existia, não apenas no interior do Nordeste, mas nos rincões do Brasil e nos grandes centros urbanos. Durante as diversas fases do governo Vargas, buscava-se esconder essas desigualdades sociais mediante a opressão, a censura e a propaganda de Estado bem aparelhada e instituída pelos colaboradores varguistas.

Naquele regime político, falar ou perguntar tinha o sentido de “caprichos”. Esse sentido emerge discursivamente na narrativa gracilianista marcada pelo enunciado “livres daquele perigo, os meninos poderiam falar, perguntar, encher-se de caprichos”. O sentido de perigo, trazido pelo enunciado destacado, vai além da seca com a qual o sertanejo convivia, reporta-se, ainda, ao governo Getúlio Vargas e suas prisões arbitrárias. Assim, os efeitos de sentidos trazidos pelo enunciado “livres daquele perigo, os meninos poderiam falar, perguntar, encher-se de caprichos”, permite-nos apontar uma marca das contradições do regime instituído arbitrariamente, regime que prendia, torturava e exilava.

Graciliano Ramos nos remete à realidade imposta pelo governo Vargas: a de se comportar e alinhar-se ao que era imposto pelo sistema político vigente. Os meninos “tinham obrigação de comportar-se como gente da laia deles.” Os lugares sociais estavam bem delimitados. Os meninos, literariamente filhos da personagem Fabiano, emprestavam uma máscara anônima à sociedade do período, deveriam conhecer o lugar social, o papel social que lhes cabia naquele cenário de opressão e violência.

No enunciado “os meninos deveriam saber se comportar” há efeitos de sentidos que podemos interpretar. O que significava saber se comportar naquele cenário? Quais sentidos esse enunciado evoca? Qual o comportamento esperado da sociedade naquele momento? Partindo do que nos apontam vários historiadores sobre aquele período no Brasil, podemos considerar que o regime impunha regras e normas que não deveriam e não poderiam ser quebradas. As suspeitas de comportamento indesejado eram severamente castigadas em um Estado de exceção. As prisões e julgamentos parciais foram instituídos como forma de

controle social e político. As pessoas deveriam se comportar, assim como os meninos, filhos de Fabiano. A seguir, veremos a discursividade marcada pelo sentido da resignação e opressão nos dizeres de Graciliano.

### 3.4 – A narrativa ficcional de *Vidas Secas* como espaço discursivo para os sentidos de resignação, opressão e obediência

Neste tópico, daremos ênfase em como, na discursividade de Graciliano, aparece uma memória da resignação, obediência e opressão. Em um momento de tensão e conflitos da história do Brasil, a obra gracilianista é afetada pela condição de sua produção. A resignação em relação ao regime autoritário implementado por Getúlio Vargas é recorrente em *Vidas Secas*. O sujeito-autor é afetado pela ideologia que o interpela e o identifica com a formação discursiva de esquerda. Esse processo se dá no plano do inconsciente, no entanto, concretiza-se na superfície da literatura, cuja discursividade é nosso objeto de análise.

No exemplo seguinte, assinalamos a resignação como uma marca da discursividade dos dizeres na obra de Graciliano. O sujeito-autor constrói este sentido em sua discursividade a partir da cachorra Baleia que “baixou a cauda”, embora quisesse latir e expressar a sua oposição. Vejamos:

[SD 30]: Achava é que perdiam tempo num lugar esquisito, cheio de odores desconhecidos. **Quis latir, expressar oposição a tudo aquilo**, mas percebeu que não convenceria ninguém e encolheu-se, **baixou a cauda, resignou-se** ao capricho dos seus donos.

A opinião dos meninos assemelhava-se à dela (RAMOS, 2000, p. 83, grifo nosso).

A literatura se apresenta como uma das mais belas expressões do sentimento humano. A sua materialidade textual, perpassada pela sensibilidade do escritor, carrega aquilo que podemos chamar de sublime, uma elevação do espírito humano. Ao longo deste trabalho, vimos tomando essa expressão da sensibilidade humana por outro viés, propondo um deslocamento. Pelo olhar da Análise do Discurso, que se preocupa com a discursividade presente no texto, com os sentidos que fazem emergir de suas palavras, dos seus enunciados,

buscamos marcas da memória discursiva na beleza literária, nos dizeres que significam na relação com a exterioridade e com as representações ideológicas que nela se materializam.

Na SD-30, atentamos para o efeito de sentido relativo à linguagem. A partir da personagem Baleia, há um efeito de sentido de resignação. Há uma tentativa de expressar o seu pensamento acerca da realidade circundante, mas que é levada a não dizer, a não enunciar. O enunciado “quis latir, expressar oposição a tudo aquilo” possui uma relação com o momento vivido no final da década de 1930 no Brasil, com a exterioridade textual.

Baleia “encolheu-se, baixou a cauda, resignou-se ao capricho dos seus donos”. Para além da materialidade textual, percebemos uma discursividade que se manifesta mediante o encolhimento da personagem, que se resigna e aceita passivamente a realidade opressora na qual está inserida. Não despreziosamente, a personagem Baleia resignou-se ao capricho dos seus donos. Há uma relação de poder implícita no enunciado. Uma relação de dominação na qual não apenas encontramos dominado e dominador, mas percebe-se uma troca de papéis em que o outrora dominado, Fabiano, nesse instante de fala é quem domina. Poderíamos dizer que, nesse enunciado, encontramos uma intercambialidade discursiva, a qual “representa não a troca de papéis entre os interlocutores do discurso, mas a possibilidade de ocupação de um determinado lugar social por diferentes interlocutores, sem que eles troquem de lugar entre si” (GRANTHAM, 2010, p. 9).

Desse modo, o efeito de sentido de resignação representado pelo enunciado “encolheu-se, baixou a cauda, resignou-se” remete à relação entre os dois interlocutores, a saber, Fabiano e Baleia. O primeiro que em diversos momentos resigna-se, cala-se, leva facão no lombo, agora se coloca no lugar daquele que faz o outro calar-se, aquietar-se. No entanto, não rompe com o seu lugar social, pelo contrário, mantém-se, apenas cambia, momentaneamente, no instante de interlocução entre ambos.

Em “a opinião dos meninos assemelhava-se à dela” (RAMOS, 2000, p. 83), esse enunciado produz o efeito de sentido de resignação. Vemos uma segunda relação de intercambialidade discursiva, pois, os interlocutores “menino mais velho” e “menino mais novo” são submetidos à resignação de modo semelhante à Baleia. Nesse momento, Fabiano troca de posição e não mais se recolhe ou encolhe, ele desloca-se, discursivamente, de posição, não mais se resigna, agora os seus outros interlocutores são quem se resignam.

Observemos a seguir, na SD-31, como o destino metaforiza a falta de mudanças no status social da personagem Fabiano que estava escondido no mato como tatu. Vejamos:

[SD 31]: Virou o rosto para fugir à curiosidade dos filhos, benzeu-se. Não queria morrer. Ainda tencionava correr mundo, ver terras, conhecer gente importante como seu Tomás da bolandeira. Era uma sorte ruim, mas Fabiano desejava brigar com ela, sentir-se com força para brigar com ela e vencê-la. Não queria morrer. Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu. **Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria homem.**

– Um homem, Fabiano.

Coçou o queixo cabeludo, parou, reacendeu o cigarro. **Não, provavelmente não seria homem: seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda alheia** (RAMOS, 2000, p. 23-24. grifo nosso).

A SD-31 traz em sua discursividade um efeito de sentido concernente ao destino metaforizado pela sorte ruim, que é apresentada como algo a ser combatido e vencido pelo oprimido, representado por Fabiano. Mediante o desejo de Fabiano em brigar com a sorte ruim, expresso na materialidade literária, essa SD nos permite discutir sobre o papel da cidadania e da militância durante um regime de exceção. “Era uma sorte ruim, mas Fabiano desejava brigar com ela, sentir-se com força para brigar com ela e vencê-la. Não queria morrer”. Esse enunciado traz um implícito sobre o sentido de resistência à opressão política experimentada nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil, que se articulava mediante táticas diversas, como vemos abaixo:

Verdadeiros atos de rebeldia por parte ‘dos homens do livro’ encontram-se registrados nos documentos policiais, que nos leva a concluir que intelectuais, livreiros, editores, jornalista e tipógrafos não foram agentes passivos diante do autoritarismo que marcou varias etapas da história do Brasil contemporâneo. Inúmeras foram as táticas (algumas criativas e fantásticas) acionadas pelos grupos revolucionários para fazer circular as ideias proibidas. Nos anos 40, por exemplo, um dos expedientes empregados para camuflar a distribuição de folhetos ‘subversivos’ era bastante curioso. O encarregado da distribuição disfarçava-se de vendedor de modinhas populares a comercializá-las pelos bairros onde o controle policial era mais intenso. (CARNEIRO, 1999, p. 338).

“Brigar com ela”. Esse enunciado remete ao interdiscurso da militância de esquerda com a qual o sujeito-autor se identificava. O oprimido, a oposição, os perseguidos políticos, os injustiçados, que estão representados neste enunciado, deveriam brigar com a “sorte ruim”, com o destino, com a conjuntura desfavorável. Não apenas brigar, mas “sentir-se com força para brigar com ela e vencê-la”.

Vencer, contém o sentido de transformar, de mudar o *status quo* daquele momento. Carrega o sentido de transformar os rumos políticos que anuviavam a liberdade e que traziam a desilusão, a angústia e o pesadelo das cadeias, das prisões arbitrárias, das perseguições políticas, da desigualdade social arraigada nos rincões do país e nas periferias das grandes cidades. Vencer, instituía sentido diverso da passividade, da fuga, do silenciamento, da acomodação, da omissão e da falta de comprometimento político e militante discursivizado pelo sujeito-autor.

A fuga, a covardia, o medo da morte e a impotência diante da opressão estavam discursivizados no enunciado “não queria morrer. Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu.” O tatu metaforiza discursivamente e institui o sentido de pessoa fugidia, impotente, que não enfrenta, esconde-se, enterra-se nos buracos ao primeiro sinal de perigo. O discurso em *Vidas Secas* atribui um efeito de sentido de covardia e impossibilidade de reação àqueles que não ousam discordar do regime, não ousam lutar, não almejam e sentem-se incapazes de vencer. O medo da morte e a incapacidade de reagir os encolhem e os reduzem à condição de “tatu”.

“Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria homem. – Um homem, Fabiano.” O sujeito-autor atribui sentido à esperança vivida pela militância de esquerda daquele período. Uma esperança de destemor e coragem que romperia com a estrutura imposta pelo regime autoritário. Ser homem, significa para Fabiano que simbolicamente representa a militância e a figura do oprimido, sair do silêncio, da passividade e enfrentar os seus opressores, enfrentar o regime e o sistema político implantado naquele período.

Entretanto, o rompante de coragem e bravura logo se desfaz na narrativa literária. Há uma desilusão ligada à realidade. Um desencantamento sobre vencer o destino e mudar a conjuntura estabelecida. No enunciado, presente na SD-32, “não, provavelmente não seria homem: seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda alheia”, evocado por Fabiano, temos a marca da incapacidade de transformação

social, de tomar as rédeas de seu destino, pois, seria sempre governado pelos brancos e comparável a um animal na fazenda.

Dessa maneira, traz o sentido de que a esperança de transformação social e política no período estava distante de se concretizar. A opressão do regime varguista seria algo difícil de ser vencido e superado. O enunciado carrega o efeito de sentido de que a falta de coragem da militância, e da sociedade em geral, levaria à continuação do sistema político vigente. As pessoas em geral continuariam “a ser aquilo mesmo a vida inteira”, governadas pelo regime autoritário, sem liberdade, sem vontade própria, tendo seus desejos mediados e tutelados pelo centralismo político que os oprimiam e os reduziam à condição de “quase uma rês na fazenda alheia.”

A resignação também pode ser observada na sequência discursiva a seguir. O texto traz esse sentido a partir da narrativa em que Fabiano não podia mudar a sua sorte e havia nascido com um “destino ruim”. Vejamos:

[SD 32]: Tinha obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. **Nascera com esse destino**, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um **destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia. Tinha vindo ao mundo para amansar brabo**, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. **Era sina**. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família. Cortar mandacaru, ensebar látégos – aquilo estava no sangue. **Conformava-se, não pretendia mais nada** (RAMOS, 2000, p. 96, grifo nosso).

Percebemos a SD-32 apontar para uma continuidade das condições de produção arraigada no tempo histórico. A exterioridade textual perpassa o enunciado, construindo um sentido de permanência histórica em que a realidade social do período parecia não se transformar. Havia uma continuidade, uma conjuntura que não permitia as transformações, não permitia rupturas. O arcaico se perpetuava. Traz, ainda, um olhar de um sujeito inserido na FD de esquerda que percebe a divisão de classes: de um lado, os que nasceram coronéis, ricos e mandavam. De outro, os que nasceram caboclos, pobres, para serem mandados e o governo, qualquer que seja ele, não faz nada para mudar a sorte dos pobres e oprimidos.

É possível afirmar que a modernidade instituída e difundida retoricamente pelo governo Getúlio Vargas, não era perceptível a todas as camadas sociais do país. A discursividade enunciada por seu governo não diminuía as desigualdades sociais e regionais

do Brasil. Desigualdades que vinham de tempos mais distantes e que insistiam em se perpetuar e perdurar ao início da chamada República Nova.

A revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, não conseguiu implementar todas as mudanças sociais que foram prometidas e esperadas por grande parte da população brasileira. A personagem Fabiano representa esse desencantamento, essa desilusão com as transformações esperadas ansiosamente pela sociedade brasileira.

Embora tenham ocorrido vários avanços em alguns setores da sociedade brasileira daquele período, havia uma ambiguidade em seu governo. Conforme aponta D'Araujo (2003), o Brasil teve durante a era Vargas transformações, por exemplo, nas relações trabalhistas e na rede de seguridade dos trabalhadores. Contudo, não atingiram a todos os trabalhadores do Brasil durante a década de 1930. Vejamos o que assinala essa historiadora:

A rede de seguridade cresceu rapidamente nos anos 1930 e, ao fim do Estado Novo, institutos e caixas cobriam 3 milhões de trabalhadores ativos, 159 mil aposentados e 171 mil pensionistas. É importante lembrar, contudo, que nesse processo de elaboração de direitos a maioria da população estava excluída. Os direitos ficaram reservados apenas aos trabalhadores urbanos que pertencessem a profissões reconhecidas e regulamentadas pelo Estado, que tivessem carteira de trabalho e estivessem empregados. Mais do que isso, vários benefícios eram concedidos apenas para aqueles que fossem sindicalizados. Os direitos estavam garantidos para quem tivesse uma profissão, e as profissões e seus sindicatos, por sua vez, eram reconhecidos pelo Estado. Por essa razão não se pode dizer que se estivesse criando no Brasil a cidadania para todos (D'ARAÚJO, 2003, p. 235).

Nesse sentido, observamos que o enunciado, materializado na fala de Fabiano, institui sentido, constrói significados. A personagem nascera com um destino ruim. Um destino que não poderia ser transformado. O enunciado carrega a continuidade presente no governo Vargas, embora tenha prometido mudanças. Dessa forma, Graciliano faz da escritura literária o espaço para se contrapor a esse discurso de novo, de moderno, instituinte de transformações que estava sendo enunciado pelo governo Vargas naquele instante.

A AD, com suas ferramentas, nos possibilita trazer à baila essa discussão. Uma discussão que visa refletir por outros caminhos, com outras lentes o objeto de nosso estudo. Assim, embora a leitura mais superficial pareça um sujeito-autor que corrobora o regime varguista, propomos um olhar diverso para a escritura gracilianista. Um olhar que busca

entrever o equívoco da língua que se faz presente em sua escritura, em seu enunciado, em sua discursividade.

Nessa direção, é a interpretação do enunciado, proposta por Pêcheux, que perseguimos ao longo deste trabalho. Na SD-32, evidencia-se uma conformação com as precárias condições de sobrevivência à medida que o destino de Fabiano não pode ser transformado. Há um efeito de sentido de resignação, visto que não há possibilidade de mudança. Todavia, como sabemos, o enunciado é constituído de sentidos quando relacionados às condições de produção do seu acontecimento, vemos uma contraposição ao instituído e ao estabilizado pelo regime vigente daquele período que se manifesta na escritura de Graciliano Ramos. No seu texto, há um discurso de militante reprimido pela conjuntura política da época e que parece chamar atenção para os resignados, que nada fazem para transformar a situação imposta pela ideologia do regime ditatorial daquele contexto sócio-político. Ele percebe isso e retrata no seu texto com a história (narrativa) de *Vidas Secas*. É o próprio Fabiano que representa essa resignação, o não querer transformar o mundo a sua volta, o não querer romper com a estrutura estabelecida pelo regime varguista. Assim, Graciliano Ramos faz da obra ficcional o espaço discursivo para a resignação.

Há uma derivação de sentido em que evidencia as ambivalências do governo Vargas. Na SD-32, Fabiano “tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina.” No seu dizer, existem marcas de uma discursividade da continuidade, da permanência das desigualdades, pois “o pai vivera assim, o avô também. [...] Cortar mandacaru, ensebar látegos – aquilo estava no sangue. Conformava-se, não pretendia mais nada” (RAMOS, 2000, p. 96). Nesse enunciado de Fabiano, há uma resignação, uma denúncia da conjuntura de não pretender mudar, abdicar de transformar o mundo a sua volta, de romper com a estrutura estabelecida.

Na SD-33, veremos como Graciliano faz da obra ficcional o espaço discursivo para a resignação.

[SD 33]: Afastou-se, inquieto. Vendo-o acanhado e ordeiro, o soldado ganhou coragem, avançou, pisou firme, perguntou o caminho. **E Fabiano tirou o chapéu de couro. – Governo é governo. Tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo** (RAMOS, 2000, p. 107, grifo nosso).

O sentido de resignação, atribuído a Fabiano, dá lugar à submissão na SD-33. O enunciado em que Fabiano “tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo”, que se refere àquele que o havia agredido em outra circunstância na narrativa, traz o sentido de obediência e submissão que acompanham os sentimentos da personagem literária. Uma representação simbólica da realidade. Esse enunciado reforça esse dizer que reitera o sentido de submissão, marcado pelo ato de retirar o chapéu e curvar-se.

No enunciado “governo é governo”, presente na SD-33, salientamos a representação simbólica construída pelo sujeito-autor acerca do soldado amarelo. Soldado que representa o governo, o regime. Fabiano deveria curvar-se diante dele. Um gesto simbólico de submissão por parte da personagem, que possui estreita relação com o contexto social e histórico da política, presente em *Vidas Secas*.

Essa repetição do sentido da submissão, apontada nos exemplos das SD-33 e SD-34, sugere uma ligação entre as diversas SD ao longo da narrativa de Graciliano. Constatamos, dessa maneira, uma série de efeitos metafóricos, como foi ressaltado. Desse modo, “isso significa dizer que não se passa necessariamente de uma sequência discursiva a outra apenas por uma substituição, mas que duas sequências estão, em geral, ligadas uma à outra por uma série de efeitos metafóricos” (PÊCHEUX, 1990, p. 99).

Ao observarmos os enunciados “Enfim apanhar do governo não é desfeita, e Fabiano até sentira orgulho ao recordar-se da aventura” (SD-17); “Nascera com esse destino” (SD-32); “Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia” (SD-32); “Conformava-se, não pretendia mais nada” (SD-32); “Tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo” (SD-33) e “Quando seu Tomás da bolandeira passava, amarelo, sisudo, corcunda, montado num cavalo cego, pé aqui, pé acolá, Fabiano e outros semelhantes descobriam-se” (SD-34), vemos uma série de efeitos metafóricos, “cujo efeito é manter uma ancoragem semântica através de uma variação da superfície do texto” (PÊCHEUX, 1990, p. 97).

Há uma marca de um processo discursivo, Há uma variação de palavras, porém uma permanência de sentidos em expressões como “descobriam-se” e “tirou o chapéu”, ou ainda, entre “que fazer? Podia mudar a sorte?” e “conformava-se, não pretendia mais nada”. Portanto, chegamos ao entendimento de que os sentidos de resignação, obediência e submissão, são constituídos na discursividade da narrativa, não apenas em uma SD, mas no interior de uma série de efeitos metafóricos que se mostram na ligação entre várias SD,

através de um processo discursivo. A seguir, veremos o sentido da submissão que ocorria no momento da escritura de *Vidas Secas*, marcado no enunciado da SD-34, aqui recortada:

[SD 34]: Certamente aquela sabedoria inspirava respeito. **Quando seu Tomás da bolandeira** passava, amarelo, sisudo, corcunda, montado num cavalo cego, pé aqui, pé acolá, **Fabiano e outros semelhantes descobriam-se**. E seu Tomás respondia tocando beira do chapéu de palha, virava-se para um lado e para outro, abrindo muito as pernas calçadas em botas pretas com remendos vermelhos (RAMOS, 2000, p. 22. grifo nosso).

As condições de produção da escritura gracilianista perpassam o seu dizer, como vimos destacando ao longo deste trabalho. A SD-34 traz a realidade social vivida no período, em especial nas pequenas cidades brasileiras, mas, que, de certa maneira, reproduzia-se em grandes centros urbanos.

A personagem seu Tomás da bolandeira simboliza a figura do chefe local, do patrão que se impõe aos demais moradores. Todavia, diferentemente do que o imaginário político da época sugere, pois seu Tomás se impunha não pelo dinheiro ou pela força, mas como aponta o enunciado: “certamente aquela sabedoria inspirava respeito”, se colocava em eminência pela sabedoria. O respeito atribuído ao seu Tomás da bolandeira representa a reverência com a qual as figuras consideradas mais importantes eram tratadas naquele período, em especial nas pequenas cidades do interior.

A figura do patrão, do chefe local, daquele que manda e os demais obedecem, é trazida a esse enunciado. O interdiscurso da realidade opressora, em que o chefe político local manda e é reverenciado ao passar pelas ruas, aponta a exterioridade que perpassa a escritura do sujeito-autor Graciliano Ramos. Percebe-se ainda um efeito de ironia na descrição do cavalo de seu Tomás, contraditoriamente ao esperado, um “cavalo cego, pé aqui, pé acolá”, que contraria e antagoniza em relação à figura de um cavalo imponente do chefe político local e do patrão.

Em “Fabiano e outros semelhantes descobriam-se”, há uma ênfase no imaginário de submissão existente naquele período. Os menos privilegiados economicamente tinham reverência representada pelo ato de tirar o chapéu das suas cabeças, descobrindo-se em sinal não apenas de respeito, mas também de subserviência. O sujeito-autor institui sentido ao construir uma representação mediante um retrato da sociedade circundante do período.

Sociedade em que o chefe local era sacralizado e respeitado dentro de uma relação ambígua de paternalismo, coronelismo, troca de favores e obediência, na qual o poder estava bem definido e manifesto até nos pequenos gestos e rituais do cotidiano.

Essa troca de favores e a subserviência nos remetem às práticas políticas dos anos de 1930 e 1940. Essa política, que perpetuava as relações de poder alicerçadas na submissão e na obediência quase cega àqueles que estavam no comando do poder local, também estabelecia alianças e dava sustentação ao poder central de Vargas. Nesse sentido, o ato de Fabiano e os outros semelhantes descobrirem-se, reconstitui discursivamente essas relações de poder presentes durante o período do governo Vargas. Graciliano Ramos mais uma vez evidencia, em sua discursividade emergente da materialidade literária de seus escritos, as condições de produção de sua escritura. Abaixo, o efeito de sentido da miséria e pobreza, na SD-35:

[SD 35]: **Sinha Vitória desejava possuir uma cama igual à de seu Tomás da bolandeira.** Doidice. Não dizia nada para não contrariá-la, mas sabia que era doidice. **Cambembes podiam ter luxo?** E estavam ali de passagem. Qualquer dia o patrão os botaria fora, e eles ganhariam o mundo, sem rumo, nem teriam meio de conduzir os cacarecos. **Viviam de trouxa arrumada, dormiriam bem debaixo de um pau** (RAMOS, 2000, p. 23. grifo nosso).

Observamos a discursividade da SD-35 instituir o sentido de miséria e pobreza. No desejo de sinhá Vitória em “possuir uma cama igual à de seu Tomás da bolandeira”, há um reflexo da história social cuja pobreza e miséria que se acentuam no período varguista, frustram a expectativa da população, em especial dos trabalhadores. O enunciado, dessa forma, apresenta uma discursividade concernente à realidade social e econômica vivida naquele período. Vejamos o que afirma a historiadora Capelato (2003, p. 121):

durante o Estado Novo, a justiça social, com resultados efetivos no que se refere à melhoria do nível de vida das classes populares, foi postergada para o futuro; os representantes do governo alegavam que as reivindicações das classes trabalhadoras poderiam ser atendidas, de forma mais efetiva, quando o progresso material se consolidasse.

Sinhá Vitória, assim como muitas pessoas da sociedade brasileira daquele período, vivia sob o signo da pobreza, da miséria e da desigualdade social que a distanciava dos seus sonhos. Essa miséria vivida no período, manifestada na escritura de *Vidas Secas*, é provocada,

também, por fatores externos ao Brasil. Havia uma conjuntura desfavorável no cenário internacional e interferia diretamente na economia brasileira. Como aponta Carone (1976, p, 96), “o custo de vida segue em uma espiral ascendente, que se reflete principalmente sobre o nível de vida das populações pobres ou os que ganham salários. Forma-se, assim, uma divisão nítida entre a maioria, com renda fixa, e os que podem manipular os preços ou especular.”

A falta e a pobreza, que atingiam economicamente a muitos durante o governo Vargas, são marcas da discursividade presente em *Vidas Secas*. A indagação “cambembes podiam ter luxo?” representa bem a realidade vivida na época. Na narrativa criada pelo sujeito-autor, o luxo era representado ironicamente por possuir uma cama. Essa representação simboliza a miséria e a pobreza trazidas à emergência discursiva. O sentido de crítica social e política é manifestado por meio do enunciado.

Essa representação de pobreza e miséria é completada no trecho que vimos na SD-36 “Viviam de trouxa arrumada, dormiriam bem debaixo de um pau”. Sinhá Vitória e Fabiano nada possuíam, viviam prestes a se mudarem sem saber para onde. Dormiriam debaixo de um pau. Uma despossessão em sua plenitude. Sequer a indumentária de vaqueiro ele possuía, como vemos: “ao ser contratado, recebera o cavalo de fábrica, perneiras, gibão, guarda-peito e sapatos de couro cru, mas ao sair largaria tudo ao vaqueiro que o substituísse” (RAMOS, 2000, p. 23). O sentido da pobreza, dessa forma, perpassa a discursividade da escritura em *Vidas Secas*.

O desamparo vivido por uma parcela significativa da sociedade brasileira daquele período manifesta-se na escritura do sujeito-autor Graciliano Ramos. Na representação criada a partir da personagem Fabiano, há uma simbolização das precárias condições de sobrevivência da época. Há um retrato de pobreza e penúria vivenciadas e que se opunham ao discurso de desenvolvimento produzido pelo governo varguista, que é apontado por Capelato (2003, p. 119), dessa forma: “Getúlio Vargas tinha como meta principal superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico. O tema da modernização ganhou destaque no referido período.”

Dessa maneira, podemos observar que o luxo, descrito com ironia no enunciado, simboliza bem essa crítica à situação econômica e social do período varguista. A posse de uma cama para dormir seria, pois, dentro da narrativa literária, o luxo desejado pela personagem sinhá Vitória. Vemos o enunciado inscrever-se na rede de formulações inserida na formação discursiva de esquerda e opor-se à formação discursiva varguista que, naquele

instante, enuncia como meta desenvolver o país economicamente. No próximo conjunto de SD, enfatizaremos o poder e a obediência como marcas de um discurso denunciador.

Destacaremos, a seguir, a obediência que perpassava a sociedade brasileira da época, instaurada pelo governo de Vargas. A obra *Vidas Secas* apresenta vários trechos em que esse tema da obediência é abordado. Vejamos o trecho:

[SD 36]: Seu Tomás da bolandeira falava bem, estragava os olhos em cima de jornais e livros, mas não sabia mandar: pedia. Esquisitice um homem remediado cortês. Até o povo censurava aquelas maneiras. **Mas todos obedeciam a ele.** Ah! Quem disse que não obedeciam? (RAMOS, 2000, p. 22, grifo nosso).

Aqui, vemos a relação de mando abordada discursivamente. Há uma representação dessa relação que integra a realidade exterior à materialidade textual. O poder se manifesta na obediência. Existe uma relação entre o enunciado “mas todos obedeciam a ele” e a exterioridade de sua produção. Embora haja uma contradição por seu Tomás não saber mandar, havia a obediência que se sobrepunha a essa particularidade e uma desaprovação da população local marcada pelo enunciado “até o povo censurava aquelas maneiras”, referindo-se a Seu Tomás. A ligação da “obediência”, presente no enunciado com a sua exterioridade, pode ser percebida ao evocarmos a memória histórica sobre as décadas de 1930 e 1940, quando era comum os chefes políticos e os mais abastados terem o poder de mandar sobre o espaço de sua influência.

Essa relação de poder discursivizada no mandar e no obedecer na narrativa literária, é um fragmento das relações sociais, políticas e econômicas existentes e naturalizadas no governo Vargas. Não há contestação e oposição, pelo contrário, há certa passividade que permite a continuidade da estrutura daquele momento. O texto aponta uma relação de poder estabelecida pela força de quem manda e de quem está obedecendo. A contradição nessa relação também se mostra quando, ao trazer este dizer, Graciliano apresenta uma sociedade cujos sujeitos estão em uma relação de ação sobre ação. Uma sociedade marcada pelo autoritarismo em que os sujeitos interagem por relações de poder. Em *Vidas Secas*, o sujeito-autor traz essa realidade vivenciada no período Vargas.

A submissão de Fabiano, no exemplo abaixo, institui sentidos e aponta para a obediência como uma construção de sentido pelo sujeito-autor:

[SD 37]: Os outros brancos eram diferentes. **O patrão atual, por exemplo, berrava sem precisão.** Quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, **mas o proprietário descompunha o vaqueiro.** Natural. **Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se.** Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida? (RAMOS, 2000, p. 22-23).

Podemos observar, aqui, o abuso do poder mediante a exploração do trabalho e o desrespeito com o trabalhador. O efeito de sentido de submissão, presente nas relações de poder construído, aqui é retratado e ressignificado. Há uma discursividade acerca da relação de poder estabelecida no período a partir da descompostura com a qual o vaqueiro era tratado.

Essa descompostura no tratamento dado ao vaqueiro Fabiano pelo dono da fazenda é reveladora porque mostra uma relação de poder. Mesmo longe da tutela do Estado, como instância de poder mais claramente delimitada, está arraigada no cotidiano das pequenas cidades do interior e também perpassa a relação política de poder. A “naturalização” dessa descompostura é trazida mediante o enunciado da SD-37 “[...] mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural.” Percebemos a naturalidade da descompostura, do desrespeito como denúncias da relação de poder da sociedade circundante da época. Uma discursividade que constrói efeitos de sentido e mostram as relações de poder da época.

A violência discursivizada pela descompostura ao vaqueiro pelo proprietário da fazenda que “Descompunha porque podia descompor” (RAMOS, 2000, p. 22), presente no enunciado da SD-37, carrega o sentido da censura áspera, da banalização do desrespeito na rotina e no cotidiano da época. O trecho destacado traz indícios da relação de poder existente no período, onde o xingamento ao vaqueiro e aos seres humanos era natural, corriqueiro, “descompunha porque podia se descompor”. Nesse dizer, temos a marca da presença daquele que se submetia à descompostura, ao ato de violência moral. Fabiano aceitava essa violência, “ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço”. O oprimido na relação de poder submetia-se à relação que o humilhava e o tornava infeliz.

O enunciado “e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida?” mostra uma relação de poder mostrada na narrativa literária. Há uma demarcação da autoridade mediante o grito, caracterizando uma pista de como se construíam e se davam as

relações de poder naquele momento. O ato de gritar é trazido como marca do poder que se institui mediante a submissão e a força. A descompostura, vista no parágrafo anterior, é instrumentalizada por esse ato.

Abaixo, na SD-38, buscamos evidenciar a obediência e o respeito à farda como marcas da autoridade de um governo em regime de exceção. Vejamos:

[SD 38]: Nesse ponto um soldado amarelo aproximou-se e bateu familiarmente no ombro de Fabiano:

- Como é, camarada? Vamos jogar um trinta-e-um lá dentro?

Fabiano **atentou na farda com respeito** e gaguejou, procurando as palavras de seu Tomás da bolandeira:

- Isto é. Vamos e não vamos. Quer dizer. Enfim, contanto, etc. É conforme.

Levantou-se e caminhou atrás do amarelo, que **era autoridade e mandava. Fabiano sempre havia obedecido**. Tinha muque e substância, **mas pensava pouco, desejava pouco e obedecia** (RAMOS, 2000, p. 27, grifo nosso).

O trecho acima aponta para um efeito de sentido de obediência que perpassava o discurso, advindo da exterioridade de sua produção. A personagem Fabiano representa simbolicamente aquele que obedece e respeita, incondicionalmente, a autoridade metaforizada na farda do soldado amarelo. A falta de argumentação por parte de Fabiano reflete a impossibilidade e inabilidade de falar, vividas naquele período, por uma grande parte da população brasileira do período, em especial, as populações de cidades pequenas do interior nordestino. Fabiano não argumenta, não resiste, apenas obedece.

Traz, ainda, o lugar social do poder, marcado no discurso gracilianista, pela farda e pela autoridade com a qual o soldado mandava. O papel social daqueles que não estavam no poder constituído manifesta-se na figura de Fabiano, que obedece e segue sem questionar o que lhe foi ordenado. O enunciado “Fabiano sempre havia obedecido”, presente na SD-38, representa a realidade social e política pretendida pelo regime varguista.

Assim, as condições de produção da escritura gracilianista instituem um efeito de sentido de obediência às ordens que eram emanadas pelas autoridades constituídas e que impunham o controle social e político. Desse mesmo modo, a discursividade atravessa o texto literário e evidencia as formas de poder que a sociedade experimentava desde o início da década de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder político central no Brasil.

No enunciado em que Fabiano “pensava pouco, desejava pouco e obedecia”, na SD-38, percebemos um efeito de sentido de resignação, simbolizando parte da sociedade naquela realidade vivida. A impossibilidade de pensar e desejar levava à obediência sem questionamentos, sem reflexão, sem contraposição. Uma sociedade que se instituía e permanecia sem alternativas. O ato de seguir o soldado amarelo e de seguir os seus passos se constitui em uma marca, através de Fabiano, de uma sociedade que não experimenta os seus próprios caminhos, repetindo os passos que lhe são ordenados. Segue o caminho determinado. Não há outros caminhos possíveis, uma sociedade que não vislumbra possibilidade de fuga, não pensa, não cria, apenas repete e obedece, movida pelo medo da autoridade que se impõe pela força, pelo desrespeito, pela arbitrariedade. Dessa maneira, esses escritos de Graciliano Ramos trazem marcas do contexto social e político de uma importante fase da História do Brasil. Fabiano é dominado pelo poder simbolizado pelo soldado amarelo, uma herança da formação da historicidade da época.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa literária, como sabemos, vai além da sua inerente beleza estética. As palavras nela contida podem ser estudadas de diversas maneiras, quer pela sua historicidade, quer pela sua gênese ou crítica literárias, por exemplo. Neste trabalho, entretanto, procuramos estudá-la pelo viés da Análise do Discurso. Aqui nos interessou investigar os sentidos que a discursividade presente na materialidade literária traz consigo. Nesse sentido, analisamos a obra *Vidas Secas* e escritos não ficcionais de Graciliano Ramos, e neles percebemos uma relação intrínseca com a exterioridade.

O sujeito-autor, estudado nesta pesquisa, com a riqueza de sua escritura, impelido pela “licença poética” e criação característica do seu ofício, desvela, em sua narrativa, traços da exterioridade, das condições de produção dos seus escritos e da ideologia que o interpela. Neste trabalho, ao tomarmos como objeto de análise a obra *Vidas Secas* e alguns manuscritos não-ficcionais de Graciliano Ramos, procuramos compreender, mais claramente, como a narrativa literária, por ter característica discursiva e não apenas estética, é afetada pela ideologia, pelas condições de produção, pela memória discursiva, pelo esquecimento que o faz se sentir sujeito do próprio discurso.

Desse modo, a escritura gracilianista, ao longo desta pesquisa, foi se mostrando como um contraponto ao governo Vargas, um dizer por vezes antagônico à formação discursiva do governo instituído. Uma voz dentro de um jogo de palavras que se constituía naquele momento da História do Brasil. Observamos que o silenciamento trazido à literatura do autor, encerra uma discursividade, mostra um efeito de sentido, quando interpretado em relação à condição de sua produção.

Também pudemos evidenciar que a violência instituída e institucionalizada, mediante os órgãos de repressão varguista, permeia a escritura do autor. A personagem Fabiano sofre violência física e moral, simbolizada através de um efeito metafórico, produzido pelas palavras “cadeia” e “facão”, como vimos na seção 3.2. Palavras que, reiteradas vezes, atormentam Fabiano na narrativa, trazem à memória uma ressignificação da violência experimentada durante a trama literária, mas, que, por outro lado, pelo ângulo da Análise do

Discurso, inscreve-se na memória discursiva, no interdiscurso. No entanto, essa violência é, assim como o discurso que a encerra, atualizada em novas passagens literárias.

Ao tentarmos ousar na escolha do *corpus*, as dificuldades encontradas não foram raras. Foi necessário buscarmos compreender um pouco da escritura do próprio autor, aprofundarmo-nos um pouco mais em sua obra que escolhemos para análise, procurar conhecer o que já havia sido dito e escrito sobre a sua escritura. Mas, não foi apenas isso. Também procuramos analisar escritos não-ficcionais onde o sujeito se mostra desprovido da ficção presente na literatura.

Paralelamente a essa tarefa, que já se mostrava ampla, também se fazia premente trazer à baila para nossa discussão, as condições de produção da obra estudada. O período Vargas foi revisitado mediante (re)leituras de historiadores que discorreram sobre aquele momento. A violência, o silenciamento, o aparato estatal para repressão, as prisões, as torturas e o medo foram a tônica dada pelos historiadores.

Assim, do ponto de vista epistemológico, duas operações foram realizadas quase simultaneamente. Primeiramente, buscamos examinar um discurso inscrito em uma materialidade literária cujo momento de escritura havia se dado na década de 1930, portanto há mais de sete décadas, numa tentativa de compreender os seus sentidos àquela época. E em segundo lugar, também entender esses sentidos pelo olhar da atualidade após a realização de inúmeras pesquisas historiográficas com perspectivas diversas. Os desafios estavam postos. Como articular uma análise discursiva com tamanha complexidade de variáveis presentes no *corpus* escolhido? Seria possível remontar ao momento da escritura e ao da inscrição dos sentidos em um tempo histórico distante?

Entretanto, essa articulação exigiu uma atenção maior em relação ao aspecto epistemológico. Nesse sentido, a teoria da Análise do Discurso se mostrou bastante receptiva aos diálogos constantes com saberes outros, como a história, não vista neste trabalho apenas pelo viés do materialismo histórico, mas como uma narrativa que atribui sentido ao seu próprio discurso. Em relação à literatura, tomamos a sua própria materialidade, em *Vidas Secas*, para ser analisada. Isso exigiu maior atenção, pois os implícitos e as metáforas utilizadas pelo sujeito-autor aumentavam o grau de dificuldade para enxergar o seu discurso.

Ao estudarmos a escritura gracilianista sob a ótica da Análise do Discurso, foi possível perceber que nela há sentidos acerca do silenciamento e do silêncio que marcaram o período

Vargas. Pela análise dos trechos da obra *Vidas Secas*, foi possível explicitar a relação entre a interioridade e a exterioridade que constitui a própria obra. As representações elaboradas por Graciliano Ramos, a partir de Fabiano, permitem-nos apontar traços da realidade vivida durante o governo Vargas. Pudemos verificar que a escritura gracilianista mostra a identificação do sujeito-autor com a formação discursiva de esquerda. Os escritos não-ficcionais, analisados neste trabalho, possibilitaram essa evidência, demonstraram uma afinidade de Graciliano Ramos com a Revolução Russa de 1917, como também pelo Partido Comunista Brasileiro.

Também pudemos evidenciar que a ancoragem semântica, presente na obra de Graciliano Ramos, traz uma representação da violência. Marcadamente, palavras como facão, cadeia, e ainda os episódios cotidianos narrados como, por exemplo, no trecho em que Fabiano é atirado contra o jatobá, mostram quão corriqueira e comum era a violência naquele período. Essa evidência também foi possível no episódio da prisão de Fabiano que se deu de maneira banal após um desentendimento com o soldado amarelo. Esses trechos de sua obra apontam para uma violência instituída e institucionalizada, vivenciada naquele período. Neste trabalho, trouxemos essa realidade histórica do período sob a ótica dos historiadores que se debruçaram sobre a era Vargas, a fim de corroborar a perspectiva que buscamos ao longo da pesquisa.

Ao discutirmos e apresentarmos esse contexto histórico-político, percebemos Graciliano Ramos na sua forma sujeito-autor em que se coloca, deixando-se mostrar sujeito-militante que denuncia, critica, instiga uma reflexão sobre o regime da época. Ao fazermos isso, propomos um deslocamento do ângulo de análise e, ao usarmos a literatura e a história de Fabiano, observamos uma voz que se levanta antagonicamente, dentro do regime de um governo autoritário, construindo, dessa forma, uma nova história política, alertando para posicionamentos que contribuiriam para mudanças futuras. Percebemos movência de sentidos, ancoragens semânticas, metáforas, fazendo, dessa maneira, enunciar e construir efeitos de sentido diversos: violência, opressão, repressão, silêncio, denúncia, exploração, resignação, máscaras sociais, analfabetismo, marginalização e desigualdades do momento vivido.

Este trabalho não pretendeu dar conta da obra de Graciliano Ramos em sua totalidade, mas analisar aspectos do processo discursivo inseridos em seus dizeres literários que procuravam mostrar as mazelas da sociedade numa vivência do regime da ditadura de Getúlio Vargas, em *Vidas Secas*. O sujeito-autor usa da literatura para denunciar esse regime e

mostrar que Fabiano e sua família representam uma seqüela, resultado da arbitrariedade do poder, do controle do Estado.

Ao longo da pesquisa, as hipóteses iniciais foram se confirmando. Vimos que em *Vidas Secas*, analisada dentro de uma formação discursiva de esquerda, o sujeito-autor é afetado pelas condições de produção da sua escritura e desvela, assim, a exterioridade marcada pela violência, silenciamento e desigualdades sociais, além de constataremos a resignação, a opressão, a obediência e as máscaras sociais que as personagens representavam sobre a sociedade das décadas de 1930 e 1940 no Brasil.

Também percebemos marcas de que os escritos de Graciliano Ramos apontam para uma identificação com a formação discursiva de esquerda, que é desvelada ao longo de sua narrativa e em seus escritos não-ficcionais, como cartas e fragmentos, caracterizando-o como sujeito-militante que constrói significados mediante o engajamento e a militância política. Por último, vimos que as seqüências discursivas, assim compreendidos os recortes selecionados da obra *Vidas Secas*, constituem os seus efeitos de sentido através de uma memória discursiva, atravessada pela formulação do que está sendo dito na sua atualidade, construindo e deslizando sentidos a partir desse jogo de memória entre o “já dito” e o “que é dito” no intradiscurso.

Desse modo, acreditamos ter alcançado os objetivos a que nos propomos em nossa pesquisa. Partindo de conceitos mobilizados pela Análise do Discurso, como ideologia, efeito de sentido, condições de produção, sujeito, interdiscurso, intradiscurso, formação discursiva e assujeitamento, dentre outros presentes neste trabalho. Perseguimos enfatizar, em *Vidas Secas*, como a conjuntura social, histórica, política e econômica da época constitui os efeitos de sentido, presentes na escritura da obra, bem como esses escritos apresentam marcas da discursividade em que o sujeito mostra-se afetado pela ideologia com qual se identifica. Assim, foi possível enxergar como o sujeito Graciliano Ramos é afetado, em seus escritos, pela exterioridade das condições de sua produção, ou seja, a Era Vargas. Observamos como os escritos de Graciliano Ramos constroem os sentidos acerca da violência e do silenciamento nas enunciações presentes em *Vidas Secas* (1938) e também nas cartas, ensaios e fragmentos, e, ainda, vimos as enunciações do sujeito-autor, inseridas em uma rede de memória discursiva na qual desvela a problemática política e social das décadas de 1930 e 1940 no Brasil.

Se não conseguirmos demonstrar isso tão claramente aos olhos dos leitores, talvez seja porque essa pretensa clareza de atingir os objetivos encontre-se nos esquecimentos propostos por Pêcheux, que faz o analista pensar-se pleno, os seus dizeres transparentes e que

é causa de si, como o Barão de Munchhausen que se erguia pelos próprios cabelos. Ou ainda, essa clareza pode estar, contraditoriamente, na opacidade, no equívoco, na falha do ritual, pois não há ritual sem falhas, como nos ensina Pêcheux.

As análises nos mostraram um reflexo, espelhos do contexto sócio-histórico das décadas de 1930 e 1940 no Brasil. Elas trazem o olhar de como Graciliano Ramos, nas posições-sujeito militante e literato, através da literatura e outros escritos não ficcionais, reporta-se ao governo varguista e à sociedade daquele período. Caso o nosso trabalho tenha suscitado inquietações, indagações, questionamentos, discussões, vemos, então, alcançado nosso maior objetivo sobre o posicionamento de Graciliano Ramos “historiador”, literato, militante, voz representante da época através dos espelhos da história e dos múltiplos sentidos do discurso na cena político-literária brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas/SP: Editora Pontes, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 10. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Loureiro, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no estado Novo In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 137-166.
- BOSI, Alfredo. *Céu, inferno*: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembrança de velhos. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 7. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BULHÕES, Marcelo Guimarães. *Literatura em campo minado*: a metalinguagem em Graciliano Ramos e a tradição literária brasileira. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1919-1989)*: a Revolução Francesa da historiografia. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BURKE, Peter (org). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In:\_\_\_\_\_. *A escrita da história*: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo. Editora UNESP, 1992. p.7-37.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo do nacional-

estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 327-340.

CARONE, Edgard. *O Estado-Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: Mari, Hugo et. al. (orgs.). *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges Editora; Núcleo de Análise do Discurso Fale– UFMG, 1999.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COURTINE, Jean-Jacques. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v. IX, n. 2, p. 239-264, oct. 1982.

\_\_\_\_\_. O chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Safra-Luzzatto, 1999. p. 15-22.

\_\_\_\_\_. O discurso inatingível: marxismo e linguística (1965-1985). Tradução: Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras UFRGS*, Porto Alegre, n. 6, p. 5-18, abr/jun. 1999.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*, volume 5, era modernista. 6. ed. São Paulo: Global, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 213-239.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Vozes, 2006.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Graciliano Ramos e o paradigma do papagaio*. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, São Paulo, 35, 1993. p. 19-34.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado-Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A trama enfática do sujeito. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos-SP: Claraluz, 2007. p. 101-108.

\_\_\_\_\_. O quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos-SP: Claraluz, 2005. p. 13-22.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 12. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ditos e escritos IV*: estratégias, poder-saber. Organização e seleção de textos, Manoel Barroa da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FURLANETTO, Maria Marta. Onde está o analista do discurso? Disponível em: [http://br.geocities.com/agatha\\_7031/onde.html](http://br.geocities.com/agatha_7031/onde.html). Acesso em 12/05/2006.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GRANTHAM, Marilei R. *De quem é a culpa?* Discurso alteritário e intercambialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 26., Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso*: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UENSCO no Brasil, 2003.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*: língua, sujeito e discurso. Editora da UNICAMP, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Lourival. *Sob o signo do silêncio*: *Vidas Secas* e o Estrangeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INDURSKY, Freda. *A Análise do Discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem*. In: Cadernos do IL, 20 dez. de 1998. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS. p. 7-21.

\_\_\_\_\_. *Incisas discursivas*. In: A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 244-251.

JOSEF, Bella. *História da literatura hispano-americana*. 4. ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs.). *A história nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, Taísa Vliese. *A infância pelas mãos do escritor: um ensaio sobre a formação da subjetividade na psicologia sócio-histórica*. Juiz de Fora – MG: Ed.UFJF/Musa Editora, 2002.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 241-285.

LINS, Álvaro. *Valores e misérias das Vidas Secas*. In: RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 80. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 127-155.

LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCENA, Ivone Tavares de. *Fiando as tramas do texto*. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: o comunista no imaginário dos jornais (1929-1989)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*, 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3. ed. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do discurso: história e práticas*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004.

MITTMANN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Saga-Luzzatto, 1999. p. 271-277.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

MORAES, Dênis. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 6. ed., 2005.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista!: discurso do confronto: o velho e o novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-37.

PAZ, Octavio Paz. *El arco y la lira: el poema, la revelación poética, poesía e historia*. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani et al. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 311-318.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani et al. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 61-161.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução José Horta Nunes. Campinas-SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Remontémos de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Mario Monteforte (coord.). *El discurso político*. México: Nueva Imagem; UNAM, 1980. p. 181-197.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Orlandi. 4. ed. Campinas- SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani et al. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 163-252.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer: imaginários de sentido que falam do passado. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 37-46.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; DIMAS, Antonio; Leenhardt, Jacques (orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; São Paulo: Editora da USP, 2006.

PESSOA, Fernando. *Quando fui outro*. Seleção de textos Luiz Ruffato. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

\_\_\_\_\_. *Insônia*. 27. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *São Bernardo*. 81. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Linhas tortas*. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Vidas Secas*. 80. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. [Decadência do romance brasileiro. Crítica acerca dos romancistas regionalistas nordestinos: Jorge Amado, José Lins do Rego, Rachel de Queirós e Amando Fontes. Rio de Janeiro]: s.n., 1941. Manuscrito. In: Instituto de Estudos Brasileiros, USP. Fundo Arquivo Graciliano Ramos, Série Manuscritos: Crônicas, Ensaios e Fragmentos. Notação 10.2, caixa 1/1, 6 f., 20 out.1941.

\_\_\_\_\_. [Em 1917, lendo as primeiras... Rio de Janeiro: s.n., 1945, f. 1]. Manuscrito. In: Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, USP. Fundo Arquivo Graciliano Ramos. Série Manuscritos, Título: Crônicas, Ensaios e Fragmentos, Notação (COTA): 10, 10.5, caixa 1/1, fl. 1. s. l. 7 nov. 1945. 1 fl.

\_\_\_\_\_. [Paulo Honório. Carta a João Condé. Rio de Janeiro: s.n., 194-a]. Manuscrito. In: Instituto de Estudos Brasileiros, USP. Fundo Arquivo Graciliano Ramos, Série Manuscritos: Crônicas, Ensaios e Fragmentos. Notação 12.1, caixa 1/1.

\_\_\_\_\_. [Quando em 1936... Rio de Janeiro: s.n., 194-b]. Manuscrito. In: Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, USP. Fundo Arquivo Graciliano Ramos, Série Manuscritos, Título: Discursos. Notação 12.3, caixa 1, p. 1. 2 f.

\_\_\_\_\_. [Resposta ao convite para candidatura a Deputado. Rio de Janeiro: s.n., 1945?]. Manuscrito. In: Instituto de Estudos Brasileiros, USP. Fundo Arquivo Graciliano Ramos, Série Manuscritos: Crônicas, Ensaios e Fragmentos. 3 f.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* – Tomo III. Campinas/SP: Papirus, 1997.

RUSSELL, Bertrand. *Retratos de memória e outros ensaios*. Tradução Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* Tradução Carlos Felipe Moisés. São Paulo, Ática, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Tancredo (1930-1964)*. 7. ed. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. História, cidade e modernidade: a instituição dos signos modernos na cidade de Belo Jardim (1950/1970). In: *Tambor*, Revista da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, n. 2, p. 21-30, abr. 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Literatura e história no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SOUZA, Tânia Regina. *A infância do velho Graciliano: memórias em letras de forma*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

VELÁZQUEZ, Diego. *Las Meninas*. 1656. 1 pintura, óleo sobre tela 310 cm x 276 cm.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145-179.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. ver. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1998.

VIANNA, Marly de Almeida G.. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado-Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 63-105.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2. ed. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. In: *Leitura*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – UFAL, Maceió, n.30, P. 175-205, jul/dez. 2002.

## **ANEXOS**

ANEXO A – Notação: 12.3 Caixa 2/2 “Luiz Carlos Prestes”

Instituto de Estudos Brasileiros – IEB

Fundo: AGR

Série: Manuscritos / discursos

Notação: 12.3 Caixa 2/2 “Luiz Carlos Prestes”

Atribuem a Luiz Carlos Prestes, um papel considerado neste vivo tempo de exaltações ásperas – ídolo de massas. Isto lhe ocasiona louvores excessivos e objurgatórios às vezes não isenta de algum despeito. Doces panegiristas e detratores amargos concordam num pouco: responsabilizam, pelo menos fingem responsabilizar, essa estranha figura por se haver tornado uma espécie de mito nacional.

O que ocorre a Luiz Carlos Prestes, em maior ou menor grau, a todos os indivíduos forçados a romper o casulo e entrar na vida pública. Não os veem como realmente são, enxergam-nos através de lentes deformadas. Qualquer literato sabe isto – pequenas alterações acumuladas chegam a transformar uma pessoa. A frase largada na livraria modifica-se no jornal, emprestando a um sujeito opiniões que ele nunca teve; críticas sagazes decifram complicados enigmas em livros comuns. De repente surgimos autores de pensamentos alheios, recebemos ataques ou elogios por uma entrevista dada pelo telefone em meia dúzia de palavras desatentas. Oras, se tal acontece ao modesto colecionador de ideias mirins em país de analfabetos, que não se dará ao dirigente político em horas de efervescência como as atuais? Lenda? Com certeza, conhecendo as deturpações, não nos livraremos delas, tanto nos imbuíram.

Conseguiria o homem assim crescido eximir-se da grandeza e readquirir o tamanho natural? Pouco provável. Esse gigantismo significa a força criadora da multidão. Tolice negá-lo ou considerá-lo. É fato, não se improvisa, não se encomenda, absurdo pretender forjá-lo nas escolas ou conservar, com hinos e lugares comuns. Está no espírito do povo e não o extirpamos dar.

Mas nossa possibilidade de ajudar o Partido não se detém aí. Não bastaria, para prestigiá-lo, a contribuição de nossa minguada produção intelectual. É nosso desejo sincero

estimular nossos companheiros principiantes, descobrir valores novos, capazes de concorrer, com sua literatura, para a causa do Proletariado, formar, enfim, todo um grupo de escritores do Partido, autores de obras de ficção inspiradas na realidade, na vida e nos sofrimentos do nosso povo.

Um livro publicado por nós ou por um de nossos companheiros em quem tivemos descoberto vocação literária, será de maior utilidade para o partido do que as discussões filosóficas (teoria afastada da prática) em que nos perdemos até o dia 16 de julho passado, ou de qualquer “slogan” que a muito custo conseguiremos inventar, por simples espírito de disciplina.

Esperamos que o Partido e a célula aceitem nossas sugestões com o mesmo espírito com que as apresentamos: com o desejo sincero de dar vida ativa a um organismo de base, que tem constituído, até o presente momento, verdadeiro peso morto para o Partido.

ANEXO B – “Quando, em 1936, fui viver no Pavilhão dos Primários”

Instituto de Estudo Brasileiro da USP – IEB

Fundo: Arquivo Graciliano Ramos Série: Manuscritos

Título: Discursos

Not. 12,3

Caixa 1

Quando, em 1936, fui viver no Pavilhão dos Primários, na Sala da Capela, na Colônia Correccional de Dois Rios e em outros lugares semelhantes, encontrei os excelentes companheiros que hoje trabalham no Partido Comunista. Sempre me senti perfeitamente ligado a eles, e se até agora me limitei a apoiá-los, sem tomar posição de militante, foi por não saber se poderia de qualquer maneira ser útil, nesta agitação em que nos achamos o trabalho de um sujeito que mal sabe contar histórias chochas.

Um severo exame de consciência me aconselhava prudência, uma prudência que se facto me humilhava, na verdade eu desejava que algum antigo companheiro me viesse trazer um estímulo e isto era difícil, pois ninguém adivinhava as minhas intenções. Mas o certo é que eram (?) foram adivinhadas. E os escrúpulos mencionados se varreram, pelo menos por enquanto.

## ANEXO C – “Meus raros amigos de Alagoas”

Instituto de Estudo Brasileiro da USP – IEB

Notação 12.5 Caixa 1

Meus raros amigos de Alagoas:

Depois de longa ausência, aqui me vejo a conversar com vocês, como se nos achássemos em Palmeira-dos-Índios. Na Imprensa oficial, no café do Cupertino ou numa das redações onde batíamos papo. Não sei bem se a conversa é impertinente. Uma única vez, depois de nos separarmos, tive ensejo de falar sobre pessoas e fatos alagoanos: referi-me a Nelson Flores, a Pedro Lima e às enchentes, mas parece que estes assuntos foram aí considerados impróprios.

Arrisco-me a nova palestra, ou antes, sou obrigado a ela. Nestes últimos dez anos o mundo tem dado tantas voltas que estive a pique de fazer uma viagem a alagoas, só desistindo da ideia porque, tendo aqui aportado em porão de navio invita vagabundo, não achei conveniente regressar num aeroplano. Perdoe-me a citação desses pequeninos casos pessoais, absolutamente desprovidos de interesse. Mas é talvez necessário aludir a eles. Não é que lembraram de fazer de mim candidato a deputado?

Vejam só, pois nesse caráter dirijo-me ao público de que disponho na terra dos marechais e dos generais duas dúzias de pessoas, se tanto. Seria conveniente aqui apresentar-lhes um rol de serviços notáveis. Dizer-lhes que fiz diversas coisas e sou capaz de fazer muitas outras, mas receio ver alguém enganar-se e votar em mim julgando-me um sujeito importante, vem desses operadores de milagres nunca percebidos. As duas dúzias de amigos hoje mencionados, que hora de optimismo, sabem que nunca levei o S. Francisco a Quebrangulo, feito já, realizado com honra e glória. A tudo, portando, à minha saída, em 1936, dessa província, facto mingudadamente glorioso, que pouco me recomenda à simpatia do eleitor. E com isto declaro não desejar pertencer a nenhuma instituição em que seja necessário fazer discurso. [ Uvas verdes, dirão vocês. [De modo nenhum, pois estou a escrever-lhes na qualidade de postulante – incongruência visível que tento desmanchar. Entre ser literato medíocre ou deputado insignificante, prefiro continuar na literatura e na mediocridade. E digo isto sem falsa modéstia. Reparem na significação exata das palavras. Não considero a minha

literatura insignificante: ela é apenas medíocre, e, por conseguinte, mais ou menos aceitável. Acho-me perfeitamente à vontade na livraria. Mas na câmara é certa que faria uma figura bem chinfrim. Nenhuma conveniência em mudar de ofício neste fim de vida. Está explicada, supondo esta desambição aparente. Contudo se me falta o desejo de passar algumas horas por dia cochilando, rosnando apartes chochos, isto não quer dizer que me desinteresse da política nacional e encolha os ombros à eleição. De modo nenhum. Entreguei-me de corpo e alma a um Partido, o único, estou certa, capaz de nos livrar da horrível situação em que vivemos, e este Partido apresenta-se às urnas. Sou forçado a pedir a vocês, para os nossos melhores candidatos (insisto em declarar-me completamente livre de qualquer pretensão), os vinte e quatro votos que me poderiam, com boa vontade conceder. Examinem as chapas dos partidos reacionários. Só existem nelas, em toda a parte, figuras de classe dominante. Nós, comunistas, escolhemos representantes da burguesia e do proletariado: operários, camponeses, industriais, comerciantes, artistas, professores, médicos, engenheiros, jornalistas, advogados, escritores. Quando nos preparamos para dar ao país uma constituição de proprietários. É impossível que o capitalista continue a dominarmos, não por ser digno, mas por ser capitalista. Vocês meus raros amigos de alagoas, poderiam ajudar-nos a afastar da nova carta alguns desses artigos ou parágrafos em que a gente infeliz se aperta como em torniquetes. Realmente vocês são bem poucos numerosos. Mas cada um, nestes breves dias, que nos restam, poderá convencer uma tia ou sogra, que influirá na vizinha com rapidez, e assim por diante. Poderemos eleger pessoas que representem o Estado. Porque até hoje – com franqueza – que foi que os nossos deputados apresentaram? E com isto, meus velhos amigos, despeço-me de vocês e envio-lhes muitos abraços. (grifo do autor).

## ANEXO D – “Paulo Honório” (Carta a João Condé)

Instituto de Estudo Brasileiro da USP – IEB

“Paulo Honório” (Carta a João Condé)

AGR – Manuscritos – Crônicas, ensaios e fragmentos (grifo do autor)

Notação 10.4 – Caixa 1

Paulo Honório, concebido em 1924, nasceu em 1932. Narro essa longa gestação, por exigência de João Condé, homem terrível e absurdo, que guarda fotografias e papéis inéditos de todo o gênero, da novela ao rol de roupa suja, do poema à carta de cobrança, autos de processos e correspondência amorosa, coisas obtidas pelos mais diversos meios: sorrisos, fragmentos de café, do ônibus e do bonde, ameaças, gritos, carinhos, promessas, injúrias, coceiras, apresentação a cavalheiros ponderosos e chantagens, pois o monstro conhece fidalgos estrangeiros a funcionários da polícia [...] O jeito que tenho é convencer-me, decidir contar a origem de Paulo Honório, alagoano, viçosense, chegado ao Rio há doze anos e hospedado na Ariel. Aqui vai a tarefa. Em 1924, em Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, encontrei dificuldade séria, pus-me a ver inimigos em toda a parte e desejei suicidar-me. Realmente julgo que me suicidei. Talvez isto não seja tão idiota como parece. Abandonando as contas-corrente, o diário, outro objeto da minha profissão, havia-me embrenhado na sociologia criminal. Que me induziu a isso: teria querido matar alguns fantasmas que me perseguiram [ naquele inverno de 1924, numa casa triste do pinga-fogo, sentado à mesa da sala de jantar, fumando, bebendo café, ouvindo a arenga dos sapos, o mugido dos bois nos currais próximos e os pingos das goteiras, enchi noites de insônia e isolamento a compor uma narrativa. Surgiu um criminoso, resumo de certos proprietários rijos exigentes no Nordeste. Diálogo chinfrim, sintaxe disciplinada, arrumação lastimosa. Felizmente essas folhas desapareceram. Mas as preocupações que me afligiam desapareceram também, pelo menos adelgaçaram: ressurgi, desenferrugiei a alma, tornei-me prefeito municipal. Aventurou-me a admitir, pois, que o suicídio se tenha de facto realizado. Passaram-se anos. Deixei a prefeitura, vendi a loja, mudei-me para Maceió e fui bocejar, falar ao telefone e discutir literatura na Imprensa oficial. Em consequência da bagunça revolucionária de 30, demiti-me e no começo de 1932 arrastava-me de novo em Palmeira dos Índios, com vários filhos pequenos, sem ofício nem esperanças, enxergando em redor nuvens e sombras. Nessa crítica situação

voltou-me ao espírito o criminoso que em 1924 me havia afastado as inquietações – um tipo vermelho, cabeludo, violento, de mãos duras, sujas de terra como raízes, habituadas a esbofetear caboclos na lavoura. As outras figuras da novela não tinha relevo, perdiam-se a distância, vagas e inconsistentes, mas o sujeito cascudo e grosseiro avultava, no alpendre da casa-grande de S. Bernardo, metido numa cadeira de vime, cachimbo na boca, olhando o Prado, novilhas caracas, habitações de moradores, capulhos embranquecendo o algodoal, paus-d’arco floridos a enfeitar a mata. E, sem recorrer ao manuscrito de oito anos, pois isto prejudicaria irremediavelmente a enfeitar a composição, restaurei o fazendeiro cru, a lápis, na sacristia da igreja enorme que o meu velho amigo padre Macedo andava a construir. Surgiram personagens novos e a história foi saindo muito diversa da primitiva. Até o capítulo XVIII tudo correu sem transtorno. Um dia de fevereiro, ao entrar em casa, senti arrepios. À noite com febre, fiz o capítulo XIX, uma confusão que mais tarde, quando me restabeleci, conservei. A doença prendeu-me à casa uns três ou quatro meses. Viagem a Maceió, exames diagnósticos equívocos, junta médica, entrada no hospital, operação, quarenta e tantos dias com um tubo de borracha [...] Ao sair do hospital, com uma perna encrocada, coxo, na ferida ainda aberta uma tampa de esparadrapo, recomecei o trabalho, que fui terminar em Palmeira dos Índios, na minha casa do pinga-fogo, ouvido os sapos, a ventania, os bois de seu Sebastião Ramos. Às vezes meu pai me visitava, carrancudo, largava uns monossílabos. A carranca e fragmentos de velhas narrações dele combinaram-se na edificação de Paulo Honório. Infelizmente esse colaborador morreu em 1934 e não chegou a ler o romance. A língua, as imagens rurais, apanhei-as em consultas pacientes a meus irmão e cunhados, gente matuta. Usei com abundância antigas expressões portuguesas que circulam em todo o Nordeste. Finda a escrita, copiei-a, tentando suprimir-lhe excrescências e acessórios dispensáveis. Houve, pois, três redações: uma completamente abandonada, em 1924, duas em 1932. Esforcei-me em demasia por conseguir simplicidade. Em Palmeira-dos-Índios, onde foi gerado, ninguém deu por ele. Apenas sei Digno, parente de minha mãe, vaqueiro, informado de que certo livro tinha sido feito por mim, desconfiou, duvidou. E como lhe falar sem segurança, pegou a brochura, mediu-a, pesou-a, examinou-lhe a capa, a ilustração de Santa Rosa e opinou:

- Quem diria? Sim senhor. Está um trabalho direito.

ANEXO E – “Em 1917, lendo as primeiras notícias da Revolução Russa [...]”

Instituto de Estudo Brasileiro da USP – IEB

Título: Crônicas, ensaios e fragmentos

Fundo Arquivo Graciliano Ramos Série: Manuscritos

Notação: (cota): 10 Caixa 1/1

[“Em 1917, lendo as primeiras! [...] “fôrça bruta.”] (grifo do autor)

Em 1917, lendo as primeiras notícias da Revolução Russa, torcíamos desesperadamente para que ela se aguentasse três meses. Kerenski, Nicolau II, os generais, certamente iriam lançar-se contra ela e abatê-la. Não esperávamos outra coisa e apenas desejávamos que ela não se acabasse logo, resistisse aos primeiros choques e não desse o exemplo de uma nova comuna de Paris. Passados os três meses, aventuramo-nos a pedir mais três, depois alargámos o prazo e, vencendo o espanto inicial, pouco a pouco nos habituamos à ideia de que o movimento podia alarga-se, aprofundar-se e dar trabalho ao mundo capitalista. Não percebíamos direito os sucessos de Petrogrado e de Moscou, ignorávamos a força dos novos políticos odiados no Ocidente, mas a fúria da imprensa europeia contra esses factos e esses homens, os telegramas absurdos, as contradições, mentiras e calúnias estúpidas, nos davam a certeza de que assistíamos de longe as informações recebidas, líamos nas entrelinhas, conciliávamos diante do mapa exageros e omissões. Evidentemente os bolcheviques não eram camponeses e operários analfabetos e famintos. Afinal a reação foi obrigada a reconhecer isto. Aqueles sujeitos barbudos, brutos e sanguinários possuíam um grande chefe, apenas um. Quando este desaparecesse, não teria substituto, e nas estepes geladas haveria o aos. Depois os sinos repicariam nas igrejas, os papas encheriam as ruas de procissões festivas e das cinzas da família imperial nasceria um Nicolau III. De repente Lenin morria e o Ocidente respirava. Bem. Dentro de poucas semanas seriam varridos os bárbaros asiáticos e a civilização cristã se salvaria. Ignorando que estava moro, Lenin continuava a semear pesadelos em Londres e em Paris. Faleceu várias vezes, várias vezes ressuscitou. E quando realmente deixou a vida, os bárbaros asiáticos permaneceram firmes no Kremlin e a civilização cristã resignou-se a tê-los como vizinhos, naturalmente espalhando a respeito deles horrores inéditos novos; (está dessa forma) que os nossos estadistas e pensadores aqui

repetiram com facilidade. A princípio os russos não tinham armas sem soldados, constituíam hordes selvagens e anárquicas. Apesar de tudo, venceram, e organizaram os seus planos quinquenais. Parecia milagre. Sobre a vitória houve silêncio, mas como era necessário prosseguir no ataque de qualquer jeito, condenaram-se os trabalhos da paz. Os trens soviéticos chegavam regulamente à estação com vinte e quatro horas de atraso. Os automóveis se desmantelavam ao sair da fábrica. Os aeroplanos não voavam e a ferrugem comia os tratores emperrados no meio das plantações murchas. Afastados os patrões, toda a gente queria mandar. As oficinas se despovoavam. Às vezes surgiam afirmações contraditórias. Os trabalhadores russos eram escravos e os generosos capitalistas sentiam imensa pena dos infelizes. Não havia por aquelas bandas nenhuma espécie de liberdade. O povo gemia sob uma ditadura feroz e estava disposto a acolher de braços abertos os salvadores que lhe surgissem, longos anos nisso e por fim se convenceram das próprias falsidades. Quando a torre soviética foi invadida, houve um assombro. Quê! Pois os tanques russos não eram de papelão? O primeiro ministro inglês, num discurso comovido, nos exibiu virgens eslavas rezando pelo extermínio do furor nazista! Temos aí duas ideias novas. Durante mais de vinte anos afirmaram por diversos modos que na União Soviética não existia virgindade nem existia religião. Apareceu isso e apareceram muitas outras coisas, especialmente canhões, uma quantidade imensa de canhões. Exército enorme, abundantes generais. Numerosas epopeias, Stalingrado, Leningrado, Berlim, e a derrota fragorosa do mais terrível dos inimigos. Já agora é difícil reeditar as infames calúnias antigas. Os ouvidos mais surdos foram sensíveis aos roncões da artilharia, os olhos mais cegos perceberam desfiles infindáveis de tropas. Mas é uma tristeza que tenha sido indispensável essa demonstração. Nas enormes Kolkhoces da Ucrânia as searas amadureciam: represas fecundavam terras áridas; máquinas fabricavam máquinas; cientistas desenvolviam segredos nos laboratórios; as artes e a literatura abandonavam seus refúgios sombrios e evidenciavam-se ao povo; as escolas cresciam, multiplicava-se, espalhavam-se por todo o território, transpunham o círculo polar. Tudo isso era regado. Qualquer reporte, em meia em meia dúzia de canalhices escritas, desmantelava o trabalho excessivo. E vais a guerra. Foi necessário o sacrifício de doze milhões de trabalhadores soviéticos para que chegasse convicção e terror ao espírito desses miseráveis que só acreditavam na força bruta.

## ANEXO F – “Decadência do Romance Brasileiro”

Instituto de Estudo Brasileiro da USP – IEB

Fundo: Arquivo Graciliano Ramos

Série: Manuscritos

Título: Crônicas, Ensaios e Fragmentos

Notação: 10.2 - “Decadência do Romance Brasileiro”

Caixa 1/1

[...] tínhamos, porém, vivido uma estagnação. Ignorância das coisas mais vulgares, o país quase desconhecido. Sujeitos pedantes, um academicismo estéril, alheavam-se dos factos nacionais, satisfaziam-se com o atifício, a imitação, o brilho do plaquê.

Escreviam numa língua estranha, importavam ideias reduzidas. As novelas que apareceram no começo do século, medíocres, falsas, sumiram-se completamente. Uma delas, Canaã, que obteve enorme êxito, dá engulhos, é pavorosa.

Dois sucessos contribuíram para dar cabo disso: o modernismo e a revolução de outubro, que, graças à nossa infeliz tendência ao exagero, se ampliaram muito ou se negaram.

Certamente não criaram o material a que se referia Prudente nem o engenho necessário ao aproveitamento dele, mas abriram caminhos, cortaram diversas amarras, exibiram, coisas que não enxergavam. Desanimados, com enjoo, líamos retórica boba que se arrumava no congresso e nos livros.

Os modernistas não contribuíram: usaram a picareta e espalharam o terror entre os conselheiros. Em 1930 o terreno se achava mais ou menos desobstruído. Foi aí que de vários pontos surgiram desconhecidos que se afastavam dos preceitos rudimentares da nobre arte da escrita e, embrenhando-se pela sociologia e pela economia, lançavam no mercado, em horrorosas edições provincianas,

\*”Prudente de Moraes Neto, crítico muito agudo.”

Romances causadores de enxaqueca ao mais tolerante dos gramáticos. Um escândalo. As produções de sintaxe presumivelmente correta encaharam. E as barbaridades foram aceitas, lidas, relidas, multiplicadas, traduzidas e aduladas. Estavam ali pedaços do Brasil – Pilar, a ladeira do Pelourinho, Fortaleza, Aracaju.

Raquel de Queirós, Jorge Amado, José Lins do Rêgo, Amando Fontes. Há outros, certamente. Há os que principiaram descrevendo coisas que não viram. Criaturas inteligentes e inquietas não confiaram nos seus sentidos e entraram resolutamente a delirar. As suas personagens, vagas, absurdas, não comem, não bebem, não sentem necessidades comuns dos viventes ordinários: metem-se, ou antes estão paradas num ambiente de sonho, procedem como os loucos, falam como os loucos. E há dezenas de imitadores, simples copistas.

Quero apenas referir-me aqui aos representantes máximos do romance nordestino, observadores honestos, bons narradores. Ora se atentarmos na obra desses quatro novelistas originais, perceberemos nela uma curva. Fizeram quase sem aprendizagem, ótimas histórias, com tanta sofreguidão que pareciam recear esgotar-se. Não se esgotaram talvez, mas estacaram, como se tivessem perdido o fôlego, ou publicaram trabalhos inferiores aos primeiros. E convém notar que essa queda se deu quando cessou a agitação produzida pela revolução 3 de outubro. Subiram até 1935. Aí veio a decadência, o que veremos facilmente.

[inicia uma aguda crítica a Raquel de Queirós, Jorge Amado, José Lins do Rêgo e Amando Fontes]

[...] sobre José Lins do Rêgo que escreveu “o ciclo da Cana de açúcar, conjunto de cinco romances muito sérios: Menino de Engenho (1932), Doidinha (1933), Banguê (1934), Moleque Ricardo (1935), usina (1936). Não podemos isolar nenhum desses [...] ofereceu-nos cinco livros cheios de vida, numa língua forte, expressiva, a língua velha dos descobridores, conservada no Nordeste, com poucas corrupções. Largou isso e arriscou-se a digressões perigosas. Pureza é uma pequena estação que ele viu de longe, da janela do trem. Em Pedra bonita desejou estudar a epidemia religiosa que houve em Pernambuco no século passado, mas teve preguiça e inventou boatos e cangaceiros. Sacrificou até a geografia: pôs a sua gente numa vila do Anum, que não existe. A primeira parte de Riacho Doce passa-se toda na Suécia. Embrenhando-se nessas regiões desconhecidas, José Lins do Rêgo repetiu muito do que já havia dito. A figura principal do Ciclo da Cana de Açúcar, homem agitado, vacilante, cheio de pavores, ressurgiu com diversos nomes nos últimos livros.

Amando Fontes publicou em 1933 Os Corumbas, obra onde há passagens horríveis, uma conversa de professores da escola normal de Aracaju, por exemplo, ingênua e pedante contrastando, porém, com essas falhas, acham-se no livro páginas intensas e humanas que logo o salientaram na abundante literatura do decênio passado: a morte de uma tuberculosa, a confissão de certa rapariga que entra no mau caminho. Amando Fontes não explorou a sua natural aptidão. Encolheu-se. E ao recomeçar estava na outra ladeira, em 1937, quando todos desciam.

Trabalhou muito em Rua do Siriri, novela certinha, [...]

Conveniente. O meio é um bairro das prostitutas [...]

[...] As meretrizes não brigam, não jogam, não bebem, nunca se dedicam à profissão, falam como senhoras e, todas iguais, possuem sentimentos nobres. Referem-se à desgraça em que vivem, mas com injustiça. Se os tupanaros fossem aquilo, venceriam, em austeridade, em recato, os mais inflexíveis estabelecimentos da educação feminina.

Essas mulheres de Amando Fontes representam bem os nossos romances atuais, direitos, comedidos, inofensivos. Desaparecem os mocambos, as cadeias sujas, as bagaceiras e os canaviais, as fábricas, os saveiros, a escola da vila. E a nossa literatura começou a comporta-se, na moral e na sintaxe, como as mulheres da Rua do Siriri. Baniu-se o palavão o palavão, verdadeiro e bíblico. Afastou-se o negro. As personagens branquearam. E, timidamente, aproximam-se da Academia.

Alguns críticos acham que existem dois gêneros de romances: os da cidade, bons, e os do campo, ordinários. O que se tem feito é secundário, chinfrim. Não vale a pena falar em mocambos, bagaceiras, cadeias, negros do cais. Insignificâncias. É necessário apresentarmos ao público sutilezas e complicações, as que existem no cassino da Urca e nos banhos de Copacabana.

Os nossos melhores romancistas viviam na província, miúdos e isentos de ambição. Contaram o que viram o que ouviram, sem imaginar êxito excessivos. Subiram muito – e devem sentir-se vexados por terem sido tão sinceros. Não poderiam recordá-las. Estão longe delas, constrangidos, limitados por numerosas conveniências. Para bem dizer, estão amarrados. Certamente ninguém lhes vai mandar que escrevam de uma forma ou de outra. Ou que não escrevam. Não senhor. Podem manifestar-se. Mas não se manifestam. Não conseguem recobrar a pureza e a coragem primitivas. Transformaram-se. Foram

transformados. Sabem que a linguagem que adoptavam não convém. Calam-se. Não tinham nenhuma disciplina nem na gramática nem na política.

Diziam às vezes coisas absurdas – e excelentes. Já não faziam isso. Pensam no que é necessário dizer. No que é vantajoso dizer. No que é possível dizer.

20 – outubro – 1941.

ANEXO G – *LAS MENINAS*

Figura 1: VELÁZQUEZ, Diego. *Las Meninas*. 1656. 1 pintura, óleo sobre tela 310 cm x 276 cm.

ANEXO H – CAPAS DE *VIDAS SECAS*

Figura 2: Capa da Edição de *Vidas Secas* no Brasil, 2005, Editora Record.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

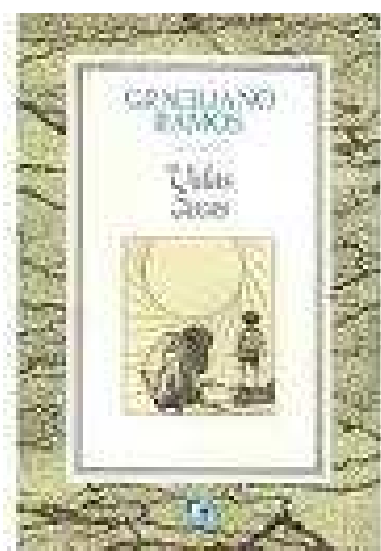


Figura 3: Capa da Edição de *Vidas Secas* no Brasil, 2000, Editora Record.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

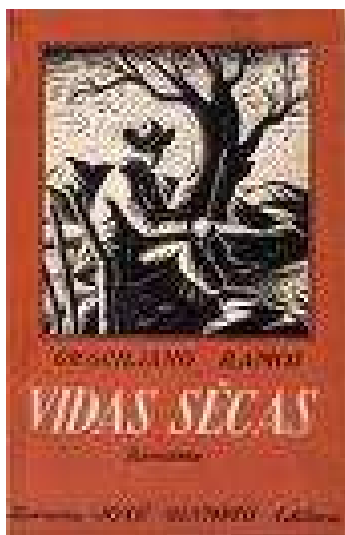
ANEXO I – CAPAS DE *VIDAS SECAS*

Figura 4: Capa da primeira edição brasileira, 1938, José Olympio Editora.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

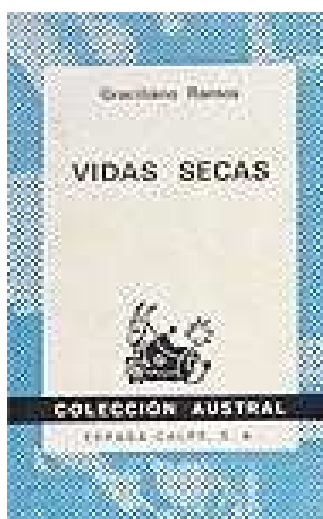


Figura 5: Capa da Edição de *Vidas Secas*, publicada na Espanha, em 1974, Espaza-Calpi S.A.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

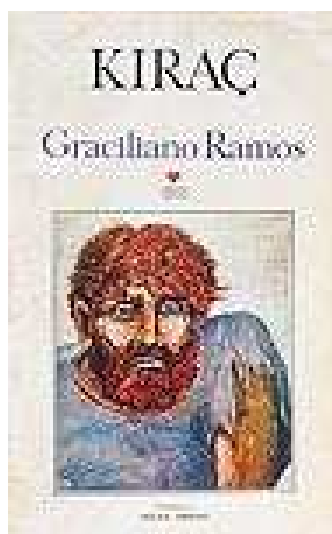
ANEXO J – CAPAS DE *VIDAS SECAS*

Figura 6: Capa da Edição de *Vidas Secas*, publicada na Turquia, em 1985, Can Yayinlari.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

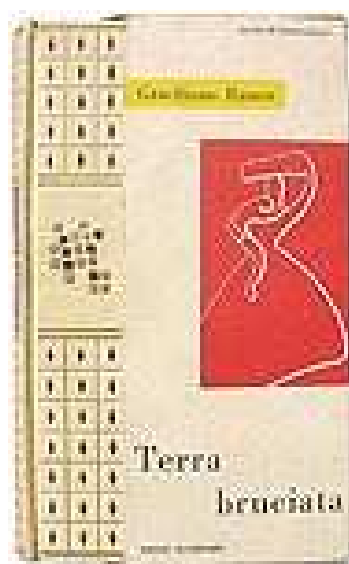


Figura 7: Capa da Edição de *Vidas Secas*, publicada na Itália, em 1961, Nuova Accademia Editrice.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

ANEXO K – CAPAS DE *VIDAS SECAS*

Figura 8: Capa da Edição de *Vidas Secas*, publicada na Hungria, em 1967, Európa Konyvkiadó.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

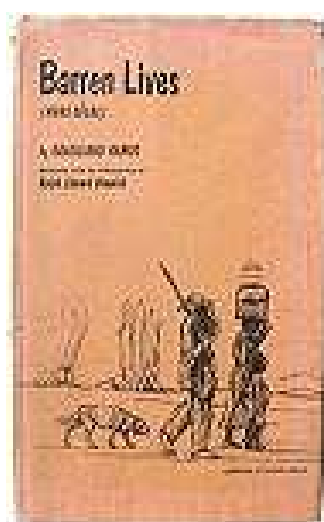


Figura 9: Capa da Edição de *Vidas Secas*, publicada nos Estados Unidos, em 1965, University of Texas Press.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

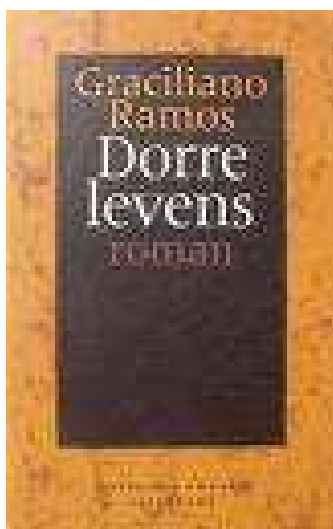
ANEXO L – CAPAS DE *VIDAS SECAS*

Figura 10: Capa da Edição de *Vidas Secas*, publicada na Holanda, em 1998, Coppins & Frenks.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)



Figura 11: Capa da Edição de *Vidas Secas*, publicada na Alemanha, em 1966, Horts Erdmann Verlag.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

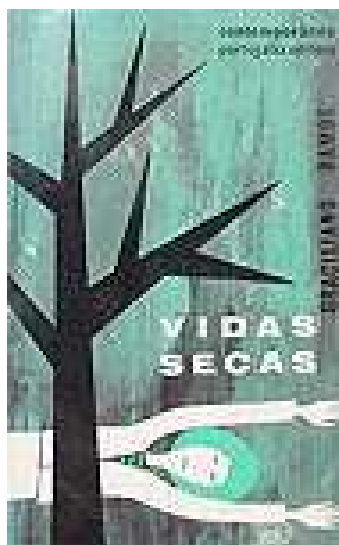
ANEXO M – CAPAS DE *VIDAS SECAS*

Figura 12: Capa da Edição de *Vidas Secas*, publicada em Portugal, em 1965, Portugália Editoria.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)

## M)

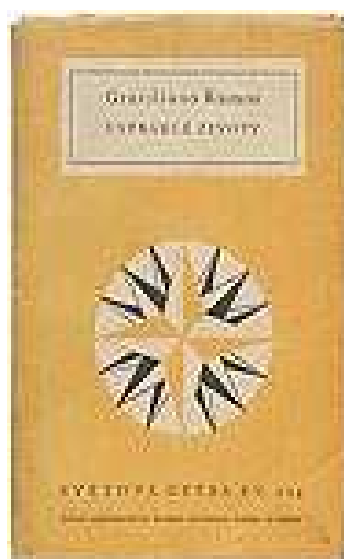


Figura 13: Capa da Edição de *Vidas Secas*, publicada na República Tcheca, 1959, Krásné Literaturny.

Fonte: [http://www.graciliano.com.br/obras\\_vidassecas.html](http://www.graciliano.com.br/obras_vidassecas.html)